

EGÍDIO, Olavo

*dep. fed. 1921-1926.

Olavo Egídio de Sousa Aranha nasceu em Campinas (SP) em 10 de outubro de 1863, filho do Antônio Egídio de Sousa Aranha e de Elisma Amaral de Sousa Aranha. Seus avós paternos eram os viscondes de Campinas, e os maternos, os viscondes de Indaiatuba. Seu pai foi deputado provincial e vice-presidente da província de São Paulo, diretor da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, vice-presidente do Banco Comércio e Indústria, e fundador da Casa Bancária Vielsen & Companhia; recebeu o título de barão de Três Rios, foi elevado a visconde em 1879, a conde em 1880 e a marquês em 1887.

Fez os cursos básicos no Colégio Culto à Ciência em Campinas. Estudou até o quarto ano na Faculdade de Direito de São Paulo e concluiu o curso na Faculdade do Recife em 1885. Formado, regressou a Campinas e abriu um escritório de advocacia.

De família tradicionalmente monarquista, iniciou sua vida política sendo eleito deputado provincial para a legislatura 1886-1887 e designado membro da Comissão de Câmaras Municipais da Assembleia Provincial de São Paulo em 1887. Apesar de manter-se filiado ao Partido Liberal, defendia o federalismo. Grande produtor de café, tinha participação ativa nos debates sobre a vida econômica e os negócios públicos de São Paulo, o que o levou a aproximar-se do Partido Republicano Paulista (PRP). Já sob o regime republicano, na década de 1890, defendia de forma pioneira a intervenção do Estado no mercado, em especial para proteger a cafeicultura, o que lhe valeu grande prestígio junto às lideranças do PRP. Em consequência, foi eleito pelo partido vereador à Câmara Municipal da capital paulista para a legislatura 1899-1902. Voltou à casa na legislatura 1905-1908 e integrou a Comissão de Obras Municipais.

Nomeado secretário da Fazenda no governo de Jorge Tibiriçá, foi mantido na gestão seguinte, de Albuquerque Lins, permanecendo à frente da secretaria de 1906 até 1912. Foi considerado um dos artífices do famoso Convênio de Taubaté, de 1906, marco da “política de valorização do café” e do intervencionismo estatal em favor dos cafeicultores. Destacou-se também por sua participação na criação do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do

Estado de São Paulo, precursor do Banco do Estado de São Paulo (Banespa), instituído em 14 de junho de 1909 pela associação de capitais franceses com o Banco Comércio e Indústria de São Paulo S/A e o governo do estado. O banco tinha como principal objetivo financiar a atividade cafeeira, e desempenhou papel importante no desenvolvimento de São Paulo. Ainda no mesmo período, ocupou também, interinamente e por diversas vezes, o cargo de secretário da Agricultura. Em seus relatórios destacou a necessidade da introdução de novas técnicas e métodos na lavoura, e alertou para os problemas da erosão causados pela chuva em decorrência do cultivo irracional então praticado.

Líder dentro do PRP, nas eleições presidenciais de 1910 dirigiu a Campanha Civilista em São Paulo, em apoio à chapa formada por Rui Barbosa e Albuquerque Lins. O embate político culminou com a vitória da chapa encabeçada pelo marechal Hermes da Fonseca. Nos anos seguintes foi escolhido chefe do PRP na capital do estado, posição que manteve entre 1911 e 1924.

Em 1921 foi eleito deputado federal por São Paulo para a legislatura 1921-1923. Foi reeleito para a legislatura seguinte, 1924-1926, e ao final do mandato, apesar do grande prestígio de que desfrutava, afastou-se da política devido a seu precário estado de saúde. Dedicado às obras sociais e de interesse da coletividade, fundou também o Sanatório Vicentina Aranha, integrado à Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, que foi inaugurado em 27 de abril de 1924 em São José dos Campos.

Faleceu em São Paulo no dia 6 de março de 1928.

Era casado com Vicentina de Sousa Queirós, neta do barão Sousa Queirós e do barão de Limeira. Teve cinco filhos, entre eles Olavo Egídio de Sousa Aranha Júnior, fundador do grupo Sousa Aranha. Entre seus netos, destacou-se o banqueiro Olavo Egídio Setúbal, prefeito de São Paulo de 1975 a 1979 e ministro das Relações Exteriores de 1985 a 1986.

Seu nome foi dado à rua Doutor Olavo Egídio, no bairro de Santana, na capital paulista.

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES: AMARAL, A. *Dicionário*; ARANHA, O. *Relatório* ; CALIMAN, A. *Legislativo*; CÂM. MUNI. SP. Disponível em: <<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/cgi-bin/wxis.bin/iah/>>.. CLUBE DE ENG. Disponível em: <http://www.clubedeengenharia.org.br/07set_almoco.html>; *Correio Paulistano* (7/3/1928); DIRIGENTES EMP. MERC. IMOB. Disponível em: <http://ademi.webtexto.com.br/paraimpressao.php3?id_article=33076>; *Folha da Manhã* (7/3/1928); FONSECA, A.; FONTES JUNIOR, A. *Câmara*; Guia leste. Disponível em: <http://www.gualeste.com.br/hist_ermelino.shtm>; *Jornal Brasileiro de Cultura*. Disponível em: <http://www.jbcultura.com.br/gde_fam/pafn55.htm>; SILVA, E.; EWIGKEIT, J. *Precursores*.

ELECTRON

Revista bimensal criada em 1926, vinculada à Rádio Sociedade e mantida por seus anunciantes e leitores. Tinha 16 páginas e era distribuída a mais de três mil sócios. Os exemplares conhecidos foram todos publicados ao longo de 1926, entre os meses de fevereiro e dezembro.

ORIGEM E ATUAÇÃO

A revista *Electron* foi lançada em um contexto, nos anos 1920, em que surgiu o embrião da comunidade científica brasileira, empenhado em criar condições para a institucionalização da pesquisa no país. A divulgação científica foi, na época, uma ferramenta utilizada para sensibilizar o público (especialmente a elite ilustrada) e os tomadores de decisão para a importância da ciência. O movimento esteve associado à criação, em 1916, da Sociedade Brasileira de Ciências, que em 1922 passou a se chamar Academia Brasileira de Ciências (ABC). Nos salões da ABC, foi criada a Rádio Sociedade, a primeira rádio brasileira. Um grupo de pessoas, entre elas membros da ABC, cotizou-se para implantar esse novo veículo de comunicação, com objetivo de divulgar assuntos educativos, culturais e científicos. Para aumentar a divulgação da rádio e de sua programação, e para responder ao crescente interesse do público pela radiotelefonia, a direção da Rádio Sociedade procurou criar, desde o início, um veículo de comunicação impresso. O antropólogo Edgard Roquette-Pinto destacou-se como o grande motor da Rádio Sociedade, bem como das duas revistas por ela criadas.

Inicialmente, surgiu, em 1923, a *Rádio – Revista de divulgação científica geral especialmente consagrada à radiocultura*. Publicação bimensal de 48 páginas, a revista foi inicialmente órgão oficial da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e, posteriormente, da Rádio Clube de Pernambuco, da Rádio Clube Cearense e da Rádio Sociedade da Bahia. O nº 1 foi dirigido por Roquette-Pinto e administrado por Carlos Sussekind de Mendonça. O conteúdo da *Rádio* era constituído principalmente de assuntos vinculados à radiodifusão, alguns bastante técnicos, mas havia também muitos artigos de divulgação científica, comentários e notícias sobre ciência. Outras matérias referiam-se à legislação brasileira sobre radiodifusão ou eram a tradução de artigos de revistas estrangeiras ligados ao tema.

A revista *Rádio* durou até 1926, quando nasceu *Electron*, igualmente dirigida por Roquette-Pinto. Sua redação localizava-se na ABC, então instalada no Pavilhão Tchecoslovaco, na avenida das Nações, e o gerente era Amador Cisneiros, responsável pela parte comercial da revista. Do mesmo modo que a *Rádio*, a revista *Electron* era distribuída aos associados e comercializada em pontos de venda localizados em diferentes estados brasileiros. O número

avulso custava 600 réis na capital e 800 réis nos estados. A maioria de suas capas, de cores variadas, trazia a enseada da praia de Botafogo. A partir do número 14, a revista passou também a ser órgão oficial da Rádio Sociedade Mayrink Veiga.

Electron tem um papel importante no resgate do conteúdo veiculado na Rádio Sociedade, que era ali divulgado. Esse aspecto ganha particular importância considerando-se que, até o momento, não foram localizados áudios da programação daquela rádio.

Na publicação, eram abordados assuntos de interesse dos sócios da Rádio Sociedade, como o balanço das atividades e as mudanças na estrutura da rádio – por exemplo, os novos estatutos estabelecidos em 1926 (nº 7, p. 1). A revista trazia detalhes sobre a programação veiculada na rádio, que incluía músicas, atualidades, notícias econômicas e esportivas, entre outros conteúdos. Publicava-se, a cada edição, a programação dos cursos e das palestras transmitidas pela rádio, que incluíam tópicos variados, como português, literatura, idiomas e história. Muitos cursos eram ministrados por cientistas e tinham sua síntese publicada em *Electron*. Entre os cursos citam-se: Mina de ouro (Ferdinando Labouriau); Higiene (Sebastião Barroso); Estados físicos da matéria e Como nascem os rios (Othon Leonardos); Marés (Mauricio Joppert); Química (Mário Saraiva); Física (Francisco Venâncio Filho) e Fisiologia do sono (Roquette-Pinto). Em *Electron* transcreveram-se algumas transmissões consideradas importantes, como um discurso feito por Artur Bernardes, então presidente da República (nº 5, p. 1), ou trechos de um dos programas infantis, *Quarto de Hora Infantil*, realizado pelo professor João Köpke (por exemplo, nº 5, p.11), com histórias, concursos, poemas e respostas a perguntas de crianças.

Electron trazia alguns artigos mais extensos, de mais de uma página, em que se discutiam alguns temas de forma mais aprofundada. É o caso de um artigo em que Roquette-Pinto defende o rádio como instrumento para democratizar o conhecimento (nº 6, p. 15).

Electron trazia, ainda, notícias sobre a comunidade científica, como a viagem de Henrique Morize à Europa (nº 10, p. 14), a morte do engenheiro Gabriel Osório, professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro e diretor honorário da Rádio Sociedade (nº 5, p. 3), e os cursos ministrados por cientistas eminentes e organizados pela Associação Brasileira de Educação (nº 14, p. 4). Duas matérias que valem destaque em *Electron* versam sobre a visita de Marie Curie ao Brasil. A primeira faz uma síntese da palestra ministrada pela cientista na Escola Politécnica, que teve cunho bastante técnico e contou com a participação de sua filha Irene (nº 14, p. 10). Uma segunda matéria, que ocupou três páginas da revista (nº 16, p.1), refere-se à homenagem feita a Marie Curie na ABC, com a transcrição, na íntegra, do discurso em francês feito pelo fisiologista Miguel Osório e, em seguida, uma síntese da palestra da cientista.

Sendo a música um elemento fundamental na programação da rádio, matérias sobre artistas

e cantores estavam presentes na revista, como as que tratam da cantora Bidu Saião (nº 5, p.7) ou da pianista Dila Tavares Josetti (nº 16, p.13). Outros artistas também ganharam espaço nas páginas de *Electron*, como as bailarinas clássicas Carla e Branca Eickofi (nº 10, p. 12) e a poetisa Laura Margarida de Queirós (nº 10, p. 15).

Electron veiculava, ainda, textos sobre novas estações transmissoras no Brasil e matérias sobre temas técnicos de radiotelefonia. Havia a preocupação permanente em difundir informações básicas sobre a radiotelefonia e sobre o funcionamento e a montagem de equipamentos, como aparelhos de rádio, circuitos diversos, galvanômetro, ferro de soldar etc., com a ajuda de desenhos e esquemas técnicos.

Além disso, ocupavam páginas da revista anúncios, em geral relacionados à rádio, como venda de receptores, alto-falantes e válvulas. A revista também fazia algumas campanhas para incentivar o uso do rádio. A de número 19 traz a matéria na capa e lança uma campanha com o objetivo incentivar o uso do rádio como instrumento para reabilitação de doentes, por sua capacidade de entretê-los e de melhorar o ambiente em hospitais e asilos.

Roquette-Pinto deixou a direção da revista na edição de número 11, sendo substituído por Amador Cisneiros. Tal edição reúne também, em uma única publicação, os números 12 e 13. Segundo nota editorial, a publicação tripla se deveu à troca do local de impressão, que levava a atrasos constantes; a revista passou então a ser impressa por Cisneiros & C. A matéria principal dessa edição informa que a Rádio Sociedade enfrentava problemas financeiros. Ao sair da direção, Roquette-Pinto passou a entrar no expediente como fundador, juntamente com H. A. Torres e, posteriormente, Vitoriano A. Borges. Sob a direção de Cisneiros, a revista passou gradativamente a ter um cunho mais técnico na área de transmissão radiofônica, perdendo suas características mais amplas no que se refere a conteúdos ligados à divulgação científica. A última edição conhecida é a de número 22, de 16 de dezembro de 1926.

Luisa Massarani/ Ildeu de Castro Moreira

Fontes: *Electron* (ano 1, n. 1-22, 1/2/1926-16/12/1926). Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/radiosociedade>>; Rádio Sociedade. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/radiosociedade>>.

ELEIÇÃO A BICO DE PENA

Expressão usada para designar as eleições fraudulentas comumente realizadas na Primeira República, em que o voto era a descoberto, as mesas eleitorais tinham função de junta apuradora e os resultados lavrados em ata eram na verdade determinados pela pena dos mesários indicados pelo poder local. A “eleição a bico de pena” foi praticada desde 1890, quando foi eleito o primeiro Congresso Constituinte republicano, até março de 1930. Após a Revolução de outubro de 1930, foi criada a Justiça Eleitoral, e o voto passou a ser secreto.

Embora acontecessem eleições no Brasil desde o Império, só uma parcela ínfima da população votava. Na República, analfabetos e mulheres continuaram excluídos. As eleições eram controladas pelos chefes políticos regionais, geralmente fazendeiros ou comerciantes chamados de “coronéis” em alusão à patente da Guarda Nacional que compravam ou recebiam do governo central. No dia da eleição, os coronéis traziam os eleitores para os locais de votação e os deixavam nos “currais eleitorais”, vigiados por jagunços. Os eleitores raramente sabiam o nome do candidato em que votariam, o que deu origem à expressão “voto de cabresto”.

Ao ser eleito presidente da República em 1898, Campos Sales estabeleceu um pacto de apoio político mútuo com os presidentes e governadores estaduais, que foi chamado de “política dos estados”, ou “política dos governadores”. Assim, os candidatos oficiais à presidência, com exceção de Hermes da Fonseca (1910), Artur Bernardes (1922) e Júlio Prestes (1930), sempre tiveram ao menos 2/3 dos votos válidos. No Legislativo, após ser eleito, o candidato deveria ser reconhecido pela Comissão de Verificação de Poderes, controlada por governistas. Caso sua eleição não fosse reconhecida, ocorria a “degola”, ou seja, sua diplomação e posse eram impedidas.

Beatriz Coelho Silva

FONTES: BASBAUM, L. *História*; LAMOUNIER, B. Eleições; LEAL, V. *Coronelismo*; Nova República (site). CASTRO, L. *República Velha*. Acesso em: 30 maio 2009; Ponte (site). NOLETO, M. *Cabresto*. Acesso em: 9 fev. 2007.

ELLIS, Alfredo

*const. 1891; dep. fed. SP 1891-1902; sen. SP 1903-1925.

Alfredo Ellis nasceu em São Paulo no dia 19 de março de 1850, filho de William Ellis, médico inglês, e de Maria do Carmo da Cunha Bueno Ellis.

Cursou o secundário em São Paulo e formou-se em medicina pela Universidade de Filadélfia, na Pensilvânia, EUA, em 1869. Ingressou na política filiando-se ao Partido Liberal do Império em 1870. Casou-se em 1874, na cidade de Campinas (SP), com Sebastiana Eudóxia Cunha Bueno, sua prima. Seu casamento com uma descendente da tradicional família Cunha Bueno – produtora de café e proprietária de fazenda Santa Eudóxia, em São Carlos (SP) – teve como desdobramento a sociedade comercial entre as famílias Ellis e Cunha Bueno nos empreendimentos do café. O café produzido na fazenda Santa Eudóxia, ficou internacionalmente conhecido e, a partir de 1883, suas ações subiram na Bolsa de Café de Londres. Além disso, ocupou por 18 anos o primeiro lugar na bolsa, o que transformou a Santa Eudóxia no maior produtor de café do Brasil.

Ainda no Império Alfredo Ellis tornou-se abolicionista, tendo libertado todos os seus escravos um pouco antes da Abolição em 1888. Com o advento da República, em setembro de 1890 foi eleito deputado por São Paulo à Assembleia Nacional Constituinte. Tomou posse em 15 de novembro seguinte, participou da elaboração da primeira Constituição republicana do Brasil promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e, iniciada a legislatura ordinária em junho, passou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados. Quando o presidente marechal Deodoro Fonseca fechou o Congresso em 3 de novembro do mesmo ano, rebelou-se contra ele e contra o presidente do estado de São Paulo, Américo Brasiliense, que apoiava Deodoro. Ambos – os presidentes da República e de São Paulo – renunciaram, o que denotou a vitória do movimento republicano e legalista apoiado por Ellis. Apoiou ainda o governo do marechal Floriano Peixoto, vice-presidente sucessor de Deodoro.

Foi reeleito deputado federal em 1894, 1897 e 1900. Exerceu seu mandato até dezembro de 1902, quando se encerrou a legislatura. No pleito de 1903 foi eleito senador por São Paulo. Assumiu no mesmo ano sua cadeira no Senado Federal e passou a integrar as comissões de Instituição Pública e de Finanças. Participou de campanhas políticas em favor da encampação da Estrada de Ferro São Paulo Railway (1903-1922) e da valorização do café, entre outras. Cumpriu seu mandato até 1908 e foi reeleito no ano seguinte. Em 1910 apoiou a Campanha Civilista de Rui Barbosa para a presidência da República, que foi derrotado pelo marechal Hermes da Fonseca. Membro da elite econômica e política de São Paulo, transitava com desenvoltura entre palácios – presidencial e estadual –, assim como

simbolizava tanto a liderança política do Partido Republicano Paulista (PRP), ao qual se filiou em 1913, como a articulação familiar e política da elite da Primeira República, em seu veio republicano.

Além de médico e político, foi grande produtor de café, tendo travado renhidas disputas com os produtores dos sacos de juta que eram utilizados para o ensacamento do produto. Essas disputas afetaram instituições como a Câmara Municipal de São Paulo, assim como a empresa canadense Light, fornecedora monopolista de energia. Foi um dos principais políticos a lutar contra os empreendimentos da família Guinle, monopolista de sacaria de juta (das fábricas de Jorge Street), assim como a denunciar abusos nas taxas portuárias da companhia Docas de Santos, cuja concessão era controlada por Cândido Gaffrée e Eduardo Guinle. As barreiras à exportação do café e o aumento dos preços dos sacos e dos impostos portuários eram contrários aos seus interesses.

Voltou a ser reeleito senador em 1918. Lutou contra os interesses do grupo Jorge Street/Eduardo Guinle no tocante à concessão dos serviços de energia elétrica na cidade de São Paulo, uma vez que a empresa Light possuía grande influência na Câmara Municipal, o que era essencial para que assegurasse o monopólio da energia e ampliasse o tempo de concessão para o fornecimento da energia elétrica. Com apoio de Alfredo Ellis, a Light iniciou campanha contra os altos preços cobrados pelas fábricas de juta de Jorge Street. Dado que as principais empresas produtoras de sacos estavam na cidade de São Paulo, a Light procurou influenciar a Câmara Municipal da capital para frear o crescimento do império da família Guinle. Tudo isso teve repercussão na imprensa, o que incluiu artigos escritos pelos diversos lados envolvidos.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 30 de junho de 1925, no exercício do mandato de senador.

Publicou *Discursos pronunciados nas sessões de 20/6, 22/7 e 11/8/1903* (1903) e *Discursos pronunciados no Senado Federal* (1910).

Francisco Fonseca

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; AMARAL, A. *Dicionário*; CALIMAN, A. *Legislativo*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.1, p. 131/2); RIBEIRO, J. *Chronologia Paulista* ; SAES, A. *Industrialização*; SENADO. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1382>.

Acesso em: 15/9/2011

ENCILHAMENTO

Designação para o episódio de euforia especulativa e crise financeira em torno da criação e negociação de ações e debêntures de novas companhias na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e seus arredores, que teve lugar durante a transição da Monarquia para a República e também nos primeiros anos do novo regime. O Encilhamento ocupa lugar de destaque na composição do imaginário referente às novidades modernizadoras trazidas pela República, pois foi onde as promessas de progresso foram as mais mirabolantes e de onde se originaram as crises no câmbio, nos bancos e nas finanças públicas que o país experimentou durante a primeira década do regime republicano.

O Encilhamento encaixa-se perfeitamente no figurino já bem estudado, notadamente por Charles Kindleberger, de uma “bolha especulativa”, que, como em tantos outros casos no Brasil e no exterior, não é algo que surge no vazio, ou que se explique por um surto de ambição e ganância, mas, em geral, é um fenômeno coadjuvante de forças maiores. Sem embargo, o Encilhamento esteve intimamente ligado a um amplo complexo de transformações que teve lugar naqueles anos, a começar pelo longamente decantado e retardado fim da escravidão e o extraordinário crescimento da imigração, processos que se potencializavam em contexto internacional altamente favorável, seja pelos excepcionais preços para o café, seja pelo vulto inédito das entradas de capitais estrangeiros atraídos pelas perspectivas radiantes que se abriam para o desenvolvimento do país.

O país precisava se renovar de muitas maneiras, todas elas mais amistosas ao empreendedorismo, ao internacionalismo e ao investimento, o que tornava muito difícil a missão do visconde de Ouro Preto, último ministro da Fazenda e presidente do Conselho de Ministros do Império, que definira seu programa como de “inutilização da República”. Ouro Preto se aproveitou de circunstâncias altamente favoráveis no tocante ao balanço de pagamentos e pôs em prática um ambicioso programa econômico que compreendia, entre outras iniciativas, o retorno à paridade de 1847 (27 pence por mil-réis), através da criação de um novo banco de emissão, o Banco Nacional do Brasil, do visconde de Figueiredo, e a

disseminação de “auxílios à lavoura” intermediados por bancos e com vistas a favorecer a reestruturação das fazendas afetadas pelo novo regime de trabalho.

Não há dúvida que o Encilhamento começou aí, enfunado pela mudança no regime de trabalho, pelo novo banco e pela surpreendente disposição do ministro de remover entraves à vida empresarial que sempre caracterizaram o Império para talvez salvá-lo. Mas Ouro Preto não teve muito tempo, ou as mudanças em gestação pareciam grandes demais. A República não tardou, e seu primeiro ministro da Fazenda, Rui Barbosa, logo em 17 de janeiro de 1890, fez publicar o que merece ser chamado de o primeiro “pacote econômico” da República. O salto para a “modernidade” seria ambicioso e irreversível; em suas crônicas, Machado de Assis repetidamente referia-se ao 17 de janeiro como “o primeiro dia da criação”.

Os decretos de Rui trouxeram uma nova lei para bancos de emissão, criando vários deles, e para diferentes regiões do país, e também algumas importantes alterações na lei societária, modificando substancialmente os entraves à incorporação de novas empresas. A reação do “mercado” a tudo isso foi de absoluto deslumbramento; o Encilhamento ganhou enorme impulso: de pouco mais de 90 companhias listadas na Bolsa no início de 1888, passou-se a cerca de 450 em meados de 1891, às vésperas da *débâcle*. O crescimento do crédito e dos meios de pagamento foi extraordinário, ou até mesmo irresponsável, como advertiram muitos autores. Tudo parecia superlativo naquele ano da graça de 1890: os lançamentos de novas companhias, com os mais variados termos e denominações, os investimentos estrangeiros, o comércio internacional, as mudanças institucionais a sacudir cada um dos aspectos em que se sustentava o preguiçoso modo de vida imperial e, mais que tudo, as polêmicas em torno de cada um dos aspectos da nova ordem. Era patente àquela altura o sentimento de que se iniciava uma nova era na vida econômica, política e social do país, parecendo clara, por outro lado, a noção de que a velha ordem haveria de ser destruída em cada um de seus elementos. Conforme observou Richard Graham), "o conjunto religião-monarquia-privilégio-escravidão podia não estar logicamente relacionado entre si, mas por certo estava nas mentes daqueles que viveram aquela época". Nada poderia ilustrar com

mais propriedade o termo “destruição criadora”, tão próprio de episódios de rápida modernização dentro dos quais uma bolha especulativa encontra todas as condições para prosperar.

Mas a situação política não estava nada assentada em 1890, a especulação logo atingiria níveis perigosos, e o panorama internacional estava prestes a azedar em razão de dificuldades na Argentina repercutindo seriamente no banco Baring Brothers, um dos mais importantes na praça de Londres. Na verdade, a “crise Baring” seria uma das primeiras e mais interessantes crises financeiras de características globais, e não poderia deixar de atingir fortemente nossa jovem República, especialmente a partir do início de 1891. Rui deixaria a Fazenda em fins de 1890 logo após a fusão dos dois maiores bancos da ocasião – o Banco Nacional do Brasil, criatura do Império, e o Banco dos Estados Unidos do Brasil, fundado pelo conselheiro Francisco de Paula Mayrink sob os auspícios da lei bancária de Rui –, formando um novo gigante, o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil (BREUB).

O estado dos mercados, e da bolsa em particular, só fez piorar ao longo de 1891, quando o país experimentou uma brutal depreciação do câmbio, parecendo cumprir o vaticínio dos “metalistas”, segundo o qual a torrente de papel-moeda produziria o colapso da taxa de câmbio e a inflação. É também verdadeiro, porém, que a drástica reversão dos fluxos de capital para o Brasil, mercê da crise Baring, proporciona uma explicação alternativa, ou adicional, à crise cambial através do balanço de pagamentos. Na verdade, o debate sobre se a crise teve com causa o excesso de emissões ou a piora no balanço de pagamentos mobilizou algumas das melhores mentes da ocasião, como o próprio Rui, que defendeu sua passagem pela Fazenda com grande desembaraço em diversos discursos depois reunidos em seu *Finanças e política na República*, publicado em 1892. Do lado contrário, culpando Rui diretamente pelos excessos do Encilhamento, destacam-se Pandiá Calógeras, Antônio Carlos de Andrada e J. P. Wileman, entre muitos outros, e não cabe aqui penetrar no emocional terreno ocupado pelos admiradores incondicionais e pelos detratores de Rui.

A crise cambial em 1891 deu impulso à derrocada do Encilhamento e fragilizou

tremendamente os bancos e as finanças públicas. A euforia foi assumindo ares de pânico, e as dificuldades com os grandes bancos foi ganhando prioridade nos debates da nova Assembleia Constituinte. A renúncia do marechal Deodoro da Fonseca em fins de 1891, num episódio que ficou conhecido como o “Golpe da Bolsa”, envolveu os impasses em torno do destino dos bancos de emissão, os quais, por sua vez, traziam em suas carteiras todas as virtudes e os pecados do Encilhamento. Já sob Floriano Peixoto, houve uma tentativa prematura de saneamento e liquidação de excessos, na primeira passagem de Rodrigues Alves pelo Ministério da Fazenda. Em fins de 1892, uma nova fusão bancária, dessa vez unindo o outrora vetusto e pacato Banco do Brasil ao BREUB, revelou com mais clareza a natureza da crise, que se deslocara da bolsa para os bancos. O novo estabelecimento recebeu o nome de Banco da República do Brasil, e a fusão teve como padrinho e idealizador o próprio ministro da Fazenda Serzedelo Correia, o sucessor de Rodrigues Alves, que a justificou alegando que nenhum dos dois bancos teria condições de sobreviver sobre suas respectivas pernas. É difícil ver como a fusão melhoraria a saúde do organismo fundido; talvez apenas o tornasse maior e, dessa forma, mais justificada a intervenção do poder público, a fim de evitar o que hoje é chamado de “risco sistêmico”.

Como em outros episódios de modernização acelerada, os excessos acabaram comprometendo os progressos, os custos políticos da destruição suplantaram os benefícios da criação, e o marasmo se seguiu à mudança, sem contudo, revertê-la. O Encilhamento converteu-se numa espécie de síntese de excessos insustentáveis, ou, visto de um ângulo benigno, num episódio de esperanças frustradas, mas não impossíveis, de mudança e progresso. Ou talvez de ambas. E por isso, talvez, o tratamento do Encilhamento na literatura termine sendo mais ambíguo, e portanto mais informativo e rico de significados, do que o sugerido pelas versões de financistas interessados e diretamente envolvidos.

Para começar, é de se notar que o vocábulo tem origem no turfe, diversão imensamente popular na ocasião. Designava o momento em que os cavalos de corrida eram encilhados, num espaço aberto contíguo à pista, e, supostamente, as combinações e apostas referentes ao páreo eram entabuladas. Seu uso para descrever, de forma pejorativa, as negociações

com ações e debêntures, dentro e principalmente fora do recinto da Bolsa de Valores, em bares, confeitarias e logradouros públicos, começou timidamente na imprensa em 1888, mas disseminou-se a seguir, e foi imortalizado a partir de 26 de fevereiro de 1893, quando a *Gazeta de Notícias* deu início à publicação, em forma de folhetim, dos 70 episódios de “O Encilhamento – cenas contemporâneas”, obra assinada por Heitor Malheiros, pseudônimo de Alfredo D’Escragnolle Taunay, o visconde de Taunay, engenheiro militar, francófilo, monarquista e futuro fundador da Academia Brasileira de Letras, onde ocupou a cadeira de número 13.

Taunay transpôs para o Brasil a fórmula que Emile Zola utilizou em *L’argent*, romance à *clé*, onde personagens reais apareciam com nomes modificados e praticando ações também relacionadas com as que empreenderam na vida real. Compôs assim um minucioso retrato da euforia especulativa a partir de três personagens principais, o conselheiro Mayrink, Paulo de Frontin e Henry Lowdes, o visconde de Leopoldina, que apareciam no romance sob os nomes de Meyermayer, Lamarin e Drowns, o visconde de Petrolina.

A indesculpável omissão do visconde de Figueiredo entre os condestáveis da alta finança nessa quadra turbulenta nada teve de accidental. Figueiredo era o financista da Monarquia e o favorito do visconde de Ouro Preto, e Taunay, com efeito, em nenhum momento pretendeu pintar um retrato isento do que se passava. Monarquista ressentido, e diretamente abalado em seu futuro político e em sua fortuna pessoal, sua idéia foi diminuir e desancar a República destacando as trampolinagens do Encilhamento, reais e imaginárias, construindo assim uma poderosa metáfora para promessas que a República fracassara em cumprir e, mais importante, produzindo uma das utilizações mais ferinas do ataque no campo ético como ferramenta de luta política.

Não obstante a lúcida observação de José Murilo Carvalho, segundo a qual a República trouxe efetivamente “uma vitória do espírito do capitalismo desacompanhado da ética protestante”, as imoralidades do Império, bem mais contidas ou mais bem assimiladas, mesmo quando envolvendo sua íntima imbricação com o instituto da escravidão, não serviam como álibi para as da jovem República, as quais parecem uma espécie de vingança

dos “espíritos animais”, enjaulados durante tantos anos, e agora libertos para excessos de toda ordem. Talvez nem mesmo fossem necessários os exageros de Taunay: os fatos reais eram suficientemente escabrosos. O fato é que o romance teve imensa e duradoura influência sobre a historiografia, que, com a ajuda da narrativa conservadora dos eventos da década de 1890 proporcionada por financistas como Pandiá Calógeras, para ficar apenas neste, consagrou a versão de que a primeira década republicana foi perdida em devaneios.

Mas essa versão não deve ser vista como definitiva; disse bem José Murilo Carvalho que “batalhas históricas, ou os eventos em geral que envolvem conflitos, são travados pelo menos duas vezes. A primeira quando se verificam na forma de evento, a segunda quando se trata de estabelecer sua versão histórica ou sua memória. A primeira é uma batalha histórica, a segunda um combate historiográfico”. Taunay foi um ardoroso combatente nesse terreno e conquistou muitos adeptos, inclusive entre brasilianistas que revisitam a época, como Schulz, e se enredam com a adjetivação carregada da ficção de Taunay. Nesse terreno, aliás, muito melhor seria mergulhar nesse passado através da ficção machadiana; não há dúvida que a visão mais equilibrada que se conhece sobre o Encilhamento e, de forma mais genérica, sobre o debate entre República e Monarquia – afinal, é esse o tema sobre o qual Taunay e outros estão a discutir – pode ser encontrada em *Esau e Jacó*, o romance de Machado de Assis, onde prevalece um absoluto e irreconciliável empate entre as formas de governo cuja defesa cabe aos gêmeos Pedro e Paulo.

Resta mencionar, por fim, que a historiografia revisionista mais recente logrou identificar efetivos avanços em matéria de crescimento e industrialização, para não falar em amplos progressos de natureza institucional, o que tem ajudado a enriquecer o olhar que se tem sobre esse período tão estigmatizado de nossa história.

Gustavo H. B. Franco

FONTES: ANDRADA, A. *Bancos*; BARBOSA, R. *Finanças*; CALÓGERAS, J. *Política*; CARVALHO, J. *Pontos*; CARVALHO, J. *Bestializados*; CARVALHO, N.

Encilhamento; FISHLOW, A. *Lições*; FRANCO, G. *Economia*; FRANCO, G. *Década*; FRANCO, G. *Reforma*; GRAHAM, R. *Britain*; KINDLEBERGER, C. *International*; KINDLEBERGER, C. *Manias*; LEVY, M. *Encilhamento*; SCHULZ, J. *Crise*; TAUNAY, A. *Encilhamento*; WILEMAN, J. *Brazilian*.

ENGELHARD, ALBERTO

*rev. 1930; gov. PA 1950-1951.

Alberto Engelhard nasceu em Belém em 25 de março de 1879, filho do suíço Ferdinand Engelhard e da paraense Francisca Cardoso Engelhard.

Diplomou-se engenheiro pelo Instituto Politécnico de Zurique, na Suíça. De volta ao Brasil, tornou-se fazendeiro.

Foi um dos líderes civis da Revolução de 1930 no Pará.

Em 16 de julho de 1950 foi eleito pelos deputados estaduais governador constitucional do Pará, em substituição a Valdir Bouhid. Este, na qualidade de primeiro vice-presidente da Assembleia Legislativa, assumira o governo em 30 de junho em virtude da renúncia do major Luís Geolás de Moura Carvalho, que se afastara do cargo a fim de desincompatibilizar-se para disputar uma cadeira no Senado. Alberto Engelhard governou o estado de 17 de julho de 1950 a 24 de janeiro de 1951. Presidiu assim o pleito de 3 de outubro de 1950, no qual foi eleito o novo governador do estado, general Alexandre Zacarias de Assunção. Em 25 de janeiro de 1951 Valdir Bouhid reassumiu o governo, mas renunciou no dia seguinte em virtude da deflagração de um levante na Polícia Militar do estado e da consequente tomada da cidade pelas forças federais.

Engelhard faleceu em Belém no dia 9 de dezembro de 1955.

Era casado com Semíramis Sarmiento Engelhard, com quem teve quatro filhos. O sobrinho de sua esposa, Ismaelino Sarmiento de Castro, militar, foi um dos membros da junta governativa do Pará em 1930 e combateu os constitucionalistas paulistas na Revolução de 1932.

FONTES: CORRESP. GOV. EST. PA; CRUZ, E. *História do Pará; Encic. Mirador; Grande encic. Delta*; INF. Alberto Engelhard Neto; ROQUE, C. *Grande*.

ERNESTO, PEDRO

*rev. 1924; rev. 1930; interv. DF 1931-1935; pref. DF 1935-1936.

Pedro Ernesto Batista nasceu em Recife no dia 25 de setembro de 1884, filho de Modesto do Rego Batista e de Maria Adelina Siqueira e Silva. Seu pai, pequeno comerciante em Recife e líder maçônico, exerceu influência marcante em sua formação.

Após completar os estudos básicos em sua cidade natal fez o curso de medicina, a princípio na Bahia e posteriormente no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, custeando com dificuldade sua formação universitária. Ainda como acadêmico, trabalhou no consultório do médico Augusto Amaral Peixoto, que mais tarde, juntamente com os filhos Augusto e Ernâni Amaral Peixoto, oficiais da Marinha, atuaria a seu lado na oposição ao governo de Artur Bernardes (1922-1926).

Em 1908 formou-se em medicina e em março do ano seguinte casou-se com Maria Evangelina Duarte Batista. Nomeado em 1915 diretor da clínica cirúrgica da Policlínica de Botafogo, no Rio de Janeiro, demitiu-se menos de um ano depois por solidariedade a um colega injustiçado. Em 1918 fundou, sempre no Rio, a Casa de Saúde Pedro Ernesto, uma das primeiras da cidade especializada em obstetrícia, cirurgia e ginecologia. Excelente cirurgião, Pedro Ernesto alcançou rapidamente grande reputação e prosperidade. Com o apoio de comerciantes portugueses, empreendeu a construção de um hospital mais espaçoso e melhor equipado que foi inaugurado em 1924. A nova casa de saúde permaneceria em funcionamento até 1942, ano de seu falecimento, transformando-se depois no hospital do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro (IASERJ).

O TENENTISMO E A REVOLUÇÃO DE 1930

A trajetória política de Pedro Ernesto começou efetivamente em 1922, quando aderiu ao movimento de oposição desencadeado naquele ano pelos “tenentes”, ou seja, a jovem oficialidade revolucionária do Exército. Por intermédio do capitão João Aníbal Duarte, primo de sua esposa e ajudante de ordens do marechal Hermes da Fonseca, Pedro Ernesto associou-se ao levante tenentista deflagrado no dia 5 de julho de 1922 no Rio de Janeiro. Não teve contudo participação direta no movimento, que foi dominado em poucas horas pelas tropas legalistas.

Apesar desse fracasso e do caráter difuso de seu programa político, os “tenentes” conquistaram a simpatia das classes médias urbanas por defenderem algumas de suas reivindicações básicas, como o voto secreto e o estabelecimento da Justiça Eleitoral, e por apontarem um caminho novo para a transformação do regime político vigente, defendendo a utilização da violência.

Em outubro de 1924, Pedro Ernesto aliou-se à conspiração chefiada pelo capitão de mar e guerra Protógenes Guimarães para revoltar os navios da Esquadra fundeados na baía de Guanabara, em ato destinado a apoiar o movimento revolucionário contra o presidente Artur Bernardes deflagrado em São Paulo no dia 5 de julho daquele ano. Com a prisão de Protógenes, o movimento limitou-se ao levante do encouraçado *São Paulo*, liderado por um grupo de oficiais da Marinha tendo à frente Herculino Cascardo. Pedro Ernesto também foi preso por alguns dias, mas foi solto por interferência de seu tio-avô André Cavalcanti, presidente do Supremo Tribunal Federal de 1924 a 1927.

De 1925 a 1927, enquanto a Coluna Prestes — movimento rebelde formado em abril de 1925 a partir da junção dos grupos que se haviam sublevado no ano anterior em São Paulo e no Rio Grande do Sul — percorria o interior, conseguindo escapar ao cerco do Exército, várias tentativas de rebelião eclodiram em diferentes pontos do país. No Rio de Janeiro, após o fracasso do ataque ao 3º Regimento de Infantaria em maio de 1925, Pedro Ernesto organizou uma rede de apoio aos “tenentes” perseguidos pela polícia. Em sua casa de saúde, principal refúgio e ponto de encontro dos “tenentes” na capital federal até a vitória da Revolução de 1930, prestou socorros médicos a vários revolucionários, suas famílias e seus recomendados, ajudando ainda a publicar o jornal revolucionário *5 de Julho*. Apesar das constantes invasões da polícia a seu hospital, Pedro Ernesto não deixou de submeter a uma operação cirúrgica, em 1929, o próprio presidente Washington Luís (1926-1930).

Ainda nesse ano, Pedro Ernesto aderiu à Aliança Liberal, coalizão oposicionista formada pelos governos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, as oposições e as dissidências de outros estados, e participou no Rio de Janeiro, ao lado de Adolfo Bergamini e de Maurício de Lacerda, da campanha pela eleição de Getúlio Vargas para a presidência da República.

Logo após a derrota da oposição nas eleições de março de 1930, Osvaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco, jovens líderes da Aliança Liberal, intensificaram os contatos com os

“tenentes”, convidando-os a participar de um movimento armado para depor o presidente Washington Luís. Vários obstáculos retardaram a marcha da conspiração. Getúlio Vargas e Antônio Augusto Borges de Medeiros, chefe do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), mostraram-se a princípio cautelosos. Em maio, Luís Carlos Prestes, exilado em Buenos Aires, recusando a chefia militar da revolução, desligou-se do movimento e denunciou a “aventura golpista” da Aliança Liberal. Prestes ainda tentou sem êxito obter o apoio de Pedro Ernesto para divulgar na capital seu manifesto em favor da revolução agrária e antiimperialista. Em junho, Pedro Ernesto viajou a Belo Horizonte, a chamado de Virgílio de Melo Franco, levando uma carta de João Alberto Lins de Barros para Leopoldo Néri da Fonseca, avisando que o Rio Grande do Sul daria início à revolução no dia 16 de julho. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente de Minas Gerais, considerou prematuro o lançamento da revolução e pediu a Pedro Ernesto que telegrafasse a João Alberto e Osvaldo Aranha dando conta de suas dúvidas e apreensões.

O assassinato de João Pessoa em 26 de julho de 1930 deu novo alento às articulações revolucionárias, facilitando o trabalho de reaproximação entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Como mensageiro e representante dos gaúchos, Pedro Ernesto ajudou a convencer o ex-presidente da República Artur Bernardes a juntar-se à revolução. Em fins de setembro, Pedro Ernesto encontrava-se em Belo Horizonte quando recebeu de Osvaldo Aranha uma mensagem contra-assinada por Lindolfo Collor, comunicando a data do levante — 3 de outubro — e as últimas instruções para a revolta na capital federal. De regresso ao Rio de Janeiro, Pedro Ernesto constatou a inviabilidade de qualquer ação militar na cidade. Em 29 de setembro, a polícia carioca descobriu o transporte de armas e munições numa ambulância de seu hospital, obrigando-o a fugir para Minas Gerais. Desencadeada a revolução no dia 3 de outubro, Pedro Ernesto organizou o corpo de saúde das forças revolucionárias no setor de Minas Gerais.

O CLUBE 3 DE OUTUBRO E A INTERVENTORIA

Em 14 de novembro, vitorioso o movimento revolucionário e instalado o governo provisório chefiado por Getúlio Vargas, Pedro Ernesto foi nomeado diretor da Assistência Hospitalar do Distrito Federal. Tornou-se também médico particular do chefe do governo, chegando algum tempo depois a salvar a vida de seu filho Lutero Vargas, ferido num

acidente de automóvel, e a evitar a amputação da perna de sua esposa, Darci Vargas, também ferida em outro desastre automobilístico. Segundo Michael L. Conniff, “respeitado pelos revolucionários históricos e íntimo de Vargas, Pedro Ernesto veio a ser o elo fundamental entre os revolucionários e o chefe do Governo Provisório”.

No plano político, Pedro Ernesto ganhou notoriedade como membro do Gabinete Negro, denominação dada pela imprensa ao grupo de “tenentes” e revolucionários de origem civil que se reunia no palácio Guanabara em torno de Getúlio com o propósito de discutir o futuro do governo. Em pouco tempo, esse grupo percebeu a necessidade de se organizar politicamente a fim de fortalecer sua posição. Com essa preocupação, Pedro Ernesto entrou em contato com diversos revolucionários históricos e convidou-os a participar em fevereiro de 1931 de uma reunião na casa de Afrânio de Melo Franco, ministro das Relações Exteriores. No encontro foram lançadas as bases do Clube 3 de Outubro, que teve como primeiro presidente o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, chefe das operações militares da Revolução de 1930, e como vice-presidente o próprio Pedro Ernesto.

Ao longo de 1931, o Clube 3 de Outubro fugiu entretanto ao controle do general Góis Monteiro. No mês de junho, Pedro Ernesto assumiu a presidência da organização, imprimindo-lhe uma posição de lealdade irrestrita a Vargas e conduzindo-a a seu ponto máximo de influência política. Por sua vez, Vargas serviu-se do Clube 3 de Outubro como instrumento estratégico para consolidar seu poder e resistir às pressões em favor da imediata realização de eleições.

Em meados de 1931, o restabelecimento de um governo constitucional já se havia tornado a divisa comum da oligarquia paulista, alijada do poder em 1930, bem como dos líderes dos estados “revolucionários” do Rio Grande do Sul e Minas Gerais. No mês de julho, após a demissão de João Alberto da interventoria em São Paulo, o Clube 3 de Outubro, por iniciativa de Pedro Ernesto, realizou várias reuniões defendendo a manutenção dos poderes ditatoriais de Vargas para que se consumasse uma série de reformas necessárias ao país, como a nacionalização dos setores vitais para a defesa interna e a organização da sociedade em segmentos corporativos. No segundo semestre de 1931, Vargas ampliou sua aliança com os “tenentes”, entregando-lhes várias interventorias estaduais. No mês de setembro, Pedro Ernesto foi designado interventor no Distrito Federal em substituição a Adolfo Bergamini.

Por outro lado, em fevereiro de 1932, o empastelamento do *Diário Carioca* por membros do Clube 3 de Outubro, entre os quais se encontrava Odilon Batista, filho de Pedro Ernesto, provocou uma séria crise no interior do governo. Em 3 de março, Lindolfo Collor, ministro do Trabalho, Maurício Cardoso, ministro da Justiça, João Batista Luzardo, chefe de polícia do Distrito Federal, e João Neves da Fontoura, consultor jurídico do Banco do Brasil, pediram demissão de seus postos no governo em protesto contra o desinteresse demonstrado por Vargas em punir os responsáveis pelo atentado ao jornal. Dias mais tarde, Raul Pilla e Borges de Medeiros lançaram um *Decálogo* contendo exigências dos partidos gaúchos, que, entre outras medidas, pediam o afastamento de Pedro Ernesto da interventoria do Distrito Federal e a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Vargas não cedeu à exigência de demissão de Pedro Ernesto, mas comprometeu-se a realizar eleições para a Constituinte no prazo de um ano.

Após o ataque ao *Diário Carioca*, o Clube 3 de Outubro entrou numa fase de acentuado declínio, marcada pelo agravamento de suas dissensões internas. Em abril de 1932, Góis Monteiro, na época comandante da 2ª Região Militar, sediada em São Paulo, e Miguel Costa, comandante da Força Pública paulista, entraram em choque aberto pelo controle do estado de São Paulo. Com o apoio de Pedro Ernesto, Osvaldo Aranha, Juarez Távora e Manuel Rabelo, então interventor em São Paulo, o Clube 3 de Outubro pronunciou-se em defesa de Miguel Costa, aprovando ainda a abertura de investigações sobre as atividades de Góis Monteiro, que imediatamente se desligou da agremiação. Por outro lado, a Frente Única Paulista, formada pelo Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático, decidiu logo em seguida jogar todas as suas forças num movimento para derrubar o governo de Vargas.

Nos meses seguintes, Pedro Ernesto reforçou a segurança do governo no Distrito Federal, ordenando a prisão de vários elementos suspeitos de vinculação com a rebelião em marcha. Em 5 de julho de 1932, inaugurou no Rio de Janeiro a primeira convenção nacional do Clube 3 de Outubro, apresentando a proposta de transformar o clube em partido político, rejeitada pela maioria de seus membros. Em 9 de julho, a convenção teve de ser interrompida em consequência do início da rebelião em São Paulo, já que a maioria dos “tenentes” presentes foi chamada às frentes de combate.

Em novembro, após a derrota da Revolução Constitucionalista de São Paulo, Pedro Ernesto

presidiu o primeiro Congresso Nacional Revolucionário, realizado no Rio de Janeiro, com a presença de delegações do Clube 3 de Outubro, da Legião 5 de Julho, da Legião Paranaense, do Partido Liberal Progressista e do Partido Popular Progressista, os dois últimos de São Paulo, e até mesmo da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento de inspiração fascista fundada um mês antes em São Paulo. O congresso resultou na criação do Partido Socialista Brasileiro, de efêmera existência, e na formulação de um programa a ser defendido na Assembleia Nacional Constituinte.

AS ELEIÇÕES DE 1933 E 1934

Nos primeiros meses de 1933, juntamente com Góis Monteiro, João Mendonça Lima e João Alberto, Pedro Ernesto participou da comissão organizadora do Partido Autonomista do Distrito Federal. Fundado em 4 de março de 1933, o partido tinha como principal meta defender na Assembleia Constituinte a autonomia política e administrativa do Distrito Federal, notadamente o direito do povo carioca de eleger seu prefeito e possuir um corpo legislativo semelhante às assembleias estaduais.

O Partido Autonomista congregou figuras de destaque como Augusto Amaral Peixoto Júnior, Luís Aranha, irmão de Osvaldo Aranha, o poeta Olegário Mariano, Ernesto Pereira Carneiro, proprietário do *Jornal do Brasil*, e personalidades de grande prestígio entre as classes médias e as massas populares do Rio de Janeiro, como o cônego Olímpio de Melo e a líder feminista Berta Lutz.

Nas eleições de 3 de maio de 1933, o Partido Autonomista conseguiu fácil vitória, elegendo seis dos dez representantes cariocas na Assembleia Constituinte. Nos demais estados, com exceção da Bahia, os resultados revelaram o enfraquecimento do tenentismo, precipitando sua dissolução como movimento organizado. Alguns “tenentes” ingressaram em seguida na AIB, outros incorporaram-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), então chamado Partido Comunista do Brasil, enquanto outros ainda diluíram-se nos movimentos oligárquicos ou afastaram-se do cenário político. Àquela altura, combatido tanto pelos integralistas como pelos comunistas, Pedro Ernesto projetava-se como o líder partidário de maior influência no Distrito Federal, com um estilo de atuação inédito, precursor do populismo empregado por Vargas anos mais tarde.

Em agosto de 1933, Pedro Ernesto participou ativamente das articulações para a escolha de

Antônio Carlos para a presidência da Assembleia Constituinte. Em setembro, após a morte de Olegário Maciel, presidente de Minas Gerais, apoiou, juntamente com o ministro das Relações Exteriores Afrânio de Melo Franco e o ministro da Fazenda Osvaldo Aranha, a candidatura de Virgílio de Melo Franco ao governo do estado, em oposição a Gustavo Capanema. Vargas adotou, no entanto, uma solução de compromisso que surpreendeu a todos, nomeando para interventor Benedito Valadares. Inconformados com a escolha, Afrânio de Melo Franco e Osvaldo Aranha pediram demissão de seus postos. Na ocasião, Pedro Ernesto ajudou a convencer Osvaldo Aranha a retirar seu pedido de demissão e a permanecer no ministério.

Em março de 1934, Pedro Ernesto foi homenageado pelo Exército, sendo promovido a coronel-médico da reserva.

Partidário da eleição de Vargas para a presidência da República pela Assembleia Constituinte, Pedro Ernesto contribuiu decisivamente para o malogro da candidatura de Góis Monteiro, articulada pelo Clube 3 de Outubro. O lançamento da candidatura de Góis Monteiro coincidiu com uma onda de rumores de um iminente golpe de Estado e com pronunciamentos de comandantes militares contra a Constituinte e contra a implantação de uma ordem liberal no país. Pedro Ernesto certificou-se, em contatos com associações de sargentos do Rio de Janeiro, de que estes não apoiariam o suposto golpe em favor de Góis Monteiro, e obteve a adesão de seus correligionários para a candidatura de Getúlio Vargas. Após a promulgação da Constituição e a eleição de Vargas para a presidência da República em julho de 1934, iniciou-se a campanha para as eleições legislativas marcadas para 14 de outubro. No Rio de Janeiro, o Partido Autonomista derrotou por ampla margem seu principal adversário, o Partido Economista Democrático, conseguindo oito das dez cadeiras da bancada carioca na Câmara dos Deputados e 20 das 24 cadeiras na Câmara Municipal. A maioria na Câmara Municipal garantiu também a vitória de Pedro Ernesto, que em abril de 1935 se tornou o primeiro prefeito eleito do Distrito Federal.

A ADMINISTRAÇÃO DE PEDRO ERNESTO

A administração de Pedro Ernesto como interventor e como prefeito foi marcada por importantes realizações, notadamente no campo da educação e da saúde. Com uma população de um milhão e meio de habitantes, o Rio de Janeiro dispunha no início da

década de 1930 de uma rede de escolas e hospitais bastante deficiente.

Em 1933, Pedro Ernesto nomeou Anísio Teixeira para a direção do Departamento de Educação, atendendo a uma recomendação que, segundo Michael Conniff, lhe teria sido formulada pelo jurista Temístocles Cavalcanti. Signatário do *Manifesto dos pioneiros da educação nova*, de 1932, Teixeira era partidário da adoção de um sistema escolar público, gratuito, obrigatório e leigo. Com base em seu plano regulador, a prefeitura construiu ao longo da administração de Pedro Ernesto cerca de 30 escolas, localizadas em sua maior parte nas áreas pobres da cidade. Teixeira transformou ainda a velha Escola Normal no Instituto de Educação, dotando-o de um programa de ensino inteiramente reformulado. Para coroar o sistema, sugeriu a criação da Universidade do Distrito Federal, que foi inaugurada em abril de 1935.

Com Gastão Guimarães na direção do Departamento de Saúde, Pedro Ernesto elaborou um programa de saúde tão ambicioso quanto a reforma educacional. Ao longo de sua administração, empreendeu o reequipamento da rede hospitalar e levou a cabo a construção dos hospitais Getúlio Vargas, Carlos Chagas e Miguel Couto, além de vários centros de saúde. O Hospital Pedro Ernesto também se deveu à sua iniciativa, mas só foi concluído após sua saída da prefeitura. Além disso, foram realizadas obras de saneamento que melhoraram sensivelmente as condições sanitárias da cidade, especialmente dos bairros suburbanos.

Pedro Ernesto teve ainda a iniciativa de criar o Departamento de Turismo, importante fonte geradora de recursos para os programas de educação e saúde.

No capítulo da legislação social, antecipou-se às reformas implementadas por Vargas, instituindo a Assistência Médico-Cirúrgica para os funcionários municipais e o Montepio dos Empregados Municipais, além de regularizar o pagamento de seus vencimentos.

Revogou o plano de urbanização concebido por Alfred Agache e aprovado por seu predecessor, Adolfo Bergamini, evitando dessa forma numerosas desapropriações.

No princípio de 1934, levou a cabo a criação da Polícia Municipal, com o objetivo de diminuir o poder de intervenção do chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Müller. Devido às imposições do general Góis Monteiro, ministro da Guerra na ocasião, a Polícia Municipal foi equipada com armamento ligeiro — pistolas e metralhadoras leves — e seu comando foi entregue ao tenente-coronel Zenóbio da Costa.

1935: A ANL E A REVOLTA COMUNISTA

Embora a promulgação da Constituição tivesse aparentemente inaugurado uma fase de normalização da situação política nacional, o agravamento das tensões sociais, associado à crescente influência da AIB e do PCB, teve o efeito de acentuar as tendências centralizadoras e autoritárias do governo federal. Pedro Ernesto não entrou em conflito aberto com Vargas, mas colocou-se em clara oposição às medidas repressivas contra os sindicatos de trabalhadores e as greves operárias.

No princípio de 1935, Pedro Ernesto sofreu duras críticas dos meios católicos em virtude de sua oposição ao projeto de introdução do ensino religioso nas escolas públicas do Distrito Federal. Em 30 de março do mesmo ano, cedeu o teatro João Caetano para a sessão inaugural da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente política constituída pelos comunistas e os opositores de esquerda.

A despeito da aprovação da Lei de Segurança Nacional em 4 de abril de 1935, Pedro Ernesto continuou assegurando liberdade de atuação à ANL no Rio de Janeiro. Em maio, cedeu o Instituto de Educação para uma manifestação contra o fascismo promovida pela União Feminina do Brasil, e, logo em seguida, apoiou a criação da União Trabalhista do Distrito Federal, composta por dirigentes sindicais e intelectuais ligados à ANL. Além disso, solidarizou-se com algumas greves operárias e movimentos populares, como a campanha para impedir o aumento do preço da gasolina. Em julho de 1935, condenou veementemente o fechamento da ANL e denunciou o perigo de implantação de uma ditadura oligárquica no país.

Em decorrência de sua oposição ao regime, Pedro Ernesto passou a ser combatido sistematicamente por uma ala do Partido Autonomista liderada pelo padre Olímpio de Melo, Augusto Amaral Peixoto e Luís Aranha.

Em agosto de 1935, Pedro Ernesto anunciou a reorganização do partido com base num programa trabalhista, bem como a transformação dos cinco departamentos da prefeitura em secretarias. A reação da ala conservadora foi imediata e bastante agressiva. Átila Soares, por exemplo, denunciou o caráter comunista do novo programa e a tentativa de sovietação da prefeitura.

Em fins de setembro, Pedro Ernesto envolveu-se na crise da sucessão fluminense, alvo de

uma acirrada disputa entre o governo federal, articulador da candidatura do almirante Protógenes Guimarães, e o governador do Rio Grande do Sul, José Antônio Flores da Cunha, defensor da candidatura de Cristóvão Barcelos. Pedro Ernesto apoiou os esforços do governador da Bahia, Juraci Magalhães, para articular uma candidatura de conciliação. Em novembro, após prolongadas e infrutíferas negociações, Protógenes Guimarães foi eleito governador do estado do Rio de Janeiro pela Assembleia Legislativa.

Após o fracassado levante comunista de novembro de 1935, Pedro Ernesto tornou-se um dos principais alvos da campanha anticomunista desencadeada no país. Na verdade, apesar de suas conhecidas ligações com a ANL, Pedro Ernesto não apenas esteve à margem do levante, como preveniu o próprio presidente Vargas na tarde de 26 de novembro da iminência de sua deflagração no Rio de Janeiro.

Em 1º de dezembro, Pedro Ernesto foi obrigado a demitir seu secretário de Educação, Anísio Teixeira, transformado em bode expiatório da campanha anticomunista liderada pelo pensador católico Alceu Amoroso Lima. Juntamente com Anísio Teixeira, foram exonerados o reitor da Universidade do Distrito Federal, Afrânio Peixoto, oito diretores de faculdades e numerosos professores. Nomeado em substituição a Anísio Teixeira, Francisco Campos, primeiro ministro da Educação e Saúde do governo Vargas, não hesitou em desbaratar a obra de seu predecessor, suprimindo de imediato as escolas experimentais e desmantelando a Universidade do Distrito Federal. Ainda em dezembro, Pedro Ernesto foi acusado pelo jornal *O Globo* de coordenar uma greve de marítimos e mobilizar as associações de sargentos contra o governo.

A PRISÃO E O INQUÉRITO

Em 5 de fevereiro de 1936, o deputado Adalberto Correia, presidente da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, propôs ao ministro da Justiça, Vicente Rao, as prisões de Pedro Ernesto, de seu filho Odilon Batista, de Anísio Teixeira, de Eliezer Magalhães, irmão de Juraci Magalhães, e de Maurício de Lacerda.

Pedro Ernesto reagiu à ameaça, buscando apoio junto à oposição parlamentar e ao governador gaúcho Flores da Cunha. No início de março, o Grêmio Político Amigos do Dr. Pedro Ernesto reivindicou a realização de um plebiscito para a escolha do sucessor de Vargas e, alguns dias mais tarde, Pedro Ernesto anunciou uma nova reorganização do

Partido Autonomista, dessa vez com base num programa essencialmente liberal.

No dia 1º de abril, Pedro Ernesto foi intimado a prestar depoimento no gabinete do chefe de Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller. Já havia contudo antecipado sua defesa, entregando pessoalmente a Vargas um relatório sobre as atividades comunistas no país.

Enquanto a polícia apertava o cerco, os amigos de Pedro Ernesto mobilizaram-se para impedir sua prisão. No dia 2 de abril, a Federação dos Marítimos realizou uma manifestação de desagravo a Pedro Ernesto. Anunciou-se para 4 de abril uma cerimônia em sua homenagem, com a presença dos governadores Flores da Cunha, do Rio Grande do Sul, Erônides Carvalho, de Sergipe, e Nereu Ramos, de Santa Catarina, além do presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Herbert Moses. Na véspera, entretanto, Pedro Ernesto foi preso a mando do capitão Filinto Müller e recolhido ao quartel da Polícia Militar, ao mesmo tempo em que o cônego Olímpio de Melo, presidente da Câmara Municipal, assumia interinamente a prefeitura do Distrito Federal.

Segundo o delegado Eurico Bellens Porto, encarregado do inquérito sobre o levante comunista no Rio de Janeiro, a documentação apreendida pela polícia em março de 1936 na residência de Luís Carlos Prestes apresentava elementos suficientes para comprovar o envolvimento de Pedro Ernesto com a revolta. A documentação continha a correspondência entre Prestes e Ilvo Meireles, tesoureiro do PCB, e nela Pedro Ernesto aparecia citado sob os pseudônimos de Sá, Sá Ferreira e Moreno. Havia também os rascunhos de duas cartas de Prestes ao prefeito do Rio de Janeiro, escritas em julho e novembro de 1935.

A correspondência de Ilvo Meireles aludia a uma reunião de Pedro Ernesto com os generais Manuel Rabelo e Cristóvão Barcelos e o tenente-coronel Newton Estillac Leal, na qual o prefeito do Rio de Janeiro teria revelado sua concordância com o programa da ANL e admitido seu apoio à insurreição preparada por Prestes. Ilvo Meireles também mencionava uma série de contribuições em dinheiro entregues por Pedro Ernesto a Eliezer Magalhães após o fracasso do levante comunista, os preparativos para a saída do país de Odilon Batista e a aparente aproximação entre Vargas, Pedro Ernesto e “outros elementos menos reacionários” em dezembro de 1935. A correspondência apreendida revelava ainda uma brusca mudança de posição dos comunistas em relação a Pedro Ernesto, pois, em carta de 13 de fevereiro de 1936, Prestes recomendava a utilização de todos os meios para “desmascarar a demagogia de Pedro Ernesto”.

Pedro Ernesto negou categoricamente as acusações do delegado Bellens Porto. Em relação à primeira carta de Prestes, convidando-o a ingressar na ANL, declarou não ter respondido ao apelo, após levar a carta ao conhecimento de Vargas e Filinto Müller. Quanto à segunda carta, na qual Prestes esboçava o plano de ação para a tomada do poder pela ANL, Pedro Ernesto declarou que não chegara às suas mãos. Pedro Ernesto afirmou ainda que, embora os trechos das cartas de Ilvo Meireles referentes a Sá, Sá Ferreira e Moreno constituíssem óbvias alusões à sua pessoa, os assuntos nela tratados eram de seu completo desconhecimento.

Durante o inquérito, os generais Manuel Rabelo e Cristóvão Barcelos e o tenente-coronel Estillac Leal prestaram depoimento ao delegado Bellens Porto sobre a reunião mencionada na carta de Meireles, negando a versão ali apresentada. Eliezer Magalhães declarou, em carta enviada a Filinto Müller, serem falsas todas as informações transmitidas por Meireles a Prestes a respeito de Pedro Ernesto. Segundo Magalhães, Meireles havia-se baseado em falsos informes transmitidos por ele, Eliezer, com objetivo de infundir ânimo entre seus companheiros.

Em 24 de outubro de 1936, o Tribunal de Segurança Nacional (TSN) iniciou o sumário de culpa de Pedro Ernesto e mais 155 indiciados no levante comunista do Rio de Janeiro. Em 6 de janeiro de 1937, Pedro Ernesto depôs perante o juiz Raul Campelo Machado, presidente do TSN, e o procurador Himalaia Virgulino, declarando-se inocente de todas as acusações formuladas. No decorrer do processo, a pedido do advogado de Pedro Ernesto, Mário Bulhões Pedreira, o general Manuel Rabelo, o coronel Zenóbio da Costa e Jurandir Magalhães, irmão de Juraci e de Eliezer Magalhães, apresentaram-se como testemunhas de defesa.

Em 15 de março de 1937, ao se aproximar a data do julgamento de Pedro Ernesto pelo TSN, Getúlio Vargas decretou a intervenção no Distrito Federal, confirmando Olímpio de Melo na chefia da prefeitura a fim de impedir o possível retorno de Pedro Ernesto ao cargo de prefeito. Em 7 de maio de 1937, Pedro Ernesto foi julgado juntamente com os principais acusados do levante comunista de 1935, sendo condenado à pena de três anos e quatro meses de prisão. Em julho, o cônego Olímpio de Melo renunciou ao cargo de interventor, sendo substituído por Henrique Dodsworth, do Partido Economista Democrático. No mesmo mês, o Partido Autonomista procurou estabelecer uma aliança entre Pedro Ernesto e

José Américo de Almeida, candidato oficioso de Vargas às eleições presidenciais previstas para 1938, organizando com esse objetivo uma manifestação em favor da libertação do ex-prefeito. O apoio à candidatura de José Américo provocou a cisão dos autonomistas ligados a Jones Rocha, que se retiraram do partido para fundar uma nova agremiação, o Partido Libertador Carioca.

Em 13 de setembro, Pedro Ernesto foi absolvido pelo Superior — então Supremo — Tribunal Militar (STM) e foi solto juntamente com dezenas de prisioneiros políticos. Ao sair da prisão, pronunciou violento discurso contra o governo e anunciou sua adesão ao Partido Libertador Carioca e à candidatura oposicionista de Armando de Sales Oliveira à presidência da República.

O GOLPE DO ESTADO NOVO

No dia 1º de outubro, em consequência da “descoberta” do Plano Cohen, documento forjado que revelava um plano de derrubada do governo pelos comunistas, entrou novamente em vigor o estado de guerra e foram suspensos os direitos constitucionais. Pedro Ernesto seguiu para São Paulo, decidido a exilar-se na Argentina. Em 12 de outubro, avistou-se com o general César Augusto Parga Rodrigues, executor do estado de guerra em São Paulo, a fim de comunicar-lhe sua viagem. O general entrou em contato com autoridades superiores, que lhe deram ordem de prender Pedro Ernesto. No mesmo dia, Pedro Ernesto e seu filho Odilon Batista, que se encontrava no Rio de Janeiro, foram detidos.

Em 10 de novembro de 1937, dia da decretação do Estado Novo, Pedro Ernesto escreveu a Henrique Dodsworth solicitando sua intervenção junto a Vargas em favor de sua libertação e declarando renunciar a cargos públicos e a quaisquer pretensões políticas. Alguns dias mais tarde, foi transferido para Campanha (MG) sob prisão domiciliar e, em janeiro de 1938, obteve permissão de Vargas para regressar ao Rio de Janeiro em liberdade.

Para cúmulo de sua humilhação, Pedro Ernesto foi processado, juntamente com outros funcionários municipais, por desvio de material da prefeitura. Da mesma forma arbitrária como havia sido cassada sua patente de coronel-médico do Exército em novembro de 1937, foi-lhe negado o direito a foro especial. Em agosto de 1939, Pedro Ernesto foi julgado e absolvido pelo juízo da 7ª Vara Criminal do Rio de Janeiro.

Nos anos seguintes, marcados por uma profunda desarticulação das forças oposicionistas, Pedro Ernesto permaneceu à margem das atividades políticas. Em dezembro de 1941 viajou aos EUA para submeter-se a uma intervenção cirúrgica, regressando ao Brasil em fevereiro de 1942. Ao voltar, divulgou um manifesto solidarizando-se com a decisão do governo de romper relações diplomáticas com os países do Eixo e defendendo a união nacional, a pacificação dos espíritos e a anistia geral.

Pedro Ernesto faleceu no Rio de Janeiro em 10 de agosto de 1942 e foi sepultado em meio a homenagens oficiais do governo e a uma grande manifestação popular.

Foi membro efetivo da Academia Nacional de Medicina e do Colégio Americano dos Cirurgiões, além de membro honorário da Academia Francesa de Medicina.

O arquivo pessoal de Pedro Ernesto encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas.

Paulo Brandi

FONTES: ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; ARQ. GETÚLIO VARGAS; ARQ. PEDRO ERNESTO; BELLO, J. *História*; CARNEIRO, G. *História*; CARONE, E. *República nova*; CARONE, E. *Segunda*; CONSULT. RAMOS, P.; CORRESP. GOV. EST. GB; COUTINHO, L. *General*; *Cronologia da Assembléia*; DULLES, J. *Getúlio*; *Enc. Barsa*; ENTREV. BATISTA, O.; FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; FONTOURA, J. *Memórias*; FUND. GETULIO VARGAS. *Guia*; *Grande encic. Delta*; *Jornal do Brasil* (11/8/1942); LEVINE, R. *Vargas*; MALTA, O. *Tenentes*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; PORTO, E. *Insurreição*; REIS, J. *Prefeitos*; REIS, J. *Rio*; SALGADO, P. *Integralismo na vida*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1926; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1934; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937; SILVA, H. 1938; SKIDMORE, T. *Brasil*; TAVARES, J. *Radicalização*; TÁVORA, J. *Vida*; *Tribuna da Imprensa* (18/1/1954).

ERVEN, Luís Van

* pref. DF 1898

Luís Van Erven nasceu em Cantagalo (RJ) em 19 de novembro de 1857.

Engenheiro formado pela Escola Central, renomado técnico em seu ofício, foi primeiro-secretário e membro do conselho diretor do Clube de Engenharia. Exerceu cargos importantes na administração pública, tendo sido consultor técnico do Ministério da Viação durante um longo período, diretor da Repartição Geral dos Telégrafos, diretor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro – considerada a maior estatal de navegação da América do Sul – e fiscal do governo junto à Light e a várias estradas de ferro. Foi também diretor da Repartição de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro.

Quando era diretor de Obras da prefeitura, após a renúncia do prefeito Ubaldino do Amaral, foi designado pelo presidente da República para substituí-lo. No decorrer de curta gestão, entre 17 de novembro e 30 de dezembro de 1898, limitou-se às funções administrativas, até que César Alvim fosse nomeado prefeito.

Faleceu no Rio de Janeiro em 15 de julho de 1927.

Cláudia Mesquita

FONTES: *Jornal do Brasil* (16/7/1927). Obituário; Portal Geo. Disponível em: <<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/ipp>>; REIS, J. *Rio de Janeiro*.

ESCOBAR, Marçal

*dep. fed. RS 1894-1905 e 1913-1922.

Marçal Pereira de Escobar nasceu em Itaqui (RS) no dia 29 de agosto de 1857.

Formou-se em direito pela Faculdade de São Paulo. Logo depois de formado, foi nomeado promotor público de Pelotas (RS), cargo que exerceu de 1879 a 1881. Foi procurador fiscal no Rio Grande do Sul de 1890 a 1893.

Após a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, o presidente provisório, marechal Deodoro da Fonseca, marcou eleições para o ano seguinte, na qual seriam eleitos os constituintes que iriam elaborar a primeira Constituição republicana do país. Em 1890, Escobar participou das discussões que culminariam com a promulgação da Constituição brasileira em 24 de fevereiro de 1891.

Ainda em 1890, a junta governativa gaúcha, formada pelo general Manuel Luís da Rocha Osório, Joaquim Francisco de Assis Brasil, João de Barros Cassal e o general Domingos Alves Barreto Leite, nomeou Marçal Escobar chefe de polícia do estado do Rio Grande do Sul. Permaneceu no cargo até novembro do ano seguinte, após a renúncia do marechal Deodoro em 23 de novembro, depois de enfrentar uma crise política que o levou a fechar o Congresso Nacional.

Era membro do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) liderado por Júlio de Castilhos. Em 1892 foi eleito deputado estadual nessa legenda. Assumiu, nesse mesmo ano, sua cadeira na Assembleia Legislativa gaúcha, na qual permaneceu até 1893. De fevereiro desse ano a agosto de 1895 participou da Revolução Federalista, movimento que conflagrou o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Os insurretos federalistas opunham-se ao governo de Júlio de Castilhos e ao governo federal de Floriano Peixoto (1891-1894), que o apoiava. O conflito envolveu amplas forças militares locais e remanescentes da Revolta da Armada, aliados aos federalistas, e se encerraria em agosto de 1895 com a vitória dos republicanos.

Em 1894 foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul, sempre na legenda do PRR.

Assumiu, em 22 de novembro desse ano, sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Foi reeleito em 1897 e exerceu o mandato até dezembro de 1899. Na legislatura seguinte ficou de fora, mas voltou a ser eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul em 1903, exercendo o mandato de maio desse ano a dezembro de 1905. Depois de algum tempo fora do Legislativo Federal, voltou à Câmara dos Deputados em julho de 1913, foi reeleito em 1915, 1918 e 1921, na qual permaneceu até o ano seguinte, quando faleceu.

Faleceu no Rio de Janeiro em outubro de 1922.

Mirna Aragão

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (p.177); AITA, C., AXT, G.. *Parlamentares*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; FRANCO, S. *Gaúchos*; POL. CIV. RS. A história da Polícia Civil gaúcha Disponível em: <http://www.pc.rs.gov.br/upload/1293122838_historia_da_policia_civil.pdf>; TRIB. JUST. RS. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/institu/memorial/RevistaJH/vol1n1n2/04.%20Sergio_Franco.pdf>; TRINDADE, H.; NOLL, M. *Subsídios* (p.176). Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=vgfo5H4q-JM%3d&tabid=3101&language=pt-BR>

ESCOBAR, Venceslau

*rev. 1893; dep. fed. RS 1906-1908 e 1924-1926.

Venceslau Pereira Escobar nasceu em São Borja (RS) no dia 28 de setembro de 1857, filho de Pedro Antônio Pereira Escobar e de Maria Jacinta Rodrigues.

Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 20 de outubro de 1880 e no mesmo ano escreveu um panfleto intitulado *O gabinete 5 de janeiro*, comentando o gabinete liberal de João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, o visconde de Sinimbu.

Em 1881 elegeu-se deputado provincial no Rio Grande do Sul e exerceu o mandato na legislatura de 1881 a 1882, sendo primeiro secretário da mesa diretora da Assembleia. Em 1882 apresentou-se como candidato avulso a deputado geral pelo Partido Liberal, mas foi derrotado, assim como o candidato oficial do seu partido. Nesse mesmo ano, casou-se com Cândida Pinto Ribeiro. Afastou-se temporariamente da política e foi nomeado promotor público de São Borja, tendo também desempenhado a função de juiz municipal. Habilitado ao cargo de juiz de direito, abriu banca de advogado em Porto Alegre.

Após a proclamação da República (15/11/1889), envolveu-se de novo na política, militando nas fileiras do Partido Federalista, fundado em 1892. A partir de fevereiro de 1893, participou da Revolução Federalista, guerra civil que conflagrou Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, na qual os insurretos federalistas se opunham aos republicanos de Júlio de Castilhos, então presidente do Rio Grande do Sul (1893-1898), e ao governo federal de Floriano Peixoto (1891-1894). O conflito envolveu amplas forças militares locais e remanescentes da Revolta da Armada, aliados dos federalistas, e encerrou-se em agosto de 1895 com a vitória dos republicanos. Durante a guerra, foi preso e processado, e teve que se mudar para o Uruguai. Próximo ao final do conflito regressou ao Brasil e foi novamente detido.

Em 1906 foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul, na legenda do Partido Federalista. Assumiu o mandato em maio do mesmo ano e concluiu-o em dezembro de 1908.

Voltou à Câmara dos Deputados na legislatura de 1924 a 1926.

Faleceu no Rio de Janeiro em 14 de abril de 1938.

Publicou *Cartas abertas ao senador Pinheiro Machado* (1904), *Apontamentos para a história da Revolução Rio-Grandense de 1893* (1920), *30 anos de ditadura rio-grandense* (1922), *Pela intervenção no Rio Grande do Sul e renúncia de Borges de Medeiros* (1923) e *No decurso de uma vida: memórias* (1937).

Raimundo Hélio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1).

ESCOLA DO RECIFE

Escola de pensamento surgida Faculdade de Direito do Recife na década de 1870.

OS PRIMEIROS CURSOS SUPERIORES

As Faculdades de Direito surgiram no Brasil no início do século XIX, ligadas ao processo de independência nacional, e participaram ativamente da construção da nova realidade política. Tal processo exigia, além de juristas e funcionários do Estado, um conjunto de respostas institucionais às demandas de um país que, mesmo rompendo com o estatuto colonial, mantinha contraditoriamente um imperador português na chefia da nação e uma pesada herança agrário-escravista.

Na América portuguesa colonial não havia a necessidade de formação de administradores ou mesmo de juristas, pois seus quadros político-administrativos eram preparados na Universidade de Coimbra. Do Reino vinham as leis, as instituições administrativas e os funcionários gradados. Diferente, no entanto, seria a situação do país liberto, que passaria a exigir dirigentes e legisladores com nova mentalidade, adequada às demandas da nação autônoma em construção. É nesse contexto que deve ser entendida a aprovação do projeto de 31 de agosto de 1826, transformado em lei imperial em 11 de agosto de 1827, que criou as Escolas de Direito de São Paulo e de Olinda, esta última posteriormente transferida para Recife.

Não se imagine, porém, que as Faculdades de Direito no Brasil imperial contribuíram somente para a formação de juristas e de quadros políticos e administrativos. Elas tiveram ativo papel no desenvolvimento do pensamento social, lugar de certo modo ocupado, até então, pelos seminários católicos. Ao longo do Império, e mesmo no início do período republicano, transformaram-se em centros aglutinadores das humanidades, preparando e formando as primeiras gerações de pensadores brasileiros e até de poetas e de literatos. Pode-se afirmar, portanto, que aos cursos de direito, para onde afluíam os filhos das elites rurais, foi atribuída a missão de formar bacharéis aptos a assumir o papel de dirigentes

responsáveis pelos destinos do país, e, também, de preparar intelectuais capazes de refletir e formular projetos para a nação.

Em que pesem os propósitos comuns, cada uma das duas escolas guardaria especificidades, seja quanto à orientação intelectual e profissional, seja quanto às funções ideológicas. É bem conhecida a inclinação política liberal da Escola de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, um “liberalismo sem ilusão” nos termos de Roberto Ventura em *Estilo tropical*, que contraditoriamente bem conviveu com a ordem monárquico-escravista e formou gerações de altos dirigentes nacionais. Já a Escola do Recife se tornaria produtora e difusora de um pensamento social calcado em concepções teóricas que mesclavam o positivismo com o evolucionismo determinista do darwinismo social e que tinha na questões da raça e da miscigenação o foco de suas formulações doutrinárias.

A Escola do Recife, sem dúvida, teria papel de destaque na constituição de interpretações sobre o Brasil que ampararam a visão de mundo das elites dirigentes e deram suporte teórico aos projetos de construção de uma “nação civilizada” nos trópicos desenvolvidos entre o final do século XIX e início do século XX.

A ESCOLA DO RECIFE

Em 15 de maio de 1828, foi inaugurada a Faculdade de Direito no Mosteiro de São Bento, em Olinda. A nova escola, além de atender à estratégica localização setentrional num país de tão larga extensão, deveria colocar sob controle e vigilância o radicalismo republicano que desde 1817 grassava em Pernambuco e que, não poucas vezes, contestara em armas a ordem imperial imposta pelo Rio de Janeiro.

Na primeira fase de sua existência, a Faculdade de Direito em Olinda reproduziu a estrutura da Escola de Coimbra, mantendo-se sob a forte influência da Igreja Católica. No entanto, após sua transferência para o Recife, em 1854, passou por um conjunto de profundas reformas acadêmicas de tendências laicas e republicanas, de indelével matiz positivista, levadas à frente por “intelectuais independentes”. Foi no quadro dessas mudanças que se separaram os currículos dos cursos de “ciências jurídicas” e de “ciências sociais”, das quais

faziam parte, entre outras cadeiras, as ciências da administração, a economia política, a higiene pública e a história dos tratados, segundo informa Lilia Schwarcz no livro *O espetáculo das raças*.

Essas mudanças propiciaram o desenvolvimento de formulações teóricas, fortemente marcadas pelo racionalismo científico, que iriam combater a metafísica, a tradição supersticiosa e o clericalismo católico conservador. O ímpeto crítico e a penetração desse ideário no debate teórico e político no Brasil seriam de tal ordem que, na década de 1870, já se falava de uma “Escola do Recife”, cuja produção e influência de largo, no entanto, ultrapassavam os limites regionais de Pernambuco.

Entre os intelectuais empenhados em introduzir a razão científica nos estudos jurídicos e o positivismo e o evolucionismo darwinista na produção do pensamento social estavam Tobias Barreto e Sílvio Romero, que iriam formar a vanguarda do que veio a ser conhecida como “Geração de 1870”. Dela também faziam parte Aníbal Falcão, Franklin Távora, Araripe Jr., Clóvis Beviláqua, Higino Cunha, Graça Aranha, Artur Orlando e Martins Jr. Abolicionistas e republicanos, esses literatos e pensadores eram homens que tinham em comum a origem social numa classe média urbana ascendente, distanciada do mundo agrário escravista e marginalizada com relação à política imperial. Capazes de se distanciar criticamente da ordem escravista monárquica, puderam defender a laicização da sociedade brasileira e combater o ideário romântico que, ao final do século XIX, fornecia as referências para a formação da identidade nacional.

Comprometido com a “modernização” do Brasil, Tobias Barreto chegou a propor o desenvolvimento de uma “ciência política positiva”, capaz de neutralizar conflitos sociais e ideológicos como os que martirizavam o Império em meados do século XIX. Nos seus termos, a noção de modernização tinha um forte comprometimento com a idéia de progresso, entendido, nos moldes positivistas, como o esclarecimento dos indivíduos por meio da razão. Leitor de filósofos alemães (Haeckel, Buckle), Barreto foi o difusor de pensadores que marcariam o perfil acadêmico da Escola do Recife: Le Bon e Gobineau, Spencer e Darwin, Littré e Le Play. Da difusão das idéias desses teóricos nasceria uma

concepção “científica” do direito, influenciada pela antropologia determinista, pela biologia evolutiva.

É importante que se lembre também que, por essa época, o cientificismo naturalista transbordou o âmbito do direito, contaminando a literatura, a crítica literária e, até mesmo, a poesia. Os romances naturalistas, dos quais *A carne* de Júlio Ribeiro é clara expressão, colocaram em evidência essa tendência à naturalização evolucionista do pensamento produzido à sombra da Escola do Recife.

Entre todos os pensadores, no entanto, destaca-se Sílvio Romero, cuja influência chegou às gerações subsequentes de autores que marcaram profundamente o pensamento social brasileiro, tais como Euclides da Cunha, Oliveira Viana e Gilberto Freire. Romero, segundo informa Lilia Schwarcz, foi um típico “homem de ciência” do século XIX, polemista e grande agitador intelectual, comprometido com as questões nacionais de seu tempo, analisadas à luz do ideário naturalista e evolucionista. Levando às últimas consequências a concepção da ciência como forma privilegiada do saber, fez contundente denúncia do romantismo e acerba crítica à sociedade imperial em seu livro mais importante, *Historia da literatura brasileira*.

Sustentado pelas teorias de Haeckel, Darwin e Spencer, Romero localizava os problemas do povo brasileiro e do caráter nacional no princípio biológico da raça. Para ele, a mestiçagem seria a saída para a construção da homogeneidade nacional. Todo brasileiro era um mestiço, tanto no “sangue” como nas “idéias”, expressando “a vitória do branco no país”. O mestiço, segundo ele, era o produto final de uma raça em formação.

Que não se conceba, no entanto, Sílvio Romero como um democrata defensor da igualdade original entre os homens. Segundo suas concepções racistas, a mestiçagem seria o caminho para extinguir os grupos indígenas e negros através de sua diluição na raça branca. Em outros termos, a mestiçagem era apresentada como a via de assimilação das raças inferiores, que possibilitaria ao Brasil escapar dos prognósticos pessimistas anunciados por teóricos como o conde Arthur de Gobineau, para quem a população brasileira, “totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia”, inviabilizaria a existência

da nação civilizada. Em última instância, Romero dava voz às proposições que alimentavam o programa de imigração de trabalhadores europeus para o Brasil, concebido não apenas como a constituição de um mercado capitalista de força de trabalho, mas como um processo de aceleração do branqueamento do país em construção.

Maria Aparecida de Paula Rago/Rosa Maria Vieira

FONTES: ALONSO, Â. *Idéias*; CANDIDO, A. *Método*; CHACON, V. *Formação*; COSTA, J. *Contribuição*; IANNI, O. *Raças*; SCHWARCZ, L. *Espetáculo*; VENTURA, R. *Estilo*.

ESCOLA MILITAR DA PRAIA VERMELHA

Instituição criada em 1857, no Rio de Janeiro, então capital do Império, como um desdobramento da Escola Central, localizada no largo de São Francisco, até então único estabelecimento de ensino superior do Exército e única escola do Império a formar engenheiros, tanto civis quanto militares. O objetivo do governo era proporcionar, na Praia Vermelha, um ensino prático que complementasse o ensino teórico ministrado na Escola Central. A instituição funcionou até 1904, quando da Revolta da Vacina.

A ESCOLA DA “MOCIDADE MILITAR”

A Escola Militar da Praia Vermelha foi temporariamente fechada durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). Em 1874, a Escola Central foi transferida para o Ministério do Império com o nome de Escola Politécnica, tornando-se uma escola de engenharia exclusivamente civil. Com isso, a Escola Militar da Praia Vermelha passou a monopolizar todos os estudos militares superiores, inclusive os de engenharia militar. Não era, no entanto, um passo obrigatório para o ingresso no oficialato nem para a ascensão na carreira militar.

Nos 15 anos finais do Império, a Escola Militar da Praia Vermelha – que também receberia o nome de Escola Militar do Brasil – tornou-se um espaço de formação e mobilização política, por conta principalmente da socialização dos novos alunos com colegas veteranos e jovens oficiais, mais do que por conta de um suposto proselitismo dos professores. O clima intelectual entre os alunos era marcado, de um lado, pelo predomínio de um conjunto eclético de ideias científicas – do positivismo ao evolucionismo –, evidente no apelido que os alunos davam à escola: “Tabernáculo da Ciência”. Também era muito valorizado o ideal meritocrático concretizado no título de “alferes aluno”, que era recebido pelos alunos aprovados plenamente ao final dos anos iniciais do curso e que representava, além do prêmio pela performance escolar, um aumento substancial nos vencimentos. Esses elementos, associados à origem social relativamente modesta de muitos de seus alunos, fizeram com que a Escola Militar da Praia Vermelha se tornasse local de desenvolvimento de uma contra-elite, em sua maioria ideologicamente republicana, que se opunha à política dos bacharéis em direito – apesar de seus alunos também receberem, ao final do curso, além da patente de oficial do Exército, o diploma de “bacharel em matemáticas e ciências físicas”.

A formação “científica”, percebida pelos alunos como exclusiva em relação à elite civil do Império, era também, todavia, motivo de diferenciação no interior do Exército em relação aos oficiais que não possuíam curso superior e faziam sua formação profissional servindo

nos corpos de tropa. Muitas vezes pouco orientados para a carreira militar, alunos e jovens oficiais egressos da Praia Vermelha participaram ativamente da campanha abolicionista e, principalmente, da conspiração republicana que terminaria por derrubar a monarquia.

Um exemplo ilustrativo da politização dos alunos foi dado em novembro 1888 por Euclides da Cunha, que, saindo de forma sem licença, durante uma visita do ministro da Guerra, atirou ao chão a carabina e o sabre-baioneta, depois de o haver procurado quebrar. Euclides teria ainda afirmado que fazia aquilo por ter direito ao título de alferes aluno e não ter sido promovido; segundo algumas versões, também o teria feito porque era republicano. Preso e posteriormente expulso da escola, Euclides seria, já na República, reintegrado à instituição. Alunos ou oficiais recém-formados pela Escola Militar da Praia Vermelha foram os elementos dinâmicos na radicalização do Clube Militar (fundado em 1887) e na atração de Benjamin Constant Botelho de Magalhães, professor de matemática da escola e vice-presidente do clube, para a liderança da conspiração republicana. Foi para Benjamin Constant que essa “mocidade militar”, na expressão da época, ofereceu, poucos dias antes da proclamação da República, um conjunto de “pactos de sangue” – nome pelo qual ficaram conhecidos abaixo-assinados que hipotecavam a seu líder solidariedade incondicional até a morte, no enfrentamento com o governo imperial. Associados a um pequeno grupo de oficiais superiores liderados pelo general Deodoro da Fonseca, eles foram bem-sucedidos no golpe de Estado de 15 de novembro de 1889, que instaurou a República no Brasil.

Nos 15 anos seguintes, a Escola Militar da Praia Vermelha tornou-se um bastião de defesa dos ideais republicanos no interior do Exército, apoiando as posições políticas de Benjamin Constant, nomeado primeiro ministro da Guerra da República e, após a morte deste, o governo de Floriano Peixoto. Com a morte de Floriano em 1895, uma parte do que fora a “mocidade militar” do final do Império ligou-se ao jacobinismo. A Escola Militar da Praia Vermelha revoltou-se em março de 1895, em maio de 1897 e, por fim, em 14 de novembro de 1904, durante a Revolta da Vacina. Esta teve como líderes militares os ex-alunos “científicos” da escola Lauro Sodré e Barbosa Lima, que pregavam o retorno à República ideal com a qual os conspiradores de 1889 haviam sonhado. Com a derrota da Revolta da Vacina, os alunos, que em sua quase totalidade aderiram à tentativa de golpe de Estado contra o presidente Rodrigues Alves (1902-1906), foram presos e expulsos do Exército, e a Escola Militar da Praia Vermelha foi fechada.

Celso Castro

Fontes: CASTRO, C. *Militares*; CASTRO, C.; GAGLIARDI, J. *Revolta*; LOBATO FILHO. *Última*; MOTA, J. *Formação*.

ESCOLA MILITAR DO REALENGO

Escola de preparação de oficiais do Exército brasileiro fundada em 1913 no bairro do Realengo, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, nas proximidades de outras unidades das forças armadas. Funcionou até 1944, quando foi criada a Escola Militar de Resende, que em 1951 deu lugar à Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), também em Resende, no estado do Rio de Janeiro.

A ESCOLA DOS “TENENTES”

A Escola Militar do Realengo foi fundada para concentrar em uma só instituição o preparo dos quadros do Exército. Além das disciplinas voltadas para a vida militar, o aluno, chamado cadete, ali recebia sólida formação generalista. Ao fim de três anos saía aspirante a oficial, e em seguida era promovido a segundo-tenente, primeira patente do oficialato.

A partir dos anos 1920, os oficiais egressos da Escola Militar, genericamente chamados de “tenentes”, colocaram-se em oposição ao governo federal no movimento que ficaria conhecido como tenentismo. Aliados às oligarquias não vinculadas ao café e às classes médias urbanas, sem ideologia declarada, pretenderam tomar o poder pelas armas, mas quase sempre malograram. A primeira revolta tenentista ocorreu em 1922, quando, tentando impedir a posse do presidente eleito Artur Bernardes, rebelaram-se no Rio de Janeiro a Escola Militar, a Vila Militar e o Forte de Copacabana. Em 1924 os militares do Realengo participaram da revolta que eclodiu em São Paulo, e no ano seguinte estavam na Coluna Prestes. Na Revolução de 1930, apoiaram Getúlio Vargas. Na época, o então coronel José Pessoa, irmão do presidente da Paraíba, João Pessoa, cujo assassinato fora pretexto para a revolução, tornou-se diretor da Escola Militar.

Durante o Estado Novo (1937-1945), os ex-tenentes dividiram-se no apoio e na oposição a Getúlio Vargas. A partir 1945, seus representantes disputaram e perderam eleições presidenciais: Eduardo Gomes, em 1945 e 1950, Juarez Távora, em 1955, e Henrique Teixeira Lott, em 1960. Os presidentes militares que governaram o país após o movimento

político-militar de 1964, Humberto de Alencar Castelo Branco, Artur da Costa e Silva, Emílio Médici, Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo, eram ex-alunos da Escola do Realengo.

Beatriz Coelho Silva

FONTES: ABREU, A. *Dicionário*; ACAD. MIL. AGULHAS NEGRAS. Disponível em: < <http://www.aman.ensino.eb.br/>>. Acesso em: 30 maio 2009.

ESPÍNOLA, Manuel

*magistrado; min. STF 1906-1912.

Manuel José Espínola nasceu na província da Bahia em 1841, filho de Manuel José Espínola.

Obteve o título de bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1861, e iniciou sua vida pública ao ser nomeado juiz municipal e de órfãos do termo de Rio Preto, na província de Minas Gerais, em 1863. Por decreto de março do ano de seguinte, foi removido para idêntico cargo no termo de Cantagalo, na província do Rio de Janeiro, sendo reconduzido em 1867. Em 1870 rumou para o Piauí, para desempenhar a função de chefe de polícia, cargo que deixou ainda no mesmo ano para assumir a primeira vice-presidência da província. Em abril de 1871 o foi designado juiz de direito da comarca de Macapá, cargo em que permaneceu até agosto de 1872, quando foi nomeado chefe de polícia de Sergipe. Em fevereiro de 1874, foi removido para a província da Bahia, para lá exercer a mesma função. Dispensado em novembro do mesmo ano, seguiu para o Rio de Janeiro, nomeado juiz de direito da comarca de Santa Maria Madalena. Entre 1886 e 1889, foi chefe de polícia da província fluminense.

Proclamada República e organizada a justiça do Distrito Federal, em novembro de 1890 foi nomeado juiz da Corte de Apelação, tribunal de segunda instância sucessor das antigas relações do Império. Ali exerceu a judicatura até setembro de 1906, quando foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) pelo presidente Rodrigues Alves (1902-1906). Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 7 de outubro de 1912, no exercício de suas funções no STF.

Foi casado com Ana Braga Espínola.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*;

RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em:
<<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>.

ESPÍRITO SANTO, Hermínio do

*magistrado; min. STF 1894-1924.

Hermínio Francisco do Espírito Santo nasceu em Recife no dia 9 de maio de 1841, filho de Vicente Antônio do Espírito Santo e de Francisca Fausta do Espírito Santo.

Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1862, iniciou a carreira na magistratura em 1865, ao ser nomeado juiz municipal e de órfãos do termo de São José do Norte, na província do Rio Grande do Sul. Em 1866 foi removido para o termo de Cruz Alta, na mesma província, onde permaneceu até 1870. Em agosto de 1872 foi nomeado juiz de direito da comarca de Barreirinhos, na província do Maranhão. Exerceu ali suas funções até 1873, quando foi designado vice-presidente da província de Santa Catarina. Ali ocupou, de 1876 a 1878, o posto de chefe de polícia. De volta ao Maranhão em janeiro de 1881, voltou à magistratura como titular da vara do comércio. Foi ainda chefe de polícia do Maranhão (1885), do Paraná (1885-1888) e, após a proclamação da República, do Rio Grande do Sul (1889-1890). Com a mudança do regime, foi nomeado em 1890 desembargador da Relação de Porto Alegre, corte de justiça de segunda instância, depois denominada Corte de Apelação. Em novembro do ano seguinte tornou-se juiz federal no Rio Grande do Sul.

Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) na vaga proveniente da aposentadoria de Esperidião Elói de Barros Pimentel, tomou posse em novembro de 1894. Nesse tribunal, em 1904, foi relator de um recurso de *habeas corpus* preventivo, num dos vários processos que chegavam ao Judiciário e que visavam a impedir acesso de autoridades sanitárias a residências para o combate dos vetores da febre amarela. Porquanto houvesse a municipalidade disposto em regulamento (Decreto nº 5.156, de 8/3/1904) sobre a possibilidade de invasão de domicílios, a fim de que fosse levada a efeito a política sanitaria patrocinada pelo governo Rodrigues Alves (1902-1906), o STF julgou inconstitucional tal possibilidade. Abriu-se assim uma crise institucional entre os poderes Executivo e Judiciário, dado que o combate às endemias era ação fundamental da

plataforma política do presidente da República.

Espírito Santo foi eleito vice-presidente do STF em maio de 1908, e presidente, em janeiro de 1911. Foi sucessivamente reconduzido à presidência da corte até 1924.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 11 de novembro de 1924.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*; RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em:<<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>.

ESPÍRITO SANTO, Vicente Antônio do

*militar; const. 1891; dep. fed. PE 1891-1893.

Vicente Antônio do Espírito Santo nasceu no ano de 1850.

Ingressou no Exército em 6 de novembro de 1871 e tornou-se alferes aluno em dezembro de 1874, quando iniciou seu curso de engenharia. Foi promovido a segundo-tenente em junho de 1876, a primeiro-tenente em julho de 1877 e a capitão em setembro de 1879.

Depois da Proclamação da República (15/11/1889), foi promovido a major em janeiro de 1890 e iniciou sua vida política, sendo eleito em setembro deputado constituinte por Pernambuco. Assumiu sua cadeira em 15 de novembro seguinte, quando foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal. Promulgada a nova Carta constitucional em 24 fevereiro de 1891, em junho seguinte passou a cumprir o mandato ordinário. Foi promovido a tenente-coronel graduado em janeiro de 1892 e efetivado nessa patente em novembro do mesmo ano. Após o fim do mandato, em dezembro de 1893, continuou sua vida militar, chegando a coronel graduado em março de 1895 e a coronel efetivo em fevereiro de 1897.

Foi também doutor em matemática, bacharel em direito e professor da Escola Militar.

Faleceu em 17 de dezembro de 1907.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

ESQUERDA, A

Jornal carioca diário fundado por Pedro Mota Lima em 6 de julho de 1927 e extinto em agosto de 1933. Embora não fosse um porta-voz oficial do Partido Comunista Brasileiro (PCB), expressava seus princípios.

Para fazer frente às despesas com a fundação do jornal e aos problemas financeiros subsequentes, Pedro Mota Lima recorreu ao bicheiro João Pallut, a quem interessava encobrir sua atividade no jogo do bicho. Mota Lima se justificava declarando aceitar as subvenções de Pallut na medida em que estas vinham em favor da causa comunista.

A *Esquerda* apresentou-se como um jornal nacionalista, preocupado principalmente com a defesa do operariado. Ao longo do ano de 1928, o jornal publicou amplo noticiário sobre os movimentos grevistas nacionais e internacionais e criticou o governo do presidente Washington Luís por recusar a anistia aos integrantes da Coluna Prestes, internados havia um ano na Bolívia. Publicou igualmente uma entrevista de Luís Carlos Prestes a Astorjildo Pereira, representante do PCB, da qual resultaria o ingresso de Prestes no partido. Além disso, o jornal denunciou a exploração do país pelo capital estrangeiro, criticou as condições de vida das camadas mais pobres da sociedade, combateu a corrupção parlamentar e defendeu o voto feminino.

Em 1929, A *Esquerda* acabou por encampar os princípios da Aliança Liberal, apoiando a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Nessa época, a repressão governamental aos comunistas esvaziou politicamente o jornal.

No final de 1930, Mota Lima retirou-se da redação, passando a propriedade do jornal a João Pallut. Com isso, A *Esquerda* perdeu grande parte de seu prestígio.

Embora tivesse aplaudido a Revolução de 1930, o jornal combateu o governo provisório, denunciando as arbitrariedades dos interventores e clamando pela reconstitucionalização.

Em 1931 foi publicado um artigo de Raul Pilla em defesa da convocação de uma constituinte. Em 1932, entretanto, A *Esquerda* se opôs à Revolução Constitucionalista.

Em 1933, sempre ligado aos princípios da esquerda, o jornal denotava grande preocupação com o operariado, defendia Luís Carlos Prestes e mostrava-se anticlerical. Seu objetivo era uma “ditadura construtora”, dirigida por um líder sem compromissos com os partidos

vigentes e as oligarquias.

Em agosto de 1933, dificuldades financeiras determinaram o fechamento de *A Esquerda*.

FONTES: ENTREV. BARATA, J.; ENTREV. BRITO, E.; ENTREV. LIMA, P.;
SILVA, H. 1930.

ESTADO DE MINAS

Jornal mineiro, diário e matutino, fundado em Belo Horizonte em 7 de março de 1928 por Juscelino Barbosa, então diretor do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, Álvaro Mendes Pimentel e Pedro Aleixo, ambos membros do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte, atual Câmara Municipal.

NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Na época da fundação do jornal, Juscelino Barbosa era diretor do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, enquanto Álvaro Mendes Pimentel e Pedro Aleixo eram ambos membros do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte, atual Câmara Municipal. Os três fundadores formaram uma sociedade sob a razão social Estado de Minas Sociedade Limitada. Pedro Aleixo assumiu a direção do periódico, formando uma equipe de jovens que mais tarde teriam um desempenho marcante na vida mineira e nacional. Entre eles figuravam Leal Costa, José Maria Alkmin, Carlos Drummond de Andrade, Milton Campos, Francisco Negrão de Lima, Manuel Teixeira de Sales e Jair Silva.

O objetivo inicial dos fundadores da nova folha era muito mais dotar a imprensa mineira de um periódico que imprimisse novos padrões jornalísticos em Belo Horizonte do que criar um órgão engajado nas lutas políticas. Assim, durante seus primeiros meses de existência, o *Estado de Minas* limitou-se a noticiar as discussões iniciais em torno da sucessão de Washington Luís na presidência da República, sem optar por uma definição clara.

Ao se iniciar o ano de 1929, Juscelino Barbosa desfez-se de sua parte no jornal, ficando a empresa sob a responsabilidade de Pedro Aleixo e Álvaro Mendes Pimentel. A partir desse momento, o jornal começou a definir com maior nitidez sua linha política. Ainda no primeiro semestre, o *Estado de Minas* deu total cobertura à campanha lançada pelo presidente estadual Antônio Carlos Ribeiro de Andrada em favor do voto secreto. Com a vacância de um lugar no Conselho Deliberativo de Belo Horizonte — cargo, aliás, não remunerado e sem grande significação política —, realizou-se a primeira experiência de voto secreto no país, com grande repercussão nacional. O *Estado de Minas* apoiou a candidatura do professor José de Magalhães Drummond, que concorria com o jovem

advogado Jair Negrão de Lima, apoiado pelo então prefeito da capital, Cristiano Machado. Em 15 de junho de 1929, já inclinado para as causas oposicionistas, o *Estado de Minas* transformou-se numa sociedade anônima, cujo controle acionário foi adquirido por Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo. Proprietário na época dos primeiros órgãos do que viria a ser a cadeia dos Diários Associados, Chateaubriand entregou a direção do jornal a Dario de Almeida Magalhães, que, na primeira reunião, nomeou Milton Campos redator-chefe, Tancredo Neves secretário de redação, Pedro Aleixo presidente da empresa e José Maria Alkmim gerente.

As causas dessa transferência de propriedade têm sido alvo de controvérsias. Segundo Teódulo Pereira, o *Estado de Minas* teria trocado de mãos para evitar a falência, e também para que fosse possível imprimir ao matutino uma orientação mais comprometida com a Aliança Liberal. Existe ainda a versão segundo a qual a compra do jornal teria sido fruto de um acordo secreto entre Chateaubriand e o presidente Antônio Carlos, pelo qual o dinheiro investido na transação seria utilizado na compra de armas para a campanha da Aliança Liberal, já que Minas não tinha condições financeiras para arcar com o ônus de uma possível revolução armada. Independentemente das diferentes versões, o fato é que o *Estado de Minas* em sua nova fase caracterizou-se por um absoluto engajamento na campanha da Aliança Liberal.

Em janeiro de 1930, foi inaugurada uma nova sede do jornal, na avenida Afonso Pena, em Belo Horizonte. Após a derrota de Getúlio Vargas nas eleições de março, o jornal encampou a solução revolucionária, dando total apoio ao movimento armado de outubro de 1930.

DE 1930 A 1945

Com o estabelecimento do governo provisório chefiado por Vargas, o *Estado de Minas* reiterou sua solidariedade aos revolucionários e confirmou seu apoio ao presidente estadual Olegário Maciel, mantendo-se neutro perante as disputas que dividiam o Partido Republicano Mineiro (PRM). Entretanto, à medida que o governo provisório estendia sua vigência, o jornal — seguindo orientação de Chateaubriand — iniciou uma campanha contra Vargas, apoiando mais explicitamente os setores do PRM ligados a Artur Bernardes e vendo com simpatia a Revolução Constitucionalista de 1932.

Com a derrota dos constitucionalistas, Chateaubriand foi obrigado a deixar o país. Nesse momento Dario de Almeida Magalhães foi chamado ao Rio de Janeiro para assumir a direção de *O Jornal* (principal órgão dos Diários Associados), passando a direção do *Estado de Minas* a Afonso Arinos de Melo Franco no início de 1933. Diante da convocação de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em maio de 1933 e da instalação de um governo constitucional no ano seguinte, o *Estado de Minas* voltou a se aproximar da situação, apoiando Vargas no combate às forças esquerdistas que em 1935 se organizariam na Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Essa grande afinidade com o governo iniciada em 1933 — emanada da direção dos Diários Associados — iria contudo a promover novas alterações na direção do jornal. Com a morte de Olegário Maciel em setembro de 1933, dois nomes se apresentaram para assumir a interventoria mineira: de um lado, Gustavo Capanema e, de outro, Virgílio de Melo Franco, irmão de Afonso Arinos. Fugindo à expectativa, Getúlio Vargas nomeou para o cargo Benedito Valadares. Decepcionado, Afonso Arinos passou a criticar o novo interventor em seus editoriais, o que o levou pouco depois a renunciar à direção do jornal. Permanecendo no Rio de Janeiro, Dario de Almeida Magalhães reassumiu a direção do *Estado de Minas*, sendo representado em Belo Horizonte por seu irmão Petrônio de Almeida Magalhães, que manteve uma linha favorável ao governo.

Embora fizesse algumas restrições a Vargas, o jornal encarou o golpe que instaurou o Estado Novo (10/11/1937) como um movimento patriótico, e considerou que a nova ordem política então estabelecida se adequava às necessidades do país. Essa posição de apoio à situação foi mantida durante quase todo o Estado Novo, tendo o jornal aplaudido as principais iniciativas governamentais e mantido relações cordiais com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Em fevereiro de 1938, o jornal passou por uma reforma gráfica e adquiriu maquinaria nova e mais moderna, substituindo a linotipo Marinoni pela rotativa Speed King. No mesmo mês, foi inaugurado o primeiro prédio construído para ser a sede do jornal.

Ao despontarem os primeiros sintomas de contestação ao governo de Vargas, o *Estado de Minas* também começou a esboçar posições oposicionistas. O *Manifesto dos mineiros* de 1943 recebeu total apoio do jornal, e a partir daí todas as iniciativas de luta pela redemocratização do regime — como as campanhas pela saída de Vargas e pela

convocação de uma constituinte — foram encampadas pelo periódico.

Com o lançamento das candidaturas à presidência da República em 1945, o jornal apoiou o brigadeiro Eduardo Gomes, candidato da União Democrática Nacional (UDN), sem deixar contudo de reconhecer os méritos de seu adversário, o general Eurico Gaspar Dutra, indicado pelo Partido Social Democrático (PSD). Após a vitória deste último, o *Estado de Minas* viu com simpatia o novo governo, empenhado, a seu ver, em promover a conciliação nacional.

DE 1945 A 1964

Nas eleições estaduais de 1947, o *Estado de Minas* jornal apoiou Mílton Campos, da UDN, que concorria com José Francisco Bias Fortes, do PSD. Com a vitória do primeiro, o jornal manteve o apoio a seu governo.

Ao se aproximarem as eleições de 1950, *O Estado de Minas* mais uma vez reafirmou seu antigetulismo, apoiando as candidaturas udenistas de Eduardo Gomes para a presidência da República e de Gabriel Passos para o governo mineiro. A derrota de ambos refletiu-se de maneira diversa no jornal. Em Minas, o periódico conviveu bem com o governo de Juscelino Kubitschek, elogiando várias medidas e criticando outras de forma moderada. Já na esfera nacional, o jornal manteve uma oposição firme a Getúlio, acompanhando a orientação geral dos Diários Associados.

Nesse sentido, o *Estado de Minas* combateu toda a política econômica de Vargas, encampando — segundo Thomas Skidmore — as teses do economista Eugênio Gudin, e afirmando que “as medidas fiscais e monetárias, bem como a política do comércio exterior, deveriam seguir os princípios estabelecidos pelos teóricos praticantes da política dos bancos centrais dos países industrializados. Os orçamentos governamentais deveriam ser equilibrados e as emissões, severamente controladas. O capital estrangeiro deveria ser bem recebido e estimulado, como ajuda indispensável para um país falto de capitais”. Nessa perspectiva, a campanha pelo monopólio estatal do petróleo, popularizada através do lema “O petróleo é nosso”, foi criticada pelo jornal, como fruto de um xenofobismo que impedia a exploração rápida do petróleo nacional, possível somente com a participação do capital estrangeiro.

Essa postura de oposição ao governo Vargas foi aprofundada ao longo de 1954, quando o

Estado de Minas se engajou plenamente na campanha de denúncias contra o jornal situacionista *Última Hora* e acatou as pressões para a deposição de Vargas. Comparado a outros periódicos oposicionistas, no entanto, o jornal manteve uma posição moderada, preservando a pessoa de Getúlio e de seus familiares mesmo em momentos cruciais. Um desses momentos foi o atentado da rua Tonelero, no Rio, em 5 de agosto de 1954, no qual foi morto o major-aviador Rubens Vaz e saiu ferido o jornalista Carlos Lacerda. Enquanto toda a imprensa de oposição denunciava a participação do governo e acusava a família do presidente de envolvimento no escândalo, o *Estado de Minas*, embora clamasse pela punição dos culpados, não atribuiu à família Vargas nenhuma responsabilidade.

Com o suicídio do chefe do governo e a subida de Café Filho, o jornal manteve-se numa posição equilibrada, não se definindo com clareza diante das novas forças políticas em ascensão.

Ainda em 1954, o *Estado de Minas* adquiriu uma rotativa Mann, em quatro cores, com capacidade para rodar mais de 60 mil jornais por hora. O jornal sofreu mais uma reforma gráfica e passou a adotar o formato *standard*.

Alterando suas posições tradicionais, nas eleições de 1955 o *Estado de Minas* apoiou os candidatos do PSD José Francisco Bias Fortes, para o governo estadual, e Juscelino Kubitschek, para o governo federal. Essa nova linha determinou a atitude do jornal em relação ao movimento contra a posse de Kubitschek, cujo argumento básico era a inexistência de maioria absoluta nas eleições. O *Estado de Minas* postou-se ao lado das forças legalistas, dando seu apoio ao chamado “golpe branco” de 11 de novembro de 1955, que garantiu a posse dos candidatos eleitos.

A partir desse momento, o matutino mineiro manteve-se equidistante das lutas políticas pela renovação dos governos. Sua atuação limitou-se ao comentário moderado sobre esta ou aquela medida levada a efeito pelos diversos governos, sem qualquer envolvimento direto nas disputas sucessórias. Dessa forma caracterizou-se a linha do jornal nos anos que se sucederam.

A partir de 1962, entretanto, o *Estado de Minas* voltaria a assumir uma posição marcadamente oposicionista. Na opinião do jornal, o país encontrava-se ameaçado pelo comunismo e corria enormes riscos, urgindo a necessidade de se desencadear uma luta sistemática contra toda e qualquer medida ensaiada pelo governo de João Goulart. Nesse

contexto, o jornal passou a funcionar como um dos articuladores do movimento militar que deporia o governo, influenciando decisivamente para que se criasse entre os mineiros um clima psicológico favorável ao levante.

Em abril de 1963 foi inaugurado o serviço de radiofoto do *Estado de Minas*, e em 1964 aconteceu a primeira grande reforma gráfica do jornal, conforme o projeto elaborado pelo artista plástico Amílcar de Castro.

DE 1964 EM DIANTE

A partir do estabelecimento do novo regime, em 31 de março de 1964, o *Estado de Minas* esteve plenamente identificado com os governos revolucionários. Sua maior afinidade, entretanto, manifestou-se em relação ao governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, ao qual o jornal deu apoio irrestrito e considerou como o mais rico em realizações. Em contrapartida, fez algumas restrições ao desempenho do general Emílio Médici, o qual, no seu entender, não deu um tratamento adequado a Minas Gerais. Essas pequenas considerações críticas em nada prejudicaram o relacionamento do jornal com os governantes oriundos das forças armadas, apoiadas e prestigiadas como responsáveis pela ordem e a integridade do país.

Em março de 1979, foi inaugurado o Parque Gráfico Geraldo Teixeira da Costa. A partir de então, o jornal passou a ser produzido todo em *off-set*, houve um aumento no número de tiragens, e a empresa passou a operar no mercado imprimindo também jornais para empresas e órgãos do governo.

Na década de 1980, o jornal teve significativo crescimento em captação de publicidade, em vendas avulsas e em número de assinantes. Em 1988 o parque gráfico foi ampliado, e em 20 de março foi impressa na capa do jornal a primeira foto colorida, mostrando o treino da seleção brasileira de vôlei.

Em março de 1991, o ex-governador de Minas Gerais (1987-1991) Newton Cardoso comprou as ações do *Estado de Minas*, que se especializara em lhe fazer oposição durante quase todo seu governo, a ponto de não publicar sequer seu nome, tratando-o como “o eventual ocupante do palácio da Liberdade”. As ações foram adquiridas de Gilberto Chateaubriand, filho de Assis Chateaubriand, que se encontrava em litígio com os demais herdeiros dos Diários e Emissoras Associados.

Em 1994, entrou em funcionamento o Tel Service, um catálogo de consultas de serviços acessado por telefonema gratuito, que ampliava o espaço para o leitor fazer sugestões e críticas ao jornal. Através desse serviço, os leitores podiam também ter acesso às notícias que não haviam entrado na edição do dia.

Em janeiro de 1995, o *Estado de Minas* iniciou outra reforma gráfica e editorial, implantando um sistema de editoração informatizada. Em janeiro de 1996, foi lançado o Net Service, de provimento de acesso à internet.

Em 1998, ainda estava em curso a batalha jurídica em torno dos direitos patrimoniais dos Diários Associados, e o *Estado de Minas* representava a única fonte razoável de dividendos dos Associados, por ser o maior diário de Belo Horizonte.

Em novembro de 2000, o jornal mudou de sede e passou a ocupar o Edifício Pedro Aleixo, em homenagem a um de seus fundadores. Em 2004, foi realizada uma nova reforma no projeto gráfico e editorial do jornal, que passou a ter três edições diárias, além de começar a ser distribuído em outros estados. Entre 2004 e 2008, o *Estado de Minas* reformulou cadernos e apresentou novos suplementos, tendo em vista atender à demanda de um público diversificado e com interesses específicos.

Em março de 2008 o jornal mineiro comemorou 80 anos e, como parte das comemorações, lançou um novo caderno voltado especificamente para o público jovem de 13 a 19 anos, o Ragga Drops, que começou a circular na edição do dia 28 de fevereiro.

Marieta de Moraes Ferreira

FONTES: ENTREV. ANDRADE, M.; ENTREV. COSTA, C.; ENTREV. PEREIRA, T.; *Estado de Minas* (12/3/1974, 2, 16/4/1977); *Imprensa* (43); Portal da Propaganda. *O Estado de Minas completa 80 anos*. Disponível em: <<http://www.portaldapropaganda.com.br/portal/propaganda/2310-estado-de-minas-completa-80-anos.html>>. Acesso em: 17/12/2009; *Veja* (4/2/1998).

ESTADO DE S. PAULO, O

Jornal paulista diário e matutino fundado em 4 de janeiro de 1875 com o nome de *A Província de São Paulo* por um grupo liderado por Américo Brasiliense de Almeida Melo e Manuel Ferraz de Campos Sales. Em 1885, ingressou em sua redação Júlio César Ferreira de Mesquita, que em pouco tempo passou a diretor. Desde então, a direção do jornal permaneceu nas mãos da família Mesquita.

A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO

Organizado por uma comissão nomeada pelo Congresso Republicano de Itu, realizado em 1874, o jornal *A Província de São Paulo* teve como principais articuladores Américo Brasiliense, atuando na cidade de São Paulo, e Campos Sales, atuando em Campinas. A sociedade comanditária constituída para a fundação do jornal incluiu, além dos já citados, os fazendeiros de café do Oeste Novo paulista Américo Brasília de Campos, Antônio Carlos de Sales, Antônio Pompeu de Camargo, Bento Augusto de Almeida Bicudo, Cândido Vale, o major Diogo de Barros, Francisco de Sales, Francisco Glicério de Cerqueira Leite, Francisco Rangel Pestana, João Francisco de Paula Sousa, João Manuel de Almeida Barbosa, João Tibiriçá Piratininga, João Tobias de Aguiar e Castro, José Alves de Cerqueira César, José de Vasconcelos de Almeida Prado, José Pedroso de Moraes Sales, Manuel Elpidio Pereira de Queirós, Martinho Prado Júnior e Rafael Pais de Barros. A redação da folha foi confiada a Francisco Rangel Pestana e Américo Brasília de Campos. Embora fosse em sua grande maioria favorável à República, esse grupo mostrava-se cauteloso diante da possibilidade real da queda da monarquia. Por essa razão, em lugar de se apresentar como porta-voz do Partido Republicano Paulista (PRP), o novo jornal preferiu adotar uma linha política independente, intervindo de maneira autônoma “na discussão dos assuntos políticos e sociais”.

Na verdade, *A Província de São Paulo* defendeu desde o início os interesses da elite agrária, combatendo a centralização política e administrativa imposta pelo Poder Moderador ao longo do Império. O jornal reivindicava igualmente eleições diretas para o Senado e para a presidência das províncias, a separação entre a Igreja e o Estado, a instituição do casamento e dos registros civis e a substituição progressiva do trabalho

escravo pelo trabalho livre.

Já a partir de seu segundo número, *A Província de São Paulo* introduziu em suas páginas uma “Seção livre” onde eram publicados comentários, discussões religiosas ou políticas e casos pessoais ou polêmicos. Duas ou três vezes por semana eram publicados editoriais de cunho anticlerical, antiescravagista e antimonárquico. Eram parcimoniosas as notícias referentes ao Natal, à Semana Santa, Finados e outras datas religiosas. A chegada da família imperial em visita a São Paulo foi noticiada de modo discreto, “embora respeitoso”. Entretanto, as crises financeiras atravessadas pelo jornal em seus primeiros anos de vida conduziram, em 1882, à dissolução da sociedade comanditária que o controlava. *A Província de São Paulo* passou então à propriedade exclusiva de Francisco Rangel Pestana, tornando-se ao mesmo tempo órgão oficial do PRP. Em outubro de 1884, Rangel Pestana vendeu metade do jornal à firma Alberto Sales e Cia., tornando a comprá-la em dezembro de 1885. Nova sociedade comanditária foi constituída, e nesse momento Júlio César Ferreira de Mesquita, genro de José Alves de Cerqueira César, ingressou no jornal como redator-gerente. A partir de 1888, Júlio Mesquita passaria a codiretor do jornal, ao lado de Rangel Pestana.

Ao longo da década de 1880, *A Província de São Paulo* desenvolveu duas grandes campanhas, defendendo a abolição da escravatura e a proclamação da República. A campanha abolicionista, mais explicitamente assumida pelo jornal, foi acompanhada da campanha em prol do incremento da imigração de colonos europeus. O jornal aplaudiu entusiasticamente o aparecimento do livro *O abolicionismo*, de Joaquim Nabuco, na Inglaterra, e apoiou a libertação pacífica dos escravos nas províncias do Amazonas e do Ceará. O barão de Cotegipe era abertamente atacado, acusado de responsável pelo fato de os comícios abolicionistas no Rio de Janeiro “serem perturbados com traques e bombas, recurso de moleques, quando o problema caminha para uma solução pacífica”. As propostas de libertação dos escravos contra a prestação de serviços por um prazo determinado eram também condenadas.

No final do mês de abril de 1888, o jornal suspendeu a publicação de matérias de cunho abolicionista. Dois dias após a promulgação da Lei Áurea, o editorial, várias matérias e poemas saudavam o fim da escravidão e convidavam o povo a participar de uma marcha comemorativa.

A campanha republicana, intensificada na fase final da campanha abolicionista, viu igualmente seus objetivos alcançados com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Pouco tempo depois, em 31 de dezembro, *A Província de São Paulo* passaria a chamar-se *O Estado de S. Paulo*.

A PRIMEIRA REPÚBLICA

Tanto Rangel Pestana como Júlio Mesquita ocuparam cargos no governo provisório de São Paulo, em concordância com o governo provisório da República chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca: Pestana, ao lado de Prudente de Moraes e Joaquim de Sousa Mursa, fez parte da junta governativa que assumiu o poder entre 16 de novembro e 14 de dezembro de 1889, enquanto Júlio Mesquita tornou-se secretário-geral do governo paulista, mantendo-se no cargo até janeiro de 1890, já com Prudente de Moraes como governador nomeado. Nesse momento, Júlio Mesquita retornou ao jornal, substituindo na direção do órgão Rangel Pestana, que foi chamado a integrar a comissão encarregada de elaborar o anteprojeto da nova Constituição e mudou-se para Petrópolis (RJ). Em 15 de setembro de 1890 Rangel Pestana foi eleito senador por São Paulo ao Congresso Nacional Constituinte a ser instalado em 15 de novembro. Entre os dias 26 de outubro e 7 de novembro de 1890, o jornal deixou de circular. Ao reaparecer, já apresentava Júlio Mesquita como diretor efetivo.

Promulgada a Constituição em 24 de fevereiro de 1891 e eleito Deodoro presidente constitucional da República no dia 25, realizaram-se a seguir as eleições para as constituintes estaduais. Em São Paulo, Júlio Mesquita foi um dos eleitos. No Distrito Federal, o embate entre o Congresso Nacional e Deodoro não tardaria a se fazer sentir. Em decorrência, no dia 3 de novembro Deodoro dissolveu o Congresso e decretou o estado de sítio, recebendo o apoio de Américo Brasiliense, então presidente de São Paulo. Alguns deputados estaduais paulistas apresentaram uma moção de protesto, afirmando sua “dedicação à Constituição Federal violada”, mas outra moção, de solidariedade a Américo Brasiliense, foi aprovada pela Câmara estadual, levando à renúncia de oito deputados. Entre eles estava Júlio Mesquita.

O Estado de S. Paulo aplaudiu a atuação do vice-presidente Floriano Peixoto, que, com a renúncia de Deodoro em 23 de novembro de 1891, assumiu a presidência da República. A

partir da posse do novo presidente, o jornal desencadeou violenta campanha contra Américo Brasiliense, declarando no editorial de 24 de novembro que, “depois de conhecida a notícia do restabelecimento da legalidade, S. Ex^a só [tinha] um caminho a seguir: o de sua casa particular”. Editoriais subsequentes ressaltaram “o abjeto comportamento de Américo Brasiliense” e analisaram sua “personalidade dúbia”, dominada “pela funesta vaidade dos ignorantes”. Em 15 de dezembro seria a vez de Brasiliense renunciar.

Em 1892, durante o governo de Floriano Peixoto (1891-1894), Júlio Mesquita foi eleito deputado federal e seguiu para o Rio de Janeiro, de onde retornaria em 1894. *O Estado de S. Paulo* manteve seu apoio ao governo, manifestando-se contrário à Revolta da Armada, deflagrada em 1893 pelo almirante Custódio José de Melo em oposição ao presidente da República. A insurreição encerrou-se com o asilo dos revoltosos em embarcações portuguesas fundeadas no Rio de Janeiro. Mesmo após a capitulação dos rebeldes, *O Estado de S. Paulo* criticou sua defesa, assumida por Rui Barbosa.

A eleição de Prudente de Moraes para a presidência da República em março de 1894 foi recebida com alegria pelo jornal, que, a despeito do apoio ao governo militar anterior, saudou no novo governo “o caráter civil que [a República] deveria ter tido desde o princípio”. Durante o novo período presidencial (1894-1898), *O Estado de S. Paulo* noticiou a eclosão da Guerra de Canudos, rebelião popular de cunho messiânico liderada por Antônio Conselheiro a partir de novembro de 1896 no sertão baiano. O movimento, denunciado como uma “conspiração monárquica ativíssima”, recebeu a cobertura jornalística de Euclides da Cunha e foi tema de uma série de artigos de Júlio Mesquita intitulados “Pela República!”.

Durante o governo de Campos Sales (1898-1902), *O Estado de S. Paulo* demonstrou insatisfação com as instituições republicanas, pugnando por uma reforma constitucional. Mais uma vez em contradição com seu antigo florianismo, o jornal reconheceu contudo em Campos Sales o mérito de ter “afastado os militares do poder e desarticulado os vestígios aparentes de jacobinismo”. A corrente favorável à revisão constitucional, encampada pelo jornal, encontrava resistência em setores do Exército. Data desse período o debate entre Júlio Mesquita e o general Artur Oscar, que publicava seus escritos no jornal carioca *O Dia*.

O Estado de S. Paulo colocou-se igualmente contra a “política dos governadores”,

modalidade de ação política introduzida de forma plena em 1900 por Campos Sales, segundo a qual o governo federal concedia aos presidentes de estado completa autonomia local em troca do apoio das bancadas estaduais no Congresso. *O Estado de S. Paulo* representava na verdade a chamada dissidência do PRP, ou seja, a ala do partido mais descontente com a situação. A comissão de dissidência, integrada por José Alves de Cerqueira César, Alfredo Guedes e outros, publicou no jornal seu manifesto, reivindicando a reforma da Constituição, o saneamento do voto popular, o aperfeiçoamento da instrução pública e da reforma judiciária, a supressão dos impostos de trânsito e a fiscalização tanto da arrecadação como da aplicação da receita estadual.

Como porta-voz dos dissidentes perrepistas, em 1905 *O Estado de S. Paulo* apoiou a candidatura de Afonso Pena à presidência da República, sucedendo a Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906). Em abril de 1906, o jornal organizou a Liga Republicana, frente única de oposição cujo programa incluía a “reconquista das liberdades democráticas” e a luta pela valorização do café. Em 28 de julho do mesmo ano, entretanto, a liga foi dissolvida devido à reconciliação entre dissidentes e situacionistas.

Com a proximidade das eleições presidenciais de 1910, o jornal desde o início se mostrou contrário à candidatura do marechal Hermes da Fonseca, apoiando Rui Barbosa e sua Campanha Civilista. Divulgada inicialmente na Bahia, a plataforma de Rui Barbosa passou a receber ampla cobertura do periódico, que se tornou o porta-voz oficial dos civilistas em São Paulo.

Após a vitória de Hermes da Fonseca, *O Estado de S. Paulo* chefiou a oposição e publicou em 27 de março o manifesto de Rui Barbosa à nação denunciando fraudes nas eleições. Após a posse do marechal em novembro, o jornal criticou o presidente pelo estabelecimento da censura à imprensa e denunciou arbitrariedades cometidas pela polícia. Em 27 de abril de 1913, Júlio Mesquita publicou editorial denunciando a inconstitucionalidade do fechamento do Congresso. O artigo valeu-lhe a proibição de circular nas cidades do Rio de Janeiro, Niterói e Petrópolis.

No momento da sucessão de Hermes da Fonseca, em 1914, mais uma vez *O Estado de S. Paulo* apoiou a candidatura de Rui Barbosa, que foi derrotado por Venceslau Brás. No período seguinte, o jornal atravessou nova crise, provocada pelo apoio de Júlio Mesquita aos Aliados na Primeira Guerra Mundial. Como a maioria dos anunciantes do jornal era

constituída de alemães, estes gradualmente retiraram sua publicidade, e o balanço de 1914 acusou uma grande queda nos lucros. Segundo o *Diário Alemão*, por outro lado, *O Estado de S. Paulo* estaria a reboque de interesses ingleses, e daí o apelido de *The State of São Paulo* atribuído ao periódico.

Ainda durante o governo de Venceslau Brás, por ocasião da Revolução Russa, em novembro de 1917, Júlio Mesquita comentou em editorial que até aquele momento não se sabia se “Lênin é simplesmente um infame ou se nos achamos na presença de um alucinado, de mentalidade e de moral diversas das nossas”.

Em 1º de março de 1918, foi eleito para a presidência da República o ex-presidente Rodrigues Alves, que não chegou a tomar posse, morrendo em 1919. Em seu lugar assumiu o vice-presidente eleito, Delfim Moreira, que permaneceu no poder até 28 de julho de 1919. Durante sua curta gestão, foram realizadas novas eleições. Pela terceira vez, *O Estado de S. Paulo* apoiou a candidatura de Rui Barbosa, opondo-se ao candidato situacionista Eptácio Pessoa, “sempre entre os que não amaram — e até detestaram — São Paulo”.

Na sucessão de Eptácio Pessoa em 1922, ao ser desencadeada a campanha da Reação Republicana em apoio à candidatura de Nilo Peçanha contra o candidato da situação Artur Bernardes, *O Estado de S. Paulo*, pela primeira vez desde 1910, não se colocou na oposição, mas apoiou o candidato oficial. Segundo o jornal, o programa de Bernardes, por mais defeitos que apresentasse, era mais significativo do que o de Nilo Peçanha, que se “salientava pela falta de ideias”. Além disso, a oposição a Bernardes representaria “uma tentativa de reerguimento do militarismo decaído”.

Ainda no final do governo de Eptácio Pessoa, em 5 de julho de 1922, eclodiu um levante no Rio de Janeiro que iniciou o ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920. Debelado no mesmo dia, o movimento foi criticado por *O Estado de S. Paulo*. Em novembro, contudo, o jornal lamentou que a posse de Artur Bernardes tivesse transcorrido com as garantias constitucionais dos cidadãos suspensas.

Em 5 de julho de 1924, nova revolta eclodiu em Sergipe, Amazonas e São Paulo, só não sendo sufocada com rapidez neste último estado. Os rebeldes paulistas, comandados pelo general da reserva Isidoro Dias Lopes, ocuparam a capital por três semanas, abandonando então a cidade em direção ao interior. O movimento foi cuidadosamente documentado por *O Estado de S. Paulo*, que, no entanto, “manteve a mais completa neutralidade durante todo

o tempo que durou a ocupação”. Júlio Mesquita negou aos revolucionários qualquer apoio. Em contrapartida, o jornal foi submetido a uma rigorosa censura até a libertação da cidade pelas tropas federais.

No momento da sucessão de Bernardes, em 1926, *O Estado de S. Paulo* voltou à sua antiga oposição, manifestando-se contra a candidatura situacionista de Washington Luís. Paralelamente, o jornal mantinha uma atitude de expectativa em relação ao recém-fundado Partido Democrático (PD), cujas bases haviam sido lançadas pelo conselheiro Antônio Prado. Júlio Mesquita, embora insistisse em conservar seu “alheamento partidário”, apoiou o conselheiro “com todo o ardor” publicando um editorial em que aplaudia a nova agremiação. Apesar de tudo, o jornal louvou as primeiras medidas do governo de Washington Luís referentes ao fechamento da prisão política de Clevelândia, no Amazonas, e à extinção do estado de sítio.

Em 1927, morreu Júlio Mesquita. A direção de *O Estado de S. Paulo* foi então entregue a Nestor Rangel Pestana e a Júlio de Mesquita Filho. Plínio Barreto assumiu a chefia de redação e Ricardo Figueiredo a gerência. A assembleia geral da sociedade anônima proprietária do jornal passou a ser dirigida por Armando de Sales Oliveira, Carolino da Mota e Silva e Francisco Mesquita.

DE 1930 A 1945

Com o início das articulações visando à sucessão de Washington Luís, e com a formação do movimento oposicionista da Aliança Liberal unindo os estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, *O Estado de S. Paulo* passou a apresentar — segundo a edição comemorativa de seu primeiro centenário — um noticiário “sóbrio e ralo”, no qual “faltavam informações”. Segundo a mesma fonte, Júlio de Mesquita Filho teria sido um dos principais articuladores da união entre o PD e o PRP em torno da candidatura situacionista de Júlio Prestes, união que seria viável desde que o candidato oficial “se compromettesse a incorporar à sua plataforma o voto secreto”. A recusa de Washington Luís em aceitar essa proposta teria eliminado a possibilidade da coligação entre os dois partidos. O PD começou então a se articular com Luís Carlos Prestes e Isidoro Dias Lopes, líderes exilados de 1924. Dessa conspiração participavam Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita, mas o noticiário do jornal mantinha-se discreto. Por outro lado, *O Estado de S. Paulo* era um dos

periódicos em que o governo federal publicava uma página “não propriamente de propaganda de seu candidato, mas de ataques à Aliança Liberal”.

Após as eleições de 1º de março de 1930, que deram a vitória a Júlio Prestes, *O Estado de S. Paulo* denunciou “fraudes... comunicadas ao Partido Democrático”. A partir daí, porém, limitou-se a noticiar os acontecimentos, vindo a reconhecer mais tarde a “feição anódina” de suas edições nos meses que precederam a Revolução de 1930.

No dia 25 de outubro de 1930, o jornal mudou subitamente de posição, abrindo o noticiário com a frase “O Brasil respira”. Sua adesão ao movimento revolucionário só se manifestou, portanto, no momento em que Washington Luís foi deposto. O editorial do dia 1º de novembro apoiava o primeiro governo revolucionário de São Paulo, chefiado por João Alberto Lins de Barros. Esse apoio iria contudo desaparecer pouco a pouco, principalmente diante do acirramento da crise desencadeada entre o interventor e as elites políticas paulistas.

No dia 8 de janeiro de 1931, o jornal contestou o discurso do líder revolucionário Juarez Távora em que este tachava a política paulista de regional e pouco afeita a “encarar os problemas nacionalmente”. O argumento apresentado pelo jornal foi que São Paulo não vivia à custa dos outros estados, mas estes, sim “é que [viviam] à custa de São Paulo”.

Os primeiros sinais de um movimento separatista não impediram que o jornal apoiasse a primeira lei trabalhista promulgada pelo governo provisório de Getúlio Vargas. Em seu editorial de 29 de março de 1931, *O Estado de S. Paulo* declarava que “o operariado deve estar contente. O decreto federal que regula aquilo que se chamou ‘a sindicalização’ satisfaz às suas aspirações mais importantes. Todos os seus direitos são protegidos com ânimo generoso, ficando eles ao abrigo de perseguições e injustiças. É provável que os patrões não experimentem o mesmo júbilo. O decreto põe-lhes várias restrições ao exercício dos seus direitos dentro das oficinas, com as quais custarão a conformar-se, e condena-os a sacrifícios múltiplos, aos quais não se sujeitarão sem esforço. Além dos operários propriamente ditos, outras classes de trabalhadores que a eles são equiparadas devem alegrar-se com a nova lei, pois que são por ela beneficiados com justiça e humanidade. Mas agrada a uns e desagrade a outros, a lei constitui do ponto de vista social um poderoso instrumento de combate à loucura do comunismo”.

No momento em que o PD rompeu com o governo provisório, *O Estado de S. Paulo* passou

a publicar notas diárias apontando os erros da administração central em relação aos paulistas. Quando as pretensões separatistas do estado se acentuaram, o jornal declarou que “o caso de São Paulo não se resolve com metralha. Resolve-se com um pouco de tato”.

A partir de fevereiro de 1932, o PD e o PRP se uniram para formar a Frente Única Paulista (FUP), reivindicando a autonomia de São Paulo e a volta imediata à ordem constitucional. Com sua própria diretoria filiada à FUP, *O Estado de S. Paulo* afirmou em editorial que “ou o estado é governado pela frente única, ou será mantido em desgoverno contínuo”.

Os acontecimentos se precipitavam. Em 23 de maio de 1932, foi lançado em São Paulo um boletim assinado pela FUP e pela Liga Paulista Pró-Constituinte, redigido na noite anterior na sede de *O Estado de S. Paulo* por Júlio de Mesquita Filho, Antônio Carlos de Abreu Sodré e Cesário Coimbra. O documento exortava a população a repelir “a indébita e injuriosa intromissão na sua vida política daqueles que estão conduzindo São Paulo e o Brasil à ruína total e à desonra”.

A Revolução Constitucionalista, deflagrada em 9 de julho de 1932, recebeu inteiro apoio do jornal: “Está vitorioso em todo o estado o movimento revolucionário constitucionalista” era a manchete do dia 10. A partir daí, o número de páginas do periódico reduziu-se, e diariamente apareciam fotos de batalhões partindo para o combate. A derrota da revolução conduziu ao exílio, entre outros, Júlio de Mesquita Filho, Francisco Mesquita, Antônio Mendonça e Paulo Duarte. Ainda assim, *O Estado de S. Paulo* continuou a ser publicado. Júlio de Mesquita Filho só voltou ao país em novembro de 1933.

A partir de meados de 1934, o jornal passou a publicar diariamente páginas de propaganda do recém-fundado Partido Constitucionalista, formado pela reunião do Partido Democrático, da Federação dos Voluntários de São Paulo e de uma dissidência do PRP denominada Ação Nacional. Finalmente, com a promulgação da Constituição no mês de julho, o jornal publicou nota considerando o evento como a conclusão da “obra que São Paulo encetou em 1932”.

Pouco depois, o Partido Constitucionalista lançou a candidatura de Armando de Sales Oliveira ao governo estadual. O candidato, que sairia vitorioso, recebeu o apoio de *O Estado de S. Paulo*. O jornal adotou também uma posição antisseparatista, declarando: “Realmente, numa outra e recente ocasião, quando nos batíamos pela lei, uma parte do Brasil esteve contra nós. Ficamos isolados e era justo que isso nos magoasse. Mas depois

disso, tudo mudou. Conquistamos tudo quanto exigimos ao entrar na luta. O nosso prestígio na Federação restaurou-se e São Paulo passou a ser governado de novo por paulistas ilustres. Tudo isso se fez sem quebra de dignidade, sem negociações indecorosas.” O jornal concluía afirmando que os paulistas já tinham mostrado na hora própria “ser... bravios. Mostremos agora que nunca deixamos de ser generosos e, sobretudo, inteligentes”.

Contrário ao programa da Aliança Nacional Libertadora, *O Estado de S. Paulo* apoiou a candidatura do governador Armando Sales à presidência da República nas eleições previstas para 1938. O jornal passou a noticiar as diversas adesões estaduais a seu candidato, “um homem que [a sociedade] sabia incapaz de mentir aos seus ideais de brasileiro”. Ao mesmo tempo, a plataforma de José Américo de Almeida, candidato da situação, era tachada de demagógica.

Diante do golpe do Estado Novo, desfechado em 10 de novembro de 1937, o jornal anunciou “profundas alterações na ordem político-social do país”. No dia 13, foi denunciada a adesão do PRP ao golpe. A partir daí, contudo, o jornal foi gradualmente limitando a amplitude de sua atuação política, pressionado pelo estreito controle da censura. O noticiário voltou-se para festas de formatura, reformas de militares, reuniões religiosas, reportagens policiais e notícias do estrangeiro. Cresceu a seção esportiva e a “Seção livre” praticamente desapareceu. A censura examinava todos os dias as provas tipográficas do jornal, devolvendo-as com um visto ou, como era frequente, cortando com tinta vermelha trechos ou mesmo artigos inteiros.

Entre novembro de 1937 e abril de 1938, Júlio de Mesquita Filho foi preso três vezes, e acabou por ser induzido a deixar o país no menor prazo possível. Partiu para a França na companhia de Armando Sales. *O Estado de S. Paulo* continuou a circular, esvaziado de todo conteúdo político e dando grande destaque à ascensão do movimento nazista na Alemanha. Em 15 de junho de 1938, Léo Vaz assumiu a direção do jornal.

Em 26 de março de 1940, a despeito de sua “neutralidade”, *O Estado de S. Paulo* teve sua sede invadida pela polícia. Segundo informações fornecidas pelo próprio jornal, a invasão teria sido ordenada pelo interventor Ademar de Barros, delegado que Vargas fora buscar entre os deputados eleitos pelo Partido Republicano para a recém-dissolvida Assembleia Legislativa. Diretores e funcionários foram expulsos, e o prédio permaneceu ocupado por soldados da Força Pública. No dia 7 de abril o jornal voltou a circular com nova diretoria,

articulada com os interesses da situação. A orientação governista foi mantida até 1945, quando, no dia 29 de outubro, Vargas foi deposto e o Estado Novo chegou ao fim.

DE 1945 A 1964

No dia 7 de dezembro de 1945, estando José Linhares na presidência da República, o governo estadual devolveu *O Estado de S. Paulo* a Júlio de Mesquita Filho mediante o reembolso da quantia que havia gasto na compra de ações e no aumento do capital da empresa. Júlio de Mesquita Filho voltou assim à direção do periódico, ao lado de Plínio Barreto. Léo Vaz permaneceu na chefia de redação, enquanto a direção administrativa, econômica e financeira voltou a Francisco Mesquita, assistido por Ibanez de Moraes Sales, Francisco Pereira Leite e Francisco de Castro Ramos. Plínio Barreto, além de encarregar-se da crítica literária do jornal, publicava a coluna “Bilhetes avulsos”. Júlio de Mesquita Filho assinava os “Ensaio sul-americanos” e publicava uma série de depoimentos intitulada “A Europa que eu vi”.

Com a rearticulação partidária de 1945, *O Estado de S. Paulo* vinculou-se à União Democrática Nacional (UDN). Assim, nas eleições presidenciais de dezembro desse ano, o jornal apoiou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, que concorria com o general Eurico Gaspar Dutra, lançado por uma coligação entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Durante o breve governo de José Linhares, Eduardo Gomes fora também um dos maiores interessados na volta da direção do jornal à família Mesquita.

Mesmo com a vitória de Dutra, o jornal acentuou que o simples fato de o pleito “haver transcorrido em perfeita ordem deveria constituir motivo de geral satisfação”. As primeiras disposições do novo governo foram também apoiadas, na medida em que traduziam “intenções de restabelecer no país a vida democrática”. Entretanto, o jornal mostrou-se contrário ao desejo manifestado pelo presidente de incluir nomes da UDN em seu ministério, o que “enfraqueceria a linha do partido”. As indicações de Raul Fernandes e Clemente Mariani respectivamente para as pastas da Fazenda e da Educação foram assim mal recebidas.

A posição de *O Estado de S. Paulo* durante o governo Dutra foi de oposição reservada e cautelosa, em geral pautada na atuação de Otávio Mangabeira, líder da UDN na recém-

eleita Assembleia Nacional Constituinte. O jornal denunciou a corrupção e a tentativa de continuísmo de antigos funcionários do Estado Novo. Por outro lado, mostrou-se favorável à legalidade do Partido Comunista, que seria “menos perigoso funcionando como partido legal”. Consequentemente, foram condenadas todas as formas de arbitrariedade policial nos comícios comunistas, pois, se o partido podia funcionar legalmente, seus dirigentes deveriam ter o direito de divulgar seu programa.

No final de 1946, nas negociações em torno da sucessão paulista, o jornal apoiou Antônio de Almeida Prado, candidato da UDN, que concorria com Hugo Borghi, candidato do PTB, Ademar de Barros, do Partido Social Progressista (PSP), e Mário Tavares, do PSD. Ademar de Barros saiu vitorioso e nos quatro anos seguintes *O Estado de S. Paulo* moveu-lhe intensa oposição, encampando o projeto da UDN de processá-lo por crimes que teria praticado contra o erário público. Procurou também chamar a atenção para o que considerava o lado visível de sua gestão, as sucessivas inaugurações de obras públicas. Denunciou igualmente o jogo do bicho, cujos banqueiros contribuiriam para uma “caixinha” controlada pelo próprio governador. O pedido de *impeachment* de Ademar de Barros apresentado na Assembleia fora resultado — segundo o jornal — de sua própria atuação, na medida em que pleiteara “uma lei federal” para regular “os processos movidos contra governadores”. Seria inadmissível que “alguns estados [continuassem] entregues a autoridades sem escrúpulo”.

Nas eleições de 1950 para a presidência da República e para o governo do estado, o jornal apoiou mais uma vez os candidatos udenistas, respectivamente Eduardo Gomes e Prestes Maia. A vitória coube entretanto a Getúlio Vargas, apoiado pelo PTB e o PSP, e a Lucas Nogueira Garcez, candidato ademarista. Esses resultados foram recebidos de maneira diversa: ao governador do estado foi dado um voto de confiança, enquanto o presidente foi acolhido com apreensão. *O Estado de S. Paulo* via em Vargas a ameaça de implantação de uma república sindicalista no Brasil.

Organizada a nova administração, Horácio Lafer, ministro da Fazenda, tentou formular um programa viável de estabilização, baseado na limitação do crédito. Encontrou, porém, a oposição de Ricardo Jafet, presidente do Banco do Brasil, que insistia numa política de crédito fácil. No debate que se seguiu, *O Estado de S. Paulo* defendeu a posição de Horácio Lafer. Um pouco mais tarde, o jornal foi contra um projeto de lei facultando a intervenção

governamental nos órgãos de imprensa, e desencadeou igualmente campanha contra outro projeto, regulamentando a radiodifusão no país.

A oposição a Getúlio Vargas prosseguiu, e o editorial de 1º de janeiro de 1952 afirmava: “Na ordem interna tivemos que lutar constantemente contra o receio de agitações determinadas, de um lado, pelas crescentes dificuldades da existência e, de outro, pelas campanhas de desmoralização contra o Congresso Nacional alimentadas por pessoas da roda presidencial. A tranquilidade, nunca a conseguimos de maneira absoluta ou, pelo menos, duradoura. Não teria sido possível gozá-la num país onde as condições de vida se tornam dia a dia mais pesadas e onde não se restabeleceu a confiança nos sentimentos democráticos do chefe da nação, nem na educação constitucional de seus auxiliares mais graduados.” *O Estado de S. Paulo* se lançou, nessa ocasião, contra o que chamava de “tendências jacobinistas” do governo, ou seja, o projeto de regulamentar a remessa de lucros auferidos pelo capital estrangeiro investido no Brasil. Combateu igualmente a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (Cofap).

Em relação às eleições de 1952 para a presidência do Clube Militar, o jornal fez oposição à candidatura do general Estillac Leal e apoiou o general Alcides Etchegoyen, que saiu vitorioso. Esse episódio foi considerado uma “vitória da democracia”.

A partir de 1953, *O Estado de S. Paulo* iniciou uma série de denúncias contra o que considerava “irregularidades administrativas do governo de Vargas”. Entre essas irregularidades, o escândalo das transações entre o Banco do Brasil e as empresas Érica e Última Hora, de propriedade do grupo Samuel Wainer, foi a que mais chamou a atenção do jornal.

No início de 1954, o periódico apoiou o *Manifesto dos coronéis*, que criticava a política do então ministro do Trabalho, João Goulart. No mês de agosto, o atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, em que perdeu a vida o major-aviador Rubens Vaz, foi apresentado como obra do governo. *O Estado de S. Paulo* apoiou também o inquérito subsequente, realizado na chamada “República do Galeão”, através do qual seria revelada “a enormidade dos crimes praticados ao longo dos meses pela verdadeira quadrilha que [cercava] Vargas”. A edição do dia 24 de agosto trazia quatro páginas de manifestações de diversos grupos sociais exigindo a renúncia de Vargas. Naquela madrugada o presidente se havia suicidado. Embora eleito vice-presidente pelo PSP-PTB, Café Filho, ao assumir o governo, inclinou-

se para as proposições políticas da UDN. Dessa forma, *O Estado de S. Paulo*, segundo a edição comemorativa de seu primeiro centenário, “recebeu com simpatia o novo governo, que rapidamente adquiriu plena estabilidade”.

Os debates em torno da sucessão presidencial colocaram o jornal entre os opositores da candidatura de Juscelino Kubitschek, lançada pelo PSD em 25 de novembro de 1954. Até esse momento, a UDN não havia indicado seu candidato. Embora não escondesse suas preferências pelo brigadeiro Eduardo Gomes, *O Estado de S. Paulo* apoiou em seguida o candidato oficial do partido, Juarez Távora. Com a vitória de Juscelino, o jornal encampou a tese udenista da maioria absoluta, ou seja, de que o candidato eleito não deveria tomar posse por não ter obtido votação suficiente. Segundo o periódico, o resultado do pleito “não refletia o pensamento da nação”.

Diante do movimento de 11 de novembro de 1955, que depôs o presidente interino Carlos Luz para garantir a posse dos candidatos eleitos, *O Estado de S. Paulo* opôs-se ao general Henrique Lott, mantendo, porém, segundo edição comemorativa posterior, “exemplar serenidade”. Por fim, o jornal acabou sofrendo a intervenção da censura.

O governo Kubitschek foi considerado por *O Estado de S. Paulo* como “o período mais trabalhoso de toda a sua existência”. O jornal opôs-se de maneira sistemática ao presidente, considerado um representante tardio do getulismo. As presenças de João Goulart na vice-presidência, do general Lott no Ministério da Guerra, de Ernâni do Amaral Peixoto na embaixada brasileira em Washington e de Francisco Negrão de Lima na Prefeitura do Distrito Federal foram asperamente censuradas. A atuação de Jânio Quadros no governo de São Paulo foi também combatida.

Até mesmo medidas liberalizantes de Juscelino foram recebidas com reservas. Assim, a suspensão da censura à imprensa, em 1º de fevereiro de 1956, “não passava de propaganda da nova administração”. Coerente com sua posição, o jornal pouco depois apoiou a revolta de Jacareacanga, dando ampla cobertura à fuga dos rebeldes.

Durante o ano de 1957, capitaneando a oposição, *O Estado de S. Paulo* combateu o projeto de Benedito Valadares que estendia o direito de voto aos analfabetos e denunciou o que chamava de “esforços tendentes à prorrogação do mandato dos parlamentares”. A construção de Brasília, que aprofundaria “ainda mais os problemas financeiros com que lutava o país”, foi apontada como a causa do aumento da inflação.

Na preparação das eleições de 1958 para o governo de São Paulo, o jornal defendeu a candidatura de Carlos Alberto de Carvalho Pinto, temendo contudo a vitória de Ademar de Barros. A seu ver, o eleitorado pecava por não comungar com as tradições e crenças “dos que têm profundas raízes mergulhadas nesta terra”, pois “o grosso da população do estado, fonte da maioria eleitoral a cujo discernimento está entregue a determinação dos nossos rumos políticos, é constituído pelas legiões incessantes que, de já 50 anos para cá, têm acudido de outros estados e do estrangeiro, atraídas pelas imensas possibilidades que São Paulo lhes oferece”. São Paulo teria “um eleitorado de aluvião... que tem crescido, engrossado e esmagado a minoria dos que, por amor e dedicação à terra, a têm procurado inutilmente elevar por meio de governantes honestos e capazes”. Ainda assim, Carvalho Pinto foi eleito.

Em novembro de 1959, quando a UDN começou a articular a candidatura de Jânio Quadros à presidência da República, *O Estado de S. Paulo* mudou sua postura frente ao ex-governador, apoiando-o e referindo-se ao “bom governo” que realizara no estado. O jornal não considerava o general Lott, candidato do PTB-PSD, um adversário perigoso.

Em 21 de abril de 1960, por ocasião da inauguração de Brasília, o jornal publicou um encarte especial de oito páginas cobrindo as cerimônias de instalação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O primeiro editorial ressaltava que “Brasília [se tornara] um centro de atração mundial e nunca o Brasil [fora] tão falado no mundo inteiro”. O início do governo de Jânio Quadros foi recebido com euforia pelo periódico, que discordou apenas da nomeação de Clemente Mariani para a pasta da Fazenda: a um banqueiro, seria preferível “um economista de larga experiência e visão”. Pouco tempo depois, entretanto, o jornal começou a se inquietar com a política externa de Jânio, que defendeu a admissão da República Popular da China na Organização das Nações Unidas (ONU), reatou relações diplomáticas com a Hungria, a Romênia e a Bulgária, e condecorou o ministro cubano Ernesto “Che” Guevara. Por fim, a partir de março de 1961, *O Estado de S. Paulo* se enfileirou entre os setores oposicionistas.

A renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, foi recebida com perplexidade. Contrário à posse de João Goulart, *O Estado de S. Paulo* não confiava na solução parlamentarista. O novo presidente foi recebido com hostilidade, embora fosse aplaudida a nomeação de Roberto Campos para a embaixada do Brasil nos EUA. O jornal opôs-se de imediato à

atuação pública de Leonel Brizola e denunciou “o notório aumento da infiltração comunista”, bem como “os pendores ditatoriais de Goulart”.

Embora as eleições estaduais de outubro de 1962 tivessem sido favoráveis à UDN, o jornal mostrou-se particularmente contrário à eleição de Miguel Arrais para o governo de Pernambuco e de Ademar de Barros para o governo de São Paulo.

As reformas de base propostas pelo governo federal foram combatidas e tachadas de demagógicas. *O Estado de S. Paulo* moveu campanha contra a realização do plebiscito que decidiria a permanência ou não do regime parlamentarista. Realizado afinal em 6 de janeiro de 1963, o plebiscito devolveu ao Executivo os poderes que lhe haviam sido retirados, suscitando o seguinte comentário do jornal: “De amanhã em diante, passaremos a viver sob o peso esmagador de um presidencialismo que terá mais a feição de uma ditadura.”

A partir do mês de agosto de 1963, o jornal iniciou uma série de editoriais sob o título geral “A subversão em marcha”, denunciando o avanço de uma frente de esquerda, a intranquilidade nos meios trabalhistas ocasionada pelas greves frequentes e a queda do poder aquisitivo provocada pelo alto custo de vida. Segundo a edição comemorativa do primeiro centenário do jornal, foi a partir de 1963 que, “com vistas à preservação do regime democrático no país”, se iniciaram as conspirações contra o governo, nas quais tomou parte a diretoria de *O Estado de S. Paulo*. Foi durante esse período que Júlio de Mesquita Filho redigiu o documento posteriormente conhecido como *Roteiro da revolução*, o qual, segundo o periódico, teria inspirado e orientado algumas das primeiras medidas tomadas pelo movimento político-militar de 31 de março de 1964.

Pouco antes, quando João Goulart assinou o decreto de desapropriação de terras e de encampação de refinarias de petróleo, em 13 de março de 1964, o jornal publicou o editorial “Um salto no abismo”. A passeata do dia 19 de março, denominada Marcha da Família com Deus pela Liberdade, foi saudada como “a maior manifestação cívica já vista [no] estado”.

DE 1964 A 1974

A deposição de João Goulart desencadeou uma fase de “verdadeira euforia” em *O Estado de S. Paulo*, cujos editoriais exaltavam o movimento militar e ressaltavam sobretudo a participação paulista. Entretanto, a aproximação de Júlio de Mesquita Filho

com o poder estaria condicionada à aceitação das teses expostas no roteiro que redigira anteriormente. O não cumprimento desse programa levaria o jornal a se afastar da situação. *O Estado de S. Paulo* considerava inicialmente que a “revolução, assumindo o poder, devia designar imediatamente um presidente da República ou chefe do governo revolucionário”. Assim sendo, o fato de Ranieri Mazzilli assumir a presidência não foi do inteiro agrado do jornal. O roteiro de Júlio de Mesquita Filho aconselhava igualmente a dissolução do Congresso, para que se expurgassem “os elementos indesejáveis”. Embora aprovasse a indicação do general Humberto de Alencar Castelo Branco para a presidência da República, o jornal foi portanto contra sua eleição pelo Congresso.

O Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, recebeu o apoio do jornal, assim como as primeiras cassações efetuadas pelo governo Castelo Branco (1964-1967). Preocupado em consolidar a vitória do movimento militar, *O Estado de S. Paulo* aplaudiu as medidas governamentais, encampando a necessidade de prorrogação do AI-1. Em relação à reforma partidária elaborada pelo novo governo, contudo, o jornal mostrou-se favorável à manutenção dos antigos partidos, preocupado na verdade com a dissolução da UDN: “um partido não é apenas um aglomerado de indivíduos, mas, acima de tudo, um servo de tradições; na realidade, ele é aquilo que possam ter significado as campanhas de que tenha participado.” O jornal opôs-se também à prorrogação do mandato de Castelo Branco, ao Estatuto da Terra e à concessão do direito de voto aos analfabetos, projeto, aliás, derrubado no Senado.

Ingressando no ano de 1965 com otimismo, *O Estado de S. Paulo* lamentou apenas a oposição de alguns setores do governo a Carlos Lacerda, um dos prováveis candidatos civis à sucessão de Castelo Branco. Ao mesmo tempo, Júlio de Mesquita Filho considerava excessivamente “legalistas” as preocupações do presidente, o que poderia levar o movimento revolucionário ao fracasso. Assim, o jornal apoiou o Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, que atribuiu poderes ao presidente da República para cassar mandatos e suspender direitos políticos, instituiu eleições indiretas para a presidência da República, aumentou o número de ministros do Supremo Tribunal Federal, ampliou as atribuições da Justiça Militar e extinguiu os partidos políticos.

Em 4 de janeiro de 1966, sob a orientação direta de Rui Mesquita, foi lançado o *Jornal da Tarde*, uma edição vespertina de *O Estado de S. Paulo*.

A partir desse ano, *O Estado de S. Paulo* começou a mudar de posição, publicando editoriais pessimistas quanto à evolução política nacional, embora fosse mantido o apoio aos “êxitos da revolução no campo econômico-financeiro”. O periódico mostrou-se descontente com a “atrofia” das atribuições do Congresso, criticando assim o Ato Complementar nº 16, de 23 de julho de 1966, que enfraqueceu ainda mais o Legislativo. Ainda no mês de julho, *O Estado de S. Paulo* mobilizou-se para combater o plano do governo de reforma da Constituição. Pouco mais tarde, o jornal teceu elogios a Raul Pilla, deputado da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido situacionista recém-fundado, que se incompatibilizou com o governo e renunciou à sua cadeira na Câmara. O jornal preocupava-se sobretudo com a liberdade de imprensa, ameaçada por nova lei em elaboração.

Ainda em 1966, a cassação de Ademar de Barros foi do inteiro agrado de *O Estado de S. Paulo*: “É um prazer ver este senhor pelas costas.” O jornal vinha denunciando uma “série de escândalos da administração estadual” na expectativa da cassação do governador.

Em relação ao problema da sucessão presidencial, o jornal defendia a idéia de uma candidatura única, considerando “uma péssima idéia” a criação da Frente Ampla, na qual se articulavam Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart. O periódico apoiou finalmente a eleição indireta do general Artur da Costa e Silva para a presidência da República, em 3 de outubro de 1966.

Diante do governo Costa e Silva (1967-1969), o periódico manteve uma posição ambígua, depositando, de um lado, “grandes esperanças no período político-administrativo que se iniciava”, e preocupando-se, de outro, com “a evidente expansão do militarismo”. Considerando que o novo presidente não era um representante da chamada “linha dura” do Exército, o jornal apoiava igualmente o ministro do Exército, general Aurélio de Lira Tavares. Reconhecia, entretanto, as tendências dissidentes que começavam a surgir no seio das forças armadas, insatisfeitas diante da brandura com que procurava governar Costa e Silva, principalmente por não tomar uma atitude contra a Frente Ampla, cada vez mais ambiciosa.

No dia 4 de abril de 1968, a Frente Ampla foi extinta, sua sede no Rio de Janeiro foi lacrada e as suas atividades foram proibidas em todo o território nacional. Foi a partir desse momento que *O Estado de S. Paulo* começou a definir-se mais propriamente como órgão

oposicionista, entreendo no enfraquecimento visível do dispositivo político do governo central “o caminho que se abria para a ditadura”.

O editorial de 3 de dezembro de 1968 aconselhava o governo a promover uma reforma da Constituição que restituísse a autonomia do Legislativo. O Executivo era igualmente incitado a reformular a vida partidária, a modificar as leis de segurança e de imprensa e a “sincronizar as aspirações populares com as instituições políticas”.

Pouco depois, *O Estado de S. Paulo* imprimiu o editorial “Instituições em frangalhos”, analisando a crise política instaurada após a Câmara ter negado permissão às forças armadas para processar o deputado oposicionista Márcio Moreira Alves, que sistematicamente desferia violentos ataques contra os militares. A edição do jornal foi apreendida durante a madrugada, e a partir de então a redação esteve sob censura. Dias depois, em 13 de dezembro de 1968, era promulgado o Ato Institucional nº 5, que declarou suspensas as garantias constitucionais de vitaliciedade, inamovibilidade, estabilidade e de *habeas-corpus*, atribuiu ao presidente da República o poder de intervir nos estados e municípios, cassar mandatos e suspender direitos políticos, confiscar bens, decretar o estado de sítio sem audiência do Congresso, demitir e reformar oficiais das forças armadas e das polícias militares e, por fim, promulgar decretos-leis e atos complementares destinados a garantir a continuidade do movimento de 1964. *O Estado de S. Paulo*, a partir dessa época, deixou de publicar seu primeiro editorial na composição tradicional de duas colunas em corpo oito, substituindo-o pela nota diária de comentário dos acontecimentos internacionais. Nesse momento, com a morte de Júlio de Mesquita Filho, assumiu a direção Júlio de Mesquita Neto.

Durante o governo do general Emílio Médici (1969-1974), o jornal manteve-se novamente em posição ambígua, tecendo elogios à situação econômico-financeira do país, mas ressaltando que no setor político a “mensagem [do governo era] muito pobre”. Fez também comentários favoráveis à visita de Médici aos Estados Unidos, ressaltando o fato de ser o Brasil “uma peça importante no sistema democrático ocidental”, e condenou o senador norte-americano Edward Kennedy por suas denúncias aos excessos da repressão no Brasil. Paralelamente, Júlio de Mesquita Neto, como presidente da Comissão de Liberdade de Imprensa da Associação Internacional de Imprensa, considerava “sombrio o panorama que

se abre para a América Latina, onde a liberdade de imprensa, tal como é entendida nos países desenvolvidos, existe apenas na Costa Rica, na Venezuela e na Colômbia”.

Carlos Eduardo Leal

DE 1974 A 1985

Em abril de 1975, já no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), foi suspensa a censura prévia a que o jornal esteve submetido ao longo de todo o governo Emílio Médici. Com a vitória da oposição nas eleições legislativas de 1974, desencadeou-se o processo de restauração dos direitos políticos democráticos, conduzido pelo próprio regime militar, que se estenderia até março de 1985, quando da posse de José Sarney. Nesse sentido, diferentemente de outros órgãos da imprensa que foram liberados da censura apenas no final da década de 1970, *O Estado de S. Paulo* pôde acompanhar todos os passos trilhados em direção à redemocratização do país gozando de uma autonomia que expressava ao menos o ponto de vista de sua direção, ainda exercida por Júlio de Mesquita Neto. Junto à retomada de sua independência editorial, o jornal afirmava-se como empresarialmente bem-sucedido, o que era atestado em junho de 1976 pela mudança de endereço, a partir de então um conjunto de cinco prédios de 30 mil metros quadrados numa das marginais do rio Tietê.

Em 1º de abril de 1977, o presidente Geisel decretou o recesso do Congresso Nacional, que se recusara a aprovar o projeto oficial de reforma do Judiciário. Durante os 14 dias em que o Congresso esteve fechado, Geisel decretou a reforma pretendida e baixou um conjunto de medidas, conhecido como “pacote de abril”, com o objetivo de preservar a maioria governista no Legislativo e de controlar os cargos executivos. Na ocasião *O Estado de S. Paulo* publicou editorial em que tecia considerações a respeito do golpe militar de 1964 e da sucessão de atos que afastaram os novos detentores do poder do ideal de “salvar o Brasil de um destino totalitário”. Expressando seu compromisso com o processo de abertura, o jornal, em uma avaliação dos governos militares, afirmava que o presidente Castelo Branco, cujo propósito inicial era “devolver o país às suas tradições liberais”, chegara “à reta final de seu governo com a nódoa da Lei nº 5.520 que nos fez retroceder, no plano cultural e político, aos tempos inquisitoriais”. Da mesma forma, ao presidente Costa e Silva, “liberal por índole”, devia-se “outra nódoa nos anais do direito constitucional

brasileiro, o AI-5”, e ao presidente Emílio Médici, que “havia anunciado a intenção de restabelecer a normalidade democrática no país ao assumir o poder”, “um regime de censura sultanesca, de censura asiática, despótica”.

Quanto ao presidente Geisel, apesar dos “notórios... passos de seu governo rumo à distensão do estado repressivo que herdara de seu antecessor”, o jornal concluía que teria acabado por abdicar da preocupação em restaurar progressivamente o estado de direito, encerrando “abruptamente o Congresso Nacional” e preparando-se para “remodelar as instituições políticas nacionais segundo a vontade discriminatória do sistema”. O principal foco de preocupação de *O Estado de S. Paulo* era, em consequência da reforma do Judiciário, a alteração do texto da Lei de Imprensa, que a partir de então imporá fortes penas pecuniárias aos jornalistas e aos meios de comunicação que incorressem em delitos de imprensa, e instituiria o rito sumário para o julgamento de tais delitos, de modo que entre a divulgação da matéria incriminada e a promulgação da sentença não transcorressem mais de 30 dias.

O processo de abertura política levou o governo a confrontos diretos com a imprensa, e em novembro de 1978 o jornalista Evandro Paranguá, da sucursal de *O Estado de S. Paulo* em Brasília, teve cassada a credencial que lhe permitia trabalhar no palácio do Planalto em função do artigo “Aqueles que nos julgam”. O texto, publicado em 18 de outubro, acusava os órgãos de segurança de abuso de poder e responsabilizava nesse sentido o coronel Antenor Santa Cruz Abreu, lotado no gabinete do chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI).

Em abril de 1979, já no governo do presidente João Batista Figueiredo (1979-1985), o jornal divulgou um documento atribuído ao Centro de Informações do Exército (CIE) no qual se propunham “sanções econômicas para coibir a atividade nefasta da imprensa nanica contestatória”, assim como a “realização de auditoria contábil nos jornais da chamada imprensa alternativa e o cancelamento de seus registros se ficar comprovada a existência de débitos com a Fazenda Nacional”. O próprio governo desqualificou o caso e, sem negar a autenticidade do documento, declarou que ele provinha de um governo anterior. Um possível processo contra *O Estado de S. Paulo* com base no que teria configurado desrespeito à lei que proibia a divulgação de documentos reservados também não foi adiante.

Quando da aprovação da Lei da Anistia em agosto de 1979, por meio da qual se foram beneficiados 4.650 opositores do regime militar e foram permitidos o retorno dos exilados, a libertação de grande parte dos presos políticos ainda detidos e a livre circulação daqueles que se mantinham na clandestinidade, *O Estado de S. Paulo* publicou o editorial “A anistia e a esperança”, no qual expressava cautela diante da medida, pois o que “se supunha ser a primeira etapa no caminho da reconciliação” podia acabar se transformando “em mais um motivo de divisão e acirramento dos ânimos”. Para o jornal, a esperança da retomada de um processo de paz interna em função da aprovação da anistia era injustificada; a liderança governista na Câmara teria sido responsável pelo que seria a transformação da anistia em “instrumento do clientelismo e da distinção social”, ao incluir em seu substitutivo emendas anistiando crimes que não eram expressamente políticos. Assim, a anistia teria se amesquinhado, “misturando o crime político com o delito ‘comum’”. O jornal matizava, contudo, o papel do presidente João Figueiredo, cujo governo teria “manifestado claramente sua intenção de fazer os avanços possíveis no caminho do estado de direito”, mas contra o qual havia forças que não estavam “absolutamente sob controle”. O editorial concluía afirmando que “a anistia foi um palmo de terreno a mais que se conquistou na dura guerra de posicionamento entre o autoritarismo e a democracia”.

Em agosto de 1980, o jornal ganhou no Tribunal Federal de Recursos direito à indenização pela censura prévia às edições de 10 e 11 de maio de 1973, que noticiavam a demissão, pelo presidente Emílio Médici, de Luís Fernando Cirne Lima da pasta da Agricultura.

Em 5 de maio de 1981, após o chamado Atentado do Riocentro — episódio em que uma bomba explodiu no interior de um carro no estacionamento de um centro de convenções no Rio de Janeiro durante um *show* de comemoração do Dia do Trabalho, matando um sargento e ferindo um capitão do Exército, ambos ocupantes do veículo —, *O Estado de S. Paulo* publicou o editorial “A defesa do Estado”, no qual conclamava o governo a não minimizar o caso como um episódio corriqueiro a ser resolvido por um inquérito policial-militar, mas a enfocá-lo como “um problema que afeta o Estado e cuja solução afirmará ou não sua razão de ser e seu poder”. A pronta conclusão a que chegara a opinião pública, de que uma explosão acidental teria frustrado o atentado a ser cometido pelos próprios militares, fora rechaçada por autoridades do I Exército, para quem suspeitas dessa natureza contra militares em “missões normais de rotina” configuravam “interpretações malévolas”

destinadas a denegrir as forças armadas. O jornal ponderava então que “o Exército está isento de suspeita... porque sua vocação natural... é ser leal ao seu comandante supremo, que é o chefe de Estado, e ao juramento de defender a Constituição e as leis”. No entanto, “esse reconhecimento não [impedia], à vista das circunstâncias, que a opinião pública se pergunt[asse] que tipo de missão se cumpria naquela noite fatídica... — e é de dar resposta a esta pergunta que dependerá a permanência da ordem jurídica e a afirmação do poder legítimo do Estado”.

O não esclarecimento da série de atentados que antecedeu o do Riocentro — contra a Ordem dos Advogados do Brasil, o bispo de Nova Iguaçu (RJ), a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro — levou *O Estado de S. Paulo* a concluir que “não é o projeto de abertura política do presidente Figueiredo que está no alvo dos terroristas impunes; não é a autoridade presidencial que se tem em mira — esta está abalada e corre o risco de desfazer-se à medida que os dias decorrem na pasmaceira das não soluções, e aquele submergirá a curto prazo por falta de decisão. O que o terror visa... é a ordem jurídica, o estado de direito liberal e democrático que queremos construir — e ela naufragará pela inércia do Estado, que desafiado foge e permite que a sacralidade de seu poder seja desafiada por meia dúzia, não mais do que isso, seguramente, de homens que perderam a razão”. O jornal tentava conciliar sua afirmação da necessidade do que seria um estado de direito liberal com uma posição não antagônica às forças armadas; assim, o Exército, “enquanto instituição nacional e permanente, [estaria] acima desses fatos”, sempre a serviço do Estado; “para que [pudesse cumprir] sua missão, contudo, [era] necessário que houvesse um Estado”.

Em junho de 1983, *O Estado de S. Paulo* desassociou sua operação editorial da operação industrial, transferindo todo o parque gráfico de sua propriedade para uma nova empresa recém-criada pelos proprietários do jornal, com a denominação de O Estado de São Paulo Gráfica S. A. A constituição dessa empresa tornou-se possível graças à venda de debêntures adquiridas por um grupo de bancos privados liderado por Olavo Setúbal, ex-prefeito da cidade de São Paulo e presidente do Banco Itaú. Essa terceirização de parte da atividade empresarial de *O Estado de S. Paulo* foi vista pelo noticiário da época como a consequência das dificuldades materiais atravessadas pelo jornal, expressivas, em última instância, da crise econômica que assolava o país. Uma nota do jornal veio posteriormente reagir a tais afirmações, considerando-as destituídas de fundamento e insinuando que sua

razão de ser estaria no fato de se originarem em órgãos do que seria uma imprensa concorrente.

Ao longo dos primeiros anos da década de 1980, o jornal manteve, de acordo com o ponto de vista de sua direção, uma linha editorial independente. No âmbito da política estadual, assumiu uma postura contrária aos governos de Paulo Maluf e de Franco Montoro, mas em relação ao governo federal, alternou críticas com manifestações de apoio, saudando as atitudes governamentais vinculadas ao projeto de liberalização do regime. Esse movimento pendular ficava patente em editorial publicado em novembro de 1983, no qual o jornal afirmava estar o país vivendo “neste crepúsculo, não se sabe do autoritarismo, se da frágil democracia de que desfrutamos”. Os principais pontos de afastamento em relação ao governo diziam respeito à política externa, que pugnava por uma aproximação com os países do continente africano. A viagem do presidente João Figueiredo a cinco países da África configuraria o que o jornal chamava, de maneira um tanto irônica, sua política “terceiro-mundista”. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, “a ênfase prioritária que se dá ao terceiro-mundismo... leva ao desperdício de nossas energias diplomáticas, num mundo heterogêneo dilacerado por conflitos ideológicos e por guerras nacionais fratricidas”. Para o jornal, seria “preciso comerciar sempre e por toda a parte, quando e onde for possível”, postura de resto consistente com uma visão liberal da economia.

Em fins de 1983, o jornal sofreu um atentado por parte de grupos de direita. Na ocasião o deputado Israel Novais sugeriu que o atentado, malgrado a não localização na linha editorial de *O Estado de S. Paulo* de “colorações situacionistas”, tinha por meta atingir “frontalmente o equilíbrio de todo o Estado”.

Por essa época iniciava-se a campanha das Diretas, cujo propósito era o “restabelecimento de eleições diretas para a presidência da República, tendo como pano de fundo a divisão das forças governistas quanto à sucessão do presidente João Figueiredo”. Grandes comícios impulsionaram a campanha, que culminou com gigantescas manifestações em abril de 1984. O grande comício de 10 de abril, realizado em torno da igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, foi comentado em editorial de *O Estado de S. Paulo* como comprobatório do caráter ordeiro e pacífico do povo brasileiro. Absolutamente favorável às diretas, o jornal exortava, diante do grande volume de manifestantes que compareceram — quinhentos mil ou o dobro —, os “deputados defensores do Colégio Eleitoral” a tentar uma reunião à qual

comparecessem ao menos dez mil simpatizantes, o que “ajudaria muito os parlamentares que pretendem sepultar a emenda Dante de Oliveira”. O editorial acrescentava ainda que “só o Executivo, insensível e isolado,... está alheio ao que sucede no cenário político: enrijece-se na defesa das indiretas e não desiste do propósito funesto de levar ao poder mais um representante da oligarquia que encilhou este país e o explora a seu bel-prazer”. Contudo, a direção do jornal mostrava clareza em relação à impossibilidade da aprovação da emenda Dante de Oliveira, pela ação sobretudo dos “inefáveis senadores biônicos”. A adoção das eleições diretas, proposta pela emenda Dante de Oliveira, foi de fato rejeitada pela Câmara dos Deputados em 25 de abril.

DE 1985 A 1995

Já durante o governo José Sarney (1985-1990), em fevereiro de 1986 foi lançado o Plano Cruzado, visando a combater a inflação que chegara a ultrapassar os 250% ao ano naquele mês. O plano incluiu medidas como a criação de um novo padrão monetário — o cruzado, de valor mil vezes maior que o cruzeiro, então abolido —, a extinção da correção monetária, a estabilização cambial e o congelamento de preços e salários. O programa alcançou grande sucesso nos primeiros meses, com a decidida redução da inflação e o entusiasmo popular na fiscalização de preços, mas acabou por apresentar numerosos problemas de ajuste, o que impossibilitou um controle mais longo da inflação.

Nesse sentido, em 1º de março de 1986 o editorial “Torcer para dar certo” argumentava que a responsabilidade pela inflação não podia ser creditada apenas, como o presidente Sarney vinha fazendo, aos chamados “donos do capital”, “empresários preocupados com suas finanças particulares e não com o destino da nação”. Para o jornal, o governo omitia outros aspectos geradores de um processo inflacionário, no bojo dos quais estariam os gastos com as estatais. O déficit e a dívida pública seriam na verdade o ponto nevrálgico da inflação. O jornal elogiava a conclamação feita pelo presidente Sarney a estados e municípios no sentido de reduzirem gastos, mas permanecia temeroso quanto a seu círculo de assessores, “hoje desprovido... de alguns privatistas convictos e cercando-se... cada dia mais de esquerdistas”.

Em maio de 1986, o editorial “Sabotador da reforma será o governo” investia novamente contra o setor público, considerando-o de “prodigalidade sem freios”, em oposição ao setor

privado, “a gemer sob o peso de mil tributos de todo o tipo tomados na marra pelo fisco implacável”. Nas estatais se fabricava “o rombo astronômico que entroniza a inflação e a leva ao paroxismo”.

Em novembro, Orestes Quércia, então candidato ao governo do estado de São Paulo, solicitou ao Tribunal Regional Eleitoral que censurasse o jornal por suas posições contrárias à sua candidatura. O pedido foi indeferido.

Em 16 de março de 1990, no início do governo do presidente Fernando Collor (1990-1992), foi anunciado novo plano de estabilização financeira, inaugurado com o confisco das cadernetas de poupança. *O Estado de S. Paulo* criticou a intervenção estatal na economia, afirmando não ser justo “que o setor privado continue pagando pela incapacidade de o Executivo, irmanado ao Legislativo e ao Judiciário, realizar a reforma do Estado que o habilite a exigir dos empresários ainda mais sacrifício”. Para Júlio de Mesquita Neto, “a solução dos problemas enfrentados pelo país... passa pelo crescimento econômico, pelo mercado, pela livre empresa e a retirada dos controles governamentais sobre a economia, bem como pela privatização e enxugamento da máquina estatal”.

A postura liberal de *O Estado de S. Paulo* fez com que o jornal entrasse em choque com o governo de Fernando Collor. Assim, em 1992, no momento em que o Poder Legislativo federal desencadeou o processo político visando ao *impeachment* de Collor, sob acusação de envolvimento em esquema de corrupção e tráfico de influência organizado por Paulo César Farias, tesoureiro de sua campanha eleitoral, o que resultou em seu afastamento da presidência da República, o jornal posicionou-se favoravelmente ao processo. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, “o chefe de Estado desmereceu da pátria, traiu a confiança de seus eleitores, permitiu... que se formasse uma quadrilha... para realizar o assalto estratégico aos cofres do Estado”. Contudo, o jornal afirmava a necessidade incondicional de um procedimento pautado pelas exigências da lei. Nesse sentido, argumentava que “não se ministra justiça passando por cima da lei”.

Decretado afinal o impedimento de Collor, foi efetivado na presidência da República o até então vice-presidente Itamar Franco (1992-1995). Durante seu governo, a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1993, foi enfocada de maneira positiva por *O Estado de S. Paulo*, já que teria como objetivo “reduzir a participação do Estado, falido, e a atração de investimentos privados nacionais e estrangeiros”. O jornal criticou, por outro

lado, a intenção do presidente de não privatizar algumas empresas estratégicas, entre elas a Petrobras, caracterizada como “um malogro de 40 anos”. A presença do capital estrangeiro nas privatizações foi vista de maneira positiva.

Em 21 de abril de 1993, um plebiscito manteve no país a forma republicana de governo e o regime presidencial. Para o jornal, tal resultado foi a “vitória do imobilismo, para não dizer da crise”. Em seu modo de ver, durante a campanha não fora esclarecido ao eleitorado o real sentido do plebiscito, nem as diferenças fundamentais entre a monarquia e a república, e, “tarefa mais difícil, entre o presidencialismo e o parlamentarismo”.

A revisão constitucional iniciada no primeiro semestre de 1993 foi recebida positivamente pelo jornal, pois poderia criar “as condições para uma mais íntima associação do Brasil com o mercado global de bens e ideias”. O jornal criticou a postura do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que se opuseram à revisão naquele momento, por pretenderem “fechar ainda mais nossa economia e nosso contato com o exterior”. O jornal também se manifestou totalmente contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), alegando que este tinha objetivos puramente eleitorais, além de ser, segundo os editoriais, uma “organização paramilitar” que comandava um “movimento anticonstitucional”.

A indicação de Fernando Henrique Cardoso para ministro da Fazenda em maio de 1993 foi bem recebida, tendo o jornal ressaltado no senador a figura do intelectual com profundo conhecimento do país. A atuação da equipe econômica de Fernando Henrique foi contudo criticada devido ao que foi considerado um excesso de preocupações acadêmicas. A aprovação do Plano Real pelo Congresso Nacional em maio de 1994 foi avaliada positivamente, entre outros motivos pela importância do plano, que, segundo o jornal, foi o melhor de todos. A implantação do Plano Real em 1º de julho de 1994 foi também bem recebida, embora o jornal ressaltasse que seu êxito dependeria de uma série de medidas cujo rumo ainda não estava definido.

A oposição de *O Estado de S. Paulo* a Luís Inácio Lula da Silva, candidato petista à presidência da República pela primeira vez em 1989, foi mantida na campanha de 1994. A relação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) com os petistas foi analisada negativamente, pois, segundo o jornal, o partido recebia verbas da entidade sindical e apoio político para a campanha eleitoral. Entre os candidatos à eleição presidencial de 1994, o

jornal optou por Fernando Henrique, que teria o melhor perfil, capaz de “uma real modernização das atividades econômicas”.

De acordo com o jornal, a vitória de Fernando Henrique no pleito de outubro de 1994 favoreceria novas entradas de capitais e viabilizaria o êxito do Plano Real. O jornal ainda frisou a grande vitória de seus aliados, que formaram uma consistente base parlamentar que viabilizaria a aprovação das reformas constitucionais. Em 1995, com a posse do novo presidente da República, o jornal se posicionou favoravelmente às medidas do governo, sobretudo no tocante às privatizações. O Plano Real foi saudado como um plano econômico que deu certo e garantiu uma boa imagem do Brasil no exterior.

Vicente Saul

Em março de 2000 entrou no ar o portal de *O Estado de S. Paulo*. Em 2005 jornal conquistou o prêmio Caboré de Melhor Veículo de Comunicação para Mídia Impressa. Em 7 de janeiro de 2007 os grupos Estado e Infoglobo inauguraram conjuntamente o site ZAP. Em 2007, segundo levantamento do Instituto Verificador de Circulação (IVC), a circulação de *O Estado de S. Paulo* cresceu acima da média dos grandes jornais. Em 2008 o jornal possuía cerca 1,14 milhão de leitores de segunda a domingo e era o quinto do país em circulação.

FONTES: BENEVIDES, M. *UDN*; CARONE, E. *República*; *Estado de S. Paulo* (1977 - 1995); *Estadão*. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br>>. Acesso em: 15/10/2009; HILTON, S. *Guerra*; *Jornal do Brasil* (16/11/1986, 31/5/1990); M&M Online. Disponível em: <<http://www.mmonline.com.br>>. Acesso em: 15/10/2009; NOBRE, J. *História*; Portal Imprensa. Disponível em: <<http://portalimprensa.uol.com.br>>. Acesso em: 15/10/2009; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1926; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1931; SILVA, H. 1932; SILVA, H. 1933; SILVA, H. 1934; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937; SILVA, H. 1938; SILVA, H. 1939; SILVA, H. 1942; SILVA, H. 1944; SILVA, H. 1945; SILVA, H. 1954; SILVA, H. 1964; SKIDMORE, T. *Brasil*; *Veja* (4/1975 – 3/1995).

ESTADO DO RIO GRANDE, O

Jornal gaúcho lançado em Porto Alegre logo após a fundação do Partido Libertador (PL), em março de 1928. Dirigido por Raul Pilla, foi o porta-voz oficial do PL, tendo defendido e divulgado as posições do partido durante toda a sua existência. Foi fechado quando da extinção de todos os partidos políticos existentes no país em dezembro de 1937, logo após a instauração do Estado Novo.

ESTEVES JÚNIOR

*const. 1891; sen. SC 1891-1900.

Antônio Justiniano Esteves Júnior nasceu em Desterro (SC), atual Florianópolis, em 21 de março de 1832, filho de Antônio Justiniano Esteves.

Fez os primeiros estudos em sua cidade natal e em 1845, aos 13 anos, migrou para o Rio de Janeiro, então capital do Império, onde começou a trabalhar como caixeiro. Cinco anos depois mudou-se para São Paulo e se estabeleceu como comerciante. Logo em seguida retornou ao Rio de Janeiro e inaugurou em sociedade uma livraria. Também em sociedade, agora com seu irmão José, abriu uma papelaria que ficou conhecida como “Consulado Catarinense”, já que muitos conterrâneos procuravam o comércio dos irmãos Esteves.

Adepto dos princípios do liberalismo, dedicou-se à campanha abolicionista e à propaganda republicana, tendo assinado o Manifesto Republicano de 1870. Também participou do I Congresso Republicano, realizado no Rio de Janeiro em 1887, como representante de Santa Catarina. Depois da proclamação da República em 15 de novembro de 1889, indicou ao chefe do governo provisório, marechal Deodoro da Fonseca, o nome de Lauro Müller para governador de Santa Catarina.

Eleito senador por Santa Catarina à Assembleia Nacional Constituinte em setembro de 1890, tomou posse em 15 de novembro e foi presenteado por seus conterrâneos uma pena de ouro para assinar a Constituição de 1891, o que fez. Em seguida, fez uma homenagem ao professor que lhe ensinou as primeiras letras, José Joaquim Lopes, presenteando-o com a mesma pena. A partir de maio de 1891 passou a exercer o mandato ordinário e em 1900 foi reeleito senador. Não completou o segundo mandato em virtude de seu falecimento, ocorrido no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 9 de março de 1900.

Era casado com Isabel Thompson, com quem teve filhos.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; PIAZZA, W. *Dicionário*.

ETCHEGOYEN, ALCIDES

*militar; rev. 1930; ch. pol. DF 1942-1943.

Alcides Gonçalves Etchegoyen nasceu em Porto Alegre no dia 3 de março de 1901, filho de Ramon Vicente Etchegoyen e de Brandina Gonçalves Etchegoyen.

Fez os estudos preparatórios em seu estado natal e assentou praça em março de 1918, saindo aspirante a oficial de artilharia em 1921. Em maio do mesmo ano foi promovido a segundo-tenente, e no ano seguinte a primeiro-tenente.

Como revolucionário, ficou conhecido por ter liderado a chamada Coluna Relâmpago, que tentou promover um levante em 1926 com a finalidade de impedir a posse de Washington Luís, eleito presidente da República. Nessa ocasião, servia ao lado de seu irmão Néelson Etchegoyen no Regimento de Artilharia Montada de Cruz Alta (RS). Os dois irmãos sublevaram a unidade, atacando em seguida o quartel da Brigada Militar, comandado pelo coronel Aníbal Barão. Sem apoio de outras unidades, a luta durou poucas horas e os revolucionários escaparam. Chefiadas por Osvaldo Aranha, as forças legalistas perseguiram os revoltosos e, no combate, Osvaldo Aranha foi ferido no calcanhar.

Em 1930, ao lado, entre outros, do antigo adversário Osvaldo Aranha, combateu pela revolução no Rio Grande do Sul, participando do grupo de comando revolucionário. Após a tomada de Porto Alegre, o tenente Alcides Etchegoyen foi comissionado no posto de coronel e assumiu o comando do primeiro destacamento gaúcho que partiu para o Rio de Janeiro no dia 5 de outubro de 1930. No dia 12 de outubro, travou o primeiro combate sério na divisa Paraná-São Paulo. No Rio, seu grupo dominou a Carta Geral do Brasil, o Colégio Militar e a Companhia de Estabelecimentos, entre outras unidades.

Anistiado em novembro de 1930, foi promovido a capitão. Nesse posto, serviu na chefia do estado-maior da 3ª Região Militar (3ª RM), no Rio Grande do Sul. Em dezembro de 1931, ocorreu o chamado Pacto Militar de Poços de Caldas, reunindo Juarez Távora, Osvaldo Aranha e Góis Monteiro. Preocupados com o rumo institucionalizador que a situação vinha tomando, os três líderes definiram no encontro um programa de ação capaz de defender o espírito revolucionário e de perpetuar a própria revolução. Etchegoyen, devido à sua intransigente defesa dos princípios que nortearam a Revolução de 1930, foi nomeado, logo após o pacto, delegado militar revolucionário junto à 3ª RM.

Em janeiro de 1932, Etchegoyen escreveu a Getúlio Vargas informando-o da preocupação dos militares do Sul com a reforma eleitoral anunciada. Interessados no prosseguimento da revolução, esses militares achavam que a reforma não poderia ser feita antes de uma reforma administrativa e dos expurgos necessários. No dia 3 de fevereiro, Getúlio respondeu a Etchegoyen, informando-o extensamente sobre as obras do governo revolucionário e insistindo na necessidade de se restaurar as finanças do país antes da eleição de uma constituinte.

Promovido a major em 1933, Etchegoyen serviu como oficial de gabinete do ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, de dezembro de 1936 a maio de 1938. Nessa função, produziu informes sobre a situação militar no país. Em 1937, por exemplo, Benjamim Vargas transmitiu a Getúlio as impressões de Etchegoyen sobre o general Emílio Lúcio Esteves, executor do estado de guerra no Rio Grande do Sul.

Promovido a tenente-coronel ainda em 1938, Etchegoyen comandou o Grupo Escola de maio desse ano a novembro de 1939, deixando o posto para comandar o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Porto Alegre até dezembro de 1940. Assumiu então a chefia do estado-maior da 2ª Divisão de Cavalaria, em São Paulo, onde permaneceu até julho de 1942.

Nessa ocasião, era intenso o debate sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado das forças aliadas. No dia 4 de julho, realizou-se no Rio de Janeiro manifestação estudantil contra o torpedeamento de navios brasileiros por belonaves alemãs. Em consequência da realização do ato público, o chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, que o havia proibido anteriormente, deixou o cargo no dia 17 de julho de 1942. Imediatamente, Alcides Etchegoyen foi nomeado para substituí-lo. Em dezembro do mesmo ano, foi promovido a coronel.

Permanecendo no cargo de chefe de polícia até agosto de 1943, Etchegoyen teve uma atuação moralista, combatendo o jogo do bicho e a prostituição, e perseguiu as atividades políticas de oposição ao governo. Nesse sentido, dificultou particularmente a atuação da Sociedade Amigos da América, fundada em janeiro de 1943. A entidade exigia a participação do Brasil na guerra junto aos Aliados, a anistia política irrestrita e o reconhecimento da URSS, entre outros pontos. Em março de 1943, a sociedade lançou um manifesto onde acusava o coronel Etchegoyen, ao lado do também coronel Néelson de Melo,

de submeter seus associados a uma investigação por parte da polícia e de mobilizar o mecanismo do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para impedir qualquer menção na imprensa à entidade e a seu presidente, o general Manuel Rabelo.

No dia 31 de agosto de 1943, Alcides Etchegoyen demitiu-se das funções de chefe de polícia do Distrito Federal, transmitindo o posto ao coronel Néelson de Melo. De novembro de 1943 a outubro de 1946 comandou o Grupamento Leste de Defesa da Costa, e nesse último ano foi promovido a general de brigada. Passou então a comandar a artilharia da 3ª RM, posto em que permaneceu até abril de 1948. Entre 1948 e 1950, comandou a Artilharia da Costa da 1ª RM, no então Distrito Federal. Fez o curso superior de guerra de 1950 a 1951, e de junho de 1951 a agosto de 1952 comandou o Núcleo da Divisão Blindada, no Rio de Janeiro.

Em 1952, ano de sua promoção a general de divisão, o Brasil negociou um acordo militar com os EUA. Etchegoyen colocou-se ao lado dos defensores do acordo, exigindo ao mesmo tempo medidas mais enérgicas contra os comunistas. No mesmo ano, eram intensas as discussões sobre a questão do petróleo no Clube Militar. Contrário à tese nacionalista, o general encabeçou a chapa da Cruzada Democrática nas eleições para a presidência do Clube Militar, concorrendo com a chapa liderada por Newton Estillac Leal. Realizadas em março de 1952, as eleições deram a vitória à chapa da Cruzada, e a partir de então ficaram proibidas as discussões sobre a questão do petróleo no clube. Nas eleições seguintes, realizadas em 1954, apoiou a chapa vitoriosa, encabeçada por Canrobert Pereira da Costa e Juarez Távora.

Em agosto de 1954, juntamente com outros generais, solidarizou-se com oficiais das outras armas, assinando um manifesto à nação onde se exigia a renúncia do presidente da República. Após a morte de Getúlio, quando membros da família do novo presidente, João Café Filho, foram acusados de tráfico de influência, o próprio presidente ordenou abertura de inquérito e nomeou Alcides Etchegoyen para presidi-lo. Este, alegando doença, pediu licença do encargo, o que foi negado. O inquérito acabou arquivado pela Justiça, que considerou a denúncia improcedente.

Ainda em 1954, ocupando o posto de inspetor da Artilharia da Costa e da Artilharia Antiaérea, encontrou-se com o presidente Café Filho e fez sérias restrições à política adotada pelo ministro da Guerra, o marechal Henrique Teixeira Lott, principalmente em

relação aos comandos. Afirmava que, dentro das forças armadas, estavam sendo favorecidos os grupos que defendiam a restauração do passado, e que o governo não contaria com apoio suficiente para assegurar o término do mandato caso essa situação persistisse. Em resposta, Café Filho reafirmou sua decisão de prestigiar as forças armadas através do respeito à hierarquia, o que explicava o fato de ter sido o ministro da Guerra o responsável pelo preenchimento dos comandos.

No final de 1955, parte das forças armadas envolveu-se na articulação do impedimento da posse do presidente e do vice-presidente eleitos, Juscelino Kubitschek e João Goulart. O primeiro passo do movimento seria a derrubada do ministro da Guerra. O presidente Café Filho, por sua vez, proibiu qualquer pronunciamento político por parte de militares, mas o general Zenóbio da Costa, inspetor-geral do Exército e amigo de Lott, infringiu a proibição e denunciou, através de um manifesto, o “golpe branco” que estava em andamento. A atitude do general Zenóbio custou-lhe a imediata exoneração do cargo. Entretanto, alegando motivos disciplinares, o marechal Lott pediu simultaneamente ao presidente a demissão do inspetor da Artilharia Antiaérea, Alcides Etchegoyen.

No dia 5 de novembro de 1955, enquanto Café Filho se encontrava hospitalizado, a *Tribuna da Imprensa* noticiou que o presidente comunicara a Lott não achar conveniente a designação do general Etchegoyen para o comando da Zona Militar Norte, em Recife.

Poucos dias depois, na madrugada de 11 de novembro, o marechal Lott acionou tropas do Exército para depor o presidente interino Carlos Luz, acusado de ligações com a corrente golpista. Os generais Alcides Etchegoyen e Álvaro Fiúza de Castro, recebidos por Lott no palácio do Catete, acusaram-no de atitude violenta por ter movimentado as tropas, ouvindo do ministro que este assumia total responsabilidade pelo gesto. Até que a situação se definisse, os dois oficiais ficaram detidos. Etchegoyen ficou internado no hospital militar e o general Fiúza confinado no próprio gabinete do marechal Lott. No mesmo dia 11 de novembro, o Congresso, convocado em caráter extraordinário, considerou Carlos Luz impedido e deu posse a seu substituto legal, Nereu Ramos.

Mantendo-se em firme oposição a Juscelino e a Lott, Alcides Etchegoyen morreu no dia 17 de junho de 1956.

Casado com Regina Guedes Etchegoyen, deixou três filhos. Um deles, Léo Guedes Etchegoyen, viria a ser, então coronel, assessor do presidente Emílio Garrastazu Médici.

Amélia Coutinho

FONTES: ARQ. MIN. EXÉRC.; BIJOS, G. *Clube*; CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato*; CARONE, E. *Segunda*; COHN, G. *Petróleo*; COUTINHO, L. *General*; *Encic. Mirador*; ENTREV. GUEDES, P.; FERREIRA FILHO, A. *História*; FONTOURA, J. *Memória*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; LOVE, J. *Regionalismo*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1934 e 1952); MIN. GUERRA. *Subsídios*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*.

EUSÉBIO, José

*magistrado; junta gov. PI 1891; dep. fed. MA 1900-1908; sen. MA 1909-1925.

José Eusébio de Carvalho Oliveira nasceu em Campo Maior (PI) no dia 10 de janeiro de 1869.

Diplomado pela Faculdade de Direito do Recife em 1891, retornou a seu estado natal e assumiu a Procuradoria Fiscal da Fazenda do Piauí.

A ascensão do vice-presidente da República, marechal Floriano Peixoto, à presidência, após a crise que culminou com a renúncia do marechal Deodoro da Fonseca em 23 de novembro de 1891, repercutiu diretamente no quadro político dos estados. No Piauí, o governador Gabriel Luís Ferreira foi deposto em 21 de dezembro, sendo substituído por uma junta governativa presidida pelo tenente-coronel João Domingos Ramos. A junta era composta ainda por José Eusébio de Carvalho Oliveira, Clodoaldo Freitas, Higino Cunha, Elias Firmino de Sousa Martins e José Pereira Lopes. Em 29 de dezembro, João Domingos Ramos assumiu sozinho o governo do Piauí, mantendo-se no cargo até 11 de fevereiro de 1892, quando Coriolano de Carvalho e Silva foi nomeado governador.

Ainda em 1892, José Eusébio transferiu-se para o Maranhão e assumiu o cargo de promotor público no município de Codó. Nesse mesmo ano passou a juiz no município de Pedreiras, e aí permaneceu até 1895, quando foi transferido para São Luís como juiz substituto. Foi também inspetor do Tesouro Público e procurador-geral do estado.

Filiado ao Partido Republicano do Maranhão, elegeu-se, primeiro, deputado estadual e, em março de 1900, deputado federal. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio de 1900, reelegeu-se para as duas legislaturas seguintes e exerceu o mandato até dezembro de 1908. Figura de destaque da política maranhense, liderou uma facção do partido situacionista após a morte do presidente estadual Benedito Pereira Leite, em março de 1909. Nesse mesmo mês lançou-se candidato a senador e foi eleito. Iniciando em abril seguinte um mandato de nove anos, integrou as comissões de Saúde Pública, de Instrução Pública, de Constituição e Diplomacia, de

Finanças e de Redação do Senado. Foi reeleito em março de 1918, com mandato até dezembro de 1926, mas faleceu antes de concluí-lo, em 25 de abril de 1925.

Colaborou nos jornais *O Estado*, *A Legalidade* e *A República*.

Alan Carneiro/Raimundo Helio Lopes

FONTES: BASTOS, C. *Dicionário*; GONÇALVES, W. *Grande*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.3, p. 1581/2); REGO NETO, H. *Fatos*; REIS, F. *Grupos*; SENADO. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1918&li=31&lcab=1918-1920&lf=31>. Acesso em: 22/9/2008.

EWERTON, Artur Álvaro

* min. TCU 1905-1913.

Artur Álvaro Ewerton nasceu em 1862.

Em 2 de outubro de 1905, tomou posse como ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). O tribunal, criado pelo Decreto nº 966-A, de 7 de novembro de 1890, por iniciativa do então ministro da Fazenda, Rui Barbosa, e norteado pelos princípios da autonomia, fiscalização, julgamento, vigilância e energia, foi institucionalizado definitivamente pela Constituição de 1891, ainda por influência de Rui Barbosa. Contudo, sua efetiva instalação só ocorreu em 17 de janeiro de 1893, graças ao empenho de Serzedelo Correia, ministro da Fazenda do governo do presidente Floriano Peixoto (1891-1894). Originariamente o TCU era responsável pelo exame, revisão e julgamento de todas as operações relacionadas à receita e à despesa da União. A Constituição de 1891 conferiu-lhe competência para liquidar as contas da receita e da despesa e verificar sua legalidade antes de serem prestadas ao Congresso Nacional.

Exerceu o cargo de ministro do TCU até 1913, quando se aposentou.
Faleceu em 16 de setembro de 1921.

Izabel Pimentel da Silva

Fonte: TRIB. CONT. UNIÃO. Disponível em:
<<http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU>>; TRIB. CONT. UNIÃO.
Ministros do Tribunal.

EXPOSIÇÃO DO CENTENÁRIO DA ABERTURA DOS PORTOS

Exposição realizada no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no bairro da Urca, de agosto a novembro de 1908. De caráter nacional, a exposição recebeu nos pavilhões especialmente construídos para a ocasião a delegação de cada um dos estados brasileiros e a representação de diversas instituições ligadas às artes, à ciência, ao comércio, à indústria e à agricultura.

Desde meados do século XIX, exposições universais, e em menor escala nacionais, eram eventos de exaltação da modernidade, caracterizados por gerar à sua volta uma grande mobilização social. Realizadas em grandes cidades da Europa e da América do Norte, essas celebrações do progresso, da ciência e da técnica quase sempre comemoravam também acontecimentos históricos. Uma exposição universal ou nacional podia ser vista como uma espécie de resumo do estágio do progresso humano e das maravilhas da técnica e da ciência na época de sua realização.

Grandes mostras exigiam espaços suntuosos, previamente organizados e limpos. Daí que cada cidade que se candidatava a abrigar esse tipo de evento deveria passar por um processo de intervenção, com a abertura de avenidas, praças, jardins, a construção de palácios, centros, monumentos e pavilhões. No Rio de Janeiro, em 1908, não foi diferente.

A exposição nacional daquele ano foi pensada para celebrar o centenário da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, assinada em Salvador pelo príncipe regente dom João, segundo informa Varnhagen, por influência direta de José da Silva Lisboa, o visconde de Cairu. A carta régia dispunha sobre o livre comércio e navegação e franqueava os portos brasileiros às nações consideradas amigas. A partir de então, revogaram-se as disposições mercantilistas ultramarinas, base do monopólio que atava comercialmente o Brasil a Portugal, o que significou o fim do “antigo sistema colonial”, na expressão cara a Fernando Novais.

Para que a República pudesse transformar em celebração fato intimamente ligado ao regime que derrubara em 1889, foi preciso atribuir ao acontecimento o significado de momento

inaugural do processo de emancipação econômica do país e de sua entrada no universo da livre iniciativa. Era como se o peso do fato bruto transcendesse a esfera das circunstâncias políticas em um ambiente em que se respirava certa neutralidade interpretativa, e por que não dizer científica, a qual permitiu, inclusive, a boa acolhida da monumental obra *D. João VI no Brasil*, de Oliveira Lima, também lançada em 1908.

Fruto mesmo da consolidação do regime republicano, uma tal celebração seria impensável dez anos antes, quando aglomerações, protestos de rua, jornadas jacobinas e quebra-quebras agitavam o Rio de Janeiro. Concebida num momento de tranquilidade política, nos primeiros anos do governo de Afonso Pena, a Exposição Comemorativa do Centenário da Abertura dos Portos visava, por outro lado, algo além do elogio à efeméride.

Era aquele o momento de expor aos olhos da nação o quanto de avanços conseguira a República. Havia algo de prestação de contas naquele conteúdo de propaganda do regime republicano, que se evidenciava no pavilhão destinado à apresentação das reformas por que passava a capital federal, o Rio de Janeiro. Tampuco se pode esquecer dos pavilhões destinados aos institutos de ciência, do Jardim Botânico, também celebrando seus cem anos de existência, e do Instituto Osvaldo Cruz, que surgia aos olhos de todos como responsável pela heróica façanha de, no ano anterior, ter conseguido erradicar a febre amarela no Rio de Janeiro.

A Exposição Comemorativa do Centenário da Abertura dos Portos, por outro lado, segundo Alda Heizer, constituiu-se como um espaço de exclusão, fruto mesmo do modo como o Brasil dispunha suas hierarquias sociais na época. Havia regras de etiqueta a serem seguidas pelo visitante, assim como trajes proibidos. A exposição de 1908, na Urca, não era, de fato, um ambiente para qualquer um e, longe de ser um espaço democrático, reerguia antigas barreiras, impedindo o acesso de homens e mulheres das camadas inferiores e dos extratos mais baixos da sociedade carioca, aqueles novos personagens que, segundo Heizer, “surgiam no cenário urbano e se traduziam numa ameaça à ordem”.

A exposição de 1908 foi concebida também como um ensaio para a participação brasileira na Exposição Universal de Bruxelas, programada para 1910, e para a organização da

Exposição Universal de 1922, a se realizar no Rio de Janeiro como evento máximo das celebrações do Centenário da Independência do país.

Eduardo Junqueira

FONTES: ARAGÃO, A. *Manguinhos*; HEIZER, A. *Jardim Botânico*; LIMA, M. D. *João VI*; NOVAIS, F. *Portugal*; VARNHAGEN, F. *História*.

EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

A Exposição Internacional comemorativa do Centenário da Independência do Brasil (1822-1922) foi inaugurada no dia 7 de setembro de 1922 e se prolongou até o dia 24 de julho do ano seguinte. Realizada no mesmo ano de outros eventos relevantes para a história brasileira, como a Semana de Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Revolta do Forte de Copacabana, a Exposição do Centenário vem despertando crescente interesse da historiografia preocupada com o tema da identidade nacional na década de 1920.

AS VITRINES DO PROGRESSO

A celebração do Centenário da Independência foi reclamada com bastante antecedência. Um exemplo relevante dessa “vigilância comemorativa” foi dado pela *Revista do Brasil*, fundada em janeiro de 1916. Logo em seu primeiro número, a revista, com razoável antecedência de seis anos, pregava a necessidade de se comemorar festivamente esse “primeiro marco glorioso da existência nacional”.

A realização de uma “Exposição Universal” no Rio de Janeiro, então capital federal, destacou-se como a mais ambiciosa das atividades comemorativas então programadas. Desde a primeira exposição internacional em Londres (1851), cujo símbolo foi o Palácio de Cristal, as chamadas “vitrines do progresso” sempre apresentaram alguns aspectos em comum, entre os quais se destacavam, entre outros, as motivações comerciais, o afluxo de divisas e turistas, o impacto sobre a infraestrutura urbana, e a difusão de valores e de padrões de conduta. O mais importante, e ainda hoje é assim, era a afirmação do prestígio nacional, representado pelos pavilhões de cada país que constituíam a ossatura das exposições.

A participação brasileira nessas “vitrines do progresso” se iniciou de maneira muito discreta na Exposição Internacional de Londres de 1862. Antes disso, em 1861, a

Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) havia organizado uma Exposição Nacional no prédio da Escola Politécnica, no largo de São Francisco, no Rio de Janeiro. De maior porte foi a Exposição Nacional de 1908, em comemoração do Centenário da Abertura dos Portos brasileiros ao comércio internacional. Tendo como objetivo a preparação da participação brasileira na Exposição Internacional de Bruxelas (1910), o evento de 1908 visava igualmente a apresentar a nova capital saneada e urbanizada a partir das grandes reformas realizadas durante a gestão do prefeito Pereira Passos.

A EXPOSIÇÃO

Em junho de 1920, Ralph de Cobham, representante de um grupo de capitalistas estrangeiros no Brasil, sugeriu ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio a realização de uma “exposição internacional de comércio e indústria” para a comemoração do Centenário da Independência. Coube ao senador Paulo de Frontin, um mês depois, propor ao Congresso Nacional a emissão de cem mil contos para financiar o evento, provocando intenso debate sobre a disponibilidade de tão vultosos recursos em conjuntura de grave crise financeira. Pelo Decreto nº 4.175, de 11 de novembro de 1920, foi enfim determinada a realização da exposição dentro do programa de comemorações do Centenário. A regulamentação oficial das atividades comemorativas só ocorreu quase um ano depois, com o Decreto nº 15.066, de 24 de outubro de 1921, que previa, além da exposição, a realização de numerosas conferências e a publicação de dicionários, mapas e livros comemorativos.

Coube ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, então chefiado pelo engenheiro João Pires do Rio, a organização da exposição, que deveria compreender as principais modalidades do trabalho no Brasil, relacionadas à lavoura, à pecuária, à pesca, à indústria extrativa e fabril, ao transporte marítimo, fluvial, terrestre e aéreo, aos serviços de comunicação telegráficos e postais, ao comércio, às ciências e às belas artes. Era prevista ainda a concessão de uma área contígua aos pavilhões nacionais para que governos ou industriais estrangeiros pudessem construir, por conta própria, pavilhões destinados à

exibição de seus produtos.

Para cumprir o objetivo de “ser a expressão da vida econômica e social do Brasil em 1922”, a parte nacional da exposição se comporia de 25 seções representativas das principais atividades do país: educação e ensino; instrumentos e processos gerais das letras, das ciências e das artes; material e processos gerais da mecânica; eletricidade; engenharia civil e meios de transporte; agricultura; horticultura e arboricultura; florestas e colheitas; indústria alimentar; indústrias extrativas de origem mineral e metalurgia; decoração e mobiliário dos edifícios públicos e das habitações; fios, tecidos e vestuários; indústria química; indústrias diversas; economia social; higiene e assistência; ensino prático, instituições econômicas e trabalho manual da mulher; comércio; economia geral; estatística; forças de terra e esportes. A seleção dos expositores seria feita por comissões julgadoras encarregadas de dar parecer sobre a escolha conveniente dos produtos expostos, bem como de avaliar a qualidade e a quantidade daqueles que deveriam ser admitidos na exposição. Estavam ainda previstas atividades paralelas, como a exibição de filmes sobre assuntos que se relacionassem com a produção nacional e as riquezas naturais do país, bem como a realização de conferências sobre temas econômicos.

As obras de preparação da área da exposição mobilizaram a população carioca. A demolição do morro do Castelo, berço da cidade, para dar lugar à construção dos pavilhões e palácios nacionais e estrangeiros, provocou aceso debate entre os que consideravam o arrasamento um “imperativo da modernidade”, e aqueles que viam o desaparecimento da “colina sagrada” como um verdadeiro “sacrilégio”. Os gastos excessivos com um empreendimento tão custoso, especialmente em uma época de dificuldades financeiras, bem como a demora na construção dos prédios, muitos só concluídos após a inauguração da exposição, provocaram, de parte a parte, ataques contundentes e defesas inflamadas. De qualquer modo, é importante lembrar que a edificação de um espaço especialmente criado para a exposição tinha o intuito de revelar a capacidade do anfitrião de realizar empreendimentos excepcionais. De modo semelhante, para a Exposição de Saint Louis (EUA), em 1904, lagos foram aterrados e rios desviados.

A Exposição do Centenário foi festivamente inaugurada na “data magna”, 7 de setembro de 1922. A seção nacional localizou-se na Misericórdia, entre o antigo Arsenal de Guerra e o novo mercado, estendendo-se em parte da área conquistada ao mar com o desmonte do morro do Castelo. Nesse local, concentraram-se oito pavilhões: do Comércio, Higiene e Festas; das Pequenas Indústrias; da Viação e Agricultura; da Caça e Pesca; da Administração; de Estatística, aos quais se somavam os palácios das Indústrias e dos Estados.

Na avenida das Nações, que se estendia do antigo Arsenal até o palácio Monroe – onde funcionava o *bureau* de informações –, alinharam-se os palácios de honra das representações estrangeiras. Treze países aí se fizeram representar: da América, Estados Unidos, Argentina e México; da Europa, Inglaterra, França, Itália, Portugal, Dinamarca, Suécia, Tchecoslováquia, Bélgica e Noruega; da Ásia, o Japão. Apenas quatro desses prédios resistiram ao tempo e à especulação imobiliária: o pavilhão da Administração (Museu da Imagem e do Som); o palácio da França (Academia Brasileira de Letras); o palácio das Indústrias (Museu Histórico Nacional); e o pavilhão de Estatística (órgão do Ministério da Saúde).

Passadas as festas de inauguração, a exposição ficou aberta aos visitantes que, oriundos da capital e dos outros estados, acorreram em massa aos palácios e pavilhões, bem como ao alegre e movimentado parque de diversões. Os registros apontam para o mês de fevereiro de 1923, considerado fraco pelo calor que assolava a cidade, uma frequência de 175 mil visitantes, com piques de até 14 mil pessoas em um só dia.

Primeira exposição a se realizar após a Grande Guerra, o grande desafio da Exposição do Centenário foi o de traduzir a vontade de renovação que então mobilizava o mundo. Se a ênfase nos mostruários dos palácios nacionais ainda recaiu sobre as riquezas naturais do país, o que deveria ser ressaltado, e efetivamente o foi, era a possibilidade de exploração desses recursos naturais. No século XX, quem dava as cartas era a ciência, expressa na confiabilidade dos dados estatísticos, nas maravilhas da química, nas luzes da eletricidade, na magia do rádio. A primeira transmissão de rádio no Brasil ocorreu justamente durante a

inauguração da Exposição do Centenário, com o discurso do presidente Epitácio Pessoa.

Marly Motta

FONTES: KESSEL, C. *Vitrine*; MOTTA, M. *Nação*; SAMPAIO, C. *Arrasamento*;
SAMPALIO, C. *Memória*.